



Pedro Nuno Carvalho Marques dos Santos

**A implantação da imagem do Estado Novo através da arquitetura.
A zona oriental do distrito do Porto.**



Pedro Nuno Carvalho Marques dos Santos

**A implantação da imagem do Estado Novo através da arquitetura.
A zona oriental do distrito do Porto.**

Pedro Nuno Carvalho Marques dos Santos

**A implantação da imagem do Estado Novo através da arquitetura.
A zona oriental do distrito do Porto.**

Professor Doutor Ilídio Silva (orientador)

Dissertação apresentada à Universidade Fernando Pessoa
como parte dos requisitos à obtenção do grau de
Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

SUMÁRIO

A relação da arquitetura com o poder político tem-se revelado, historicamente, de interesse mútuo, sendo diversificados os seus exemplos. Nos regimes autoritários, essa relação assume, tendencialmente, contornos muito mais singulares dado o potencial da arquitetura para veicular e inculcar valores ideológicos.

Em Portugal, durante o Estado Novo, essa relação veio a revelar-se bastante intensa e efetiva, deixando na paisagem urbana testemunhos materializados da ideologia e da imagem do regime, num processo edificatório alargado no território, mas também condicionado por estratégias de centralização e hierarquização, tanto do poder como do espaço e até do tempo. É sobre esse processo (condicionado e condicionador) de implantação da imagem do Estado Novo, através da arquitetura, que se pretendem ver esclarecidas algumas questões fulcrais para o seu entendimento. Em consonância com a dimensão política, interessará expor numa dimensão urbanística e arquitetónica o modo como foi desenhado esse processo.

Particularmente, na zona oriental do distrito do Porto, pretende-se concluir sobre quais foram as intenções / prioridades espaciais, temporais e estilísticas que influenciaram decisões para a tomada de iniciativas edificatórias, neste território.

Palavras-chave: “Estado Novo”; “Território”; “Art-Déco”; “Português Suave”; “Movimento Moderno”.

ABSTRACT

The relationship between architecture and political power has historically emerged as one of mutual interest, in its multiple examples. In authoritarian regimes that relationship tends to assume much more singular outlines, given the potential of architecture for conveying and also instilling ideological values.

In Portugal, during the *Estado Novo* (“New State”), that connection came to be very intense and effective, leaving ample material testimony of its ideology and image in the urban landscape, in a territorially far-reaching building process, but simultaneously submitted to guidelines of centralization and hierarchy, that organized both the concept of power and its insertion in space and even time. It is on the topic of this process (controlled and controlling) of putting in place an image of the *Estado Novo* through architecture, that certain crucial questions to understanding its deployment will be addressed here, in an effort to clarify them. It seems of interest to, in tandem with the political dimensions, spell out how the architectural and urban procedures were implemented.

In particular, the exercise is to conclude on the spatial, temporal and stylistic intentions and priorities ruling the decision-making on public building initiatives in the territory of the eastern area of the district of Porto.

keywords: “*Estado Novo*”; “Territory”; “Art-Deco”; “*Português Suave*”; “Modern Movement”.

DEDICATÓRIA

Ao meu filho Gonçalo Nuno por todo o tempo em que não pudemos estar juntos,
durante este percurso.

Só existe passado e futuro. O presente é trabalho...

*Segue o teu destino,
Rega as tuas plantas,
Ama as tuas rosas.
O resto é a sombra
De árvores alheias.
(...)*

Fernando Pessoa

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço ao meu orientador, o Professor Doutor Ilídio Silva que, para além de ser um dos professores que mais admirei em toda a minha formação académica, também, desde o início desta dissertação, mostrou-me o melhor caminho a seguir. Por todo o seu apoio e disponibilidade demonstrados, muito obrigado.

A todos os meus outros professores que com o seu brio profissional contribuiriam para a minha formação.

À minha família, por todo o apoio. Em particular, ao meu pai e à minha mãe pelo exemplo.

Em especial, à minha companheira Fernanda que com o seu amor e força interior soube dar-me o apoio necessário, neste longo percurso.

A todos os outros que, de alguma forma, contribuíram para eu aqui chegar.

Agradeço também à Universidade Fernando Pessoa, na pessoa do Exmo. Sr. Reitor, Professor Doutor Salvato Trigo, pela postura demonstrada na defesa desta instituição.

Índice

I. INTRODUÇÃO.....	1
II. ENQUADRAMENTO HISTÓRICO DA ARQUITETURA NO ESTADO NOVO....	6
2.1. Enquadramento histórico-político.....	6
2.1.1. O Estado Novo.....	8
2.1.2. A política de obras públicas na reorganização do aparelho do estado.....	9
2.1.3. Os anos após a II Guerra Mundial.....	13
2.2. Enquadramento histórico-estilístico.....	16
2.2.2. Os anos após a II Guerra Mundial.....	27
2.3. As tipologias edificatórias na estratégia de controlo do regime.....	29
III. A ARQUITETURA NA IMPLANTAÇÃO DA IMAGEM DO ESTADO NOVO..	35
3.1. A amostra.....	35
3.1.1. O território em análise: geografia e redes viárias.....	35
3.1.2. O elenco edificado.....	47
3.1.2.1. Concelho de Amarante.....	48
3.1.2.2. Concelho de Baião.....	51
3.1.2.3. Concelho de Felgueiras.....	51
3.1.2.4. Concelho de Gondomar.....	55
3.1.2.5. Concelho de Lousada.....	56
3.1.2.6. Concelho do Marco de Canaveses.....	57
3.1.2.7. Concelho de Paços de Ferreira.....	57
3.1.2.8. Concelho de Paredes.....	59

3.1.2.9. O Concelho de Penafiel.....	61
3.1.2.10. O Concelho de Valongo.....	63
3.1.3. Os arquitetos.....	65
3.2. O processo.....	85
3.2.1. A distribuição no espaço.....	85
3.2.2. A distribuição no tempo.....	94
3.2.3. A distribuição das autorias e os perfis estilísticos.....	97
IV. CONCLUSÕES.....	105
BIBLIOGRAFIA.....	112

Índice de tabelas

Tabela 1: Evolução demográfica por freguesia sede de concelho, entre 1930 e 1970....	36
Tabela 2: Análise hierárquica de acessibilidades por sedes de concelho.....	47
Tabela 3: Número de edifícios por grupo tipológico e por década.....	96

Índice de mapas

Mapa 1: Enquadramento geográfico das sedes dos concelhos.....	38
Mapa 2: Mapa de estradas de 1926.....	40
Mapa 3: Mapa de estradas de 1937.....	41
Mapa 4: Mapa de estradas 1952.....	41
Mapa 5: Mapa de estradas de 1960.....	42
Mapa 6: Mapa de estradas de 1964.....	42
Mapa 7: Mapa de estradas de 1970.....	43
Mapa 8: Mapa da rede ferroviária em 1930 (extrato).....	45
Mapa 9: Mapa da rede ferroviária do distrito do Porto, em 1875 (extrato).....	46
Mapa 10: A distribuição dos edifícios (ou projetos) por concelho.....	86
Mapa 11: A distribuição dos edifícios (ou projetos) por tipologia e por concelho.....	87
Mapa 12: A distribuição dos edifícios (ou projetos) por década e por concelho.....	95
Mapa 13: A distribuição das autorias, por arquiteto e por concelho.....	99

Índice de figuras

Fig. 1: Estação dos CTT de Amarante.....	48
Fig. 2: Vista aérea do edifício da fig.1.....	48
Fig. 3: Cadeia Comarcã de Amarante.....	48
Fig. 4: Vista aérea do edifício da fig.3.....	48
Fig. 5: Edifício da CGD de Amarante.....	49
Fig. 6: Vista aérea do edifício da fig.5.....	49
Fig. 7: Mercado Municipal de Amarante.....	50
Fig. 8: Vista aérea do edifício da fig.7.....	50
Fig. 9: Edifício do Tribunal de Amarante.....	50
Fig. 10: Vista aérea do edifício da fig.9.....	50
Fig. 11: Cadeia Comarcã de Felgueiras.....	51
Fig. 12: Vista aérea do edifício da fig.11.....	51
Fig. 13: Paços do Concelho de Felgueiras.....	52
Fig. 14: Vista aérea do edifício da fig.13.....	52
Fig. 15: Edifício da CGD de Felgueiras.....	52
Fig. 16: Vista aérea do edifício da fig.15.....	52
Fig. 17: Edifício do Tribunal de Felgueiras.....	53
Fig. 18: Vista aérea do edifício da fig.17.....	53
Fig. 19: Estação dos CTT de Felgueiras.....	54
Fig. 20: Vista aérea do edifício da fig.19.....	54
Fig. 21: Mercado Municipal de Felgueiras.....	54

Fig. 22: Vista aérea do edifício da fig.21.....	54
Fig. 23: Posto da GNR de Gondomar.....	55
Fig. 24: Vista aérea do edifício da fig.23.....	55
Fig. 25: Edifício da CGD de Gondomar.....	55
Fig. 26: Vista aérea do edifício da fig.25.....	55
Fig. 27: Edifício do Tribunal de Lousada.....	56
Fig. 28: Vista aérea do edifício da fig.27.....	56
Fig. 29: Edifício do Tribunal do Marco de Canaveses.....	57
Fig. 30: Vista aérea do edifício da fig.29.....	57
Fig. 31: Cadeia Comarcã de Paços de Ferreira.....	57
Fig. 32: Vista aérea do edifício da fig.31.....	57
Fig. 33: Estação dos CTT de Paços de Ferreira.....	58
Fig. 34: Vista aérea do edifício da fig.33.....	58
Fig. 35: Edifício do Tribunal de Paços de Ferreira.....	59
Fig. 36: Vista aérea do edifício da fig.35.....	59
Fig. 37: Edifício Paços do Concelho e Tribunal.....	59
Fig. 38: Vista aérea do edifício da fig.37.....	59
Fig. 39: Mercado Municipal de Paredes.....	60
Fig. 40: Vista aérea do edifício da fig.39.....	60
Fig. 41: Cadeia Comarcã de Paredes.....	61
Fig. 42: Vista aérea do edifício da fig.41.....	61
Fig. 43: Estação dos CTT de Penafiel.....	61
Fig. 44: Vista aérea do edifício da fig.43.....	61

Fig. 45: Cadeia Comarcã de Penafiel.....	62
Fig. 46: Vista aérea do edifício da fig.45.....	62
Fig. 47: Edifício da CGD de Penafiel.....	63
Fig. 48: Vista aérea do edifício da fig.47.....	63
Fig. 49: Alçado do projeto de modificação dos Paços do Concelho de Valongo.....	63
Fig. 50: Vista aérea do edifício a modificar (Paços do Concelho, à data do projeto).....	63
Fig. 51: Estação dos CTT de Valongo.....	64
Fig. 52: Vista aérea do edifício da fig.49.....	64
Fig. 53: Alçado dos Paços do Concelho de Valongo.....	65
Fig. 54: Vista aérea da localização prevista para o edifício da fig.53.....	65
Fig. 55: Vista aérea. Implantação dos edifícios na envolvente. Amarante.....	88
Fig. 56: Vista aérea. Implantação dos edifícios na envolvente. Felgueiras.....	89
Fig. 57: Vista aérea. Implantação dos edifícios na envolvente. Gondomar.....	89
Fig. 58: Vista aérea. Implantação dos edifícios na envolvente. Lousada.....	90
Fig. 59: Vista aérea. Implantação do edifício na envolvente. Marco de Canaveses.....	90
Fig. 60: Vista aérea. Implantação dos edifícios na envolvente. Paços de Ferreira.....	91
Fig. 61: Vista aérea. Implantação dos edifícios na envolvente. Paredes.....	92
Fig. 62: Vista aérea. Implantação dos edifícios na envolvente. Penafiel.....	92
Fig. 63: Vista aérea. Implantação dos edifícios na envolvente. Valongo.....	93

A implantação da imagem do Estado Novo através da arquitetura, na zona oriental do distrito do Porto.

I. INTRODUÇÃO

Qualquer viagem por um país ou passeio pelas suas cidades e vilas é, frequentemente, um momento de contacto com diversos elementos que, resistindo ao tempo, se revelam testemunhos da história de uma sociedade. A arquitetura, sendo uma forma de expressão do coletivo, desde logo assume-se, claramente, como um veículo transmissor de cultura e de ideologias; parafraseando Alexandre Herculano, um grande edifício, fosse qual fosse o destino que o seu fundador lhe quisesse dar, é sempre e de muitos modos, um livro de História. Portugal, rico nesses testemunhos, oferece, através do seu património edificado, exemplos de múltiplas manifestações de cariz religioso, económico e, até, político que o afetaram ao longo dos tempos. Não será por acaso que, os regimes totalitários viram na arquitetura um instrumento eficaz de manipulação ideológica e, em Portugal, o Estado Novo ter-se-á afirmado como um bom exemplo desse fenómeno. A propósito, autores como Nuno Teotónio Pereira e José Manuel Fernandes (1989, p. 325) alegam que a arquitetura, durante o Estado Novo, terá sofrido grande influência e até controlo por parte das entidades oficiais, o que se terá refletido na prática dos arquitetos e numa “ideologização” da produção arquitetónica

(...) através de directrizes discretas, mas seguramente implacáveis, a intervenção do ditador parece ter sido de facto decisiva para o advento da arquitectura do Estado Novo.

Embora esta opinião sobre a existência efetiva de ingerência direta de Salazar ou do governo nas opções arquitetónicas, durante aquele regime, esteja bastante difundida não significa que haja unanimidade sobre o tema (como será visto mais adiante no desenvolvimento desta dissertação). No entanto, e porque a transformação do regime (Ditadura Militar) em Estado Novo já começara de forma expressiva, a partir de 1928, será importante relembrar que, na sua fase inicial, precisamente, entre 1926 e 1933, o regime ditatorial (Ditadura Militar) adotava uma arquitetura, predominantemente, *Art Déco*, que vivia o auge, após a sua consagração na Exposição Internacional de Artes Decorativas e Industriais de Paris (1925) que terá sido, para alguns autores, a primeira

A implantação da imagem do Estado Novo através da arquitetura. A zona oriental do distrito do Porto.

grande afirmação de modernidade, na Europa. O estilo *Art Déco* dominaria as tendências artísticas nacionais e internacionais, de meados dos anos 1920 e até finais da década seguinte.

Será de mencionar que, pelo menos durante a década de 1930, uma boa parte das obras públicas ou de grande visibilidade pública (dado que mesmo as obras de iniciativa privada estariam sujeitas ao escrutínio de autoridades nacionais e ou municipais) foram, clara e assumidamente (pelo ministro Duarte Pacheco e por António Ferro que dirigia o Secretariado de Propaganda Nacional) edificadas numa linguagem estilística *Art Déco*. Sobre os dois de acordo com Caldeirão (2013, p.16) relativamente à arquitetura desenvolvida no período do Estado Novo, pode ler-se:

(...) promovida por influência de António Ferro, como director S.P.N. (Secretariado de Propaganda Nacional), e de Duarte Pacheco, como Ministro das Obras Públicas e Presidente da Câmara de Lisboa (...) enquanto que, a acção de Ferro ficou ligada a uma legitimação de carácter histórico, patente na defesa de uma “política de espírito”, Pacheco procurou uma legitimação dentro da conjuntura do seu tempo, através do seu programa de “obras públicas”.

No entanto, a partir de 1935, assiste-se, em Portugal, ao início de um processo tendente à criação de uma arquitetura monumental, de afirmação da capacidade e da imagem do Estado Novo, capaz de se afirmar como veículo de propaganda ideológica. Precisamente, nesta época, Portugal denotava algumas lacunas no que concerne a infraestruturas e a equipamentos essenciais, sobretudo nas zonas mais afastadas dos grandes centros urbanos. Ora, parece ter surgido aqui uma oportunidade de solidificação do poder a partir da arquitetura, servindo-se dela como instrumento difusor da imagem do Estado e da exaltação dos valores nacionalistas que se afirmavam como um dos eixos ideológicos principais do regime. Importará referir que embora a construção de equipamentos públicos possa ter servido sempre um objetivo nacionalista (de progresso e engrandecimento da nação), nem sempre na arquitetura do Estado Novo houve uma imagem estritamente nacionalista, o que só aconteceu de forma intensiva com o estilo

A implantação da imagem do Estado Novo através da arquitetura. A zona oriental do distrito do Porto.

“Português Suave”, que teve o seu início por volta de 1935, com ponto alto entre 1940-1948, e não nas opções estilísticas anteriores e posteriores.

Será de sublinhar que a arquitetura, durante o Estado Novo, fica marcada por uma multiplicidade de linguagens e influências que, variando no tempo, coexistiram no mesmo momento. Mesmo antes dos inícios da década de 1950, e pelos anos seguintes, observam-se alguns edifícios que denotam na sua conceção uma gradual afirmação dos princípios funcionalistas do Estilo Internacional. De facto, a incontestável presença de múltiplas linguagens arquitetónicas, durante o período político (1933-1974) poderá permitir-nos falar em arquitetura(s) do Estado Novo e não numa única arquitetura, entendida como manifestação artística, cultural ou política. Aliás, terá sido este o fator de motivação para uma reflexão centrada na sua implementação estratégica, na zona oriental do distrito do Porto.

Pela escassez de análises com esta abordagem, e pela notória dispersão de informação relativa a esta “natureza” de edificado, foi intenção deste estudo recolher informação sobre o processo estratégico e a sequência de implantação da(s) arquitetura(s) do Estado Novo, na zona oriental do distrito do Porto (numa zona de ligação entre Minho, Douro Litoral, Trás-os-Montes e Beira Alta, entre a cidade do Porto e a região vinícola duriense) e mesmo verificar se os esquemas gerais de evolução das correntes arquitetónicas em Portugal se verificam num território menos urbano.

Tendo como objeto de estudo, a arquitetura do regime do Estado Novo (1933-1974), procurou-se abordar as tipologias que melhor traduzissem a postura de controlo territorial por parte do Estado: os edifícios dos tribunais, dos postos da Guarda Nacional Republicana, das cadeias comarcãs, dos Paços dos concelhos, dos mercados municipais, da Caixa Geral de Depósitos e das estações dos Correios, Telégrafos e Telefones. Para este estudo, procurou-se delimitar um território com alguma uniformidade, dentro dos limites administrativos do distrito. Assim, elegeu-se um conjunto de 10 municípios que

A implantação da imagem do Estado Novo através da arquitetura. A zona oriental do distrito do Porto.

se destacam geograficamente por limites naturais e que se agrupam na zona oriental do distrito do Porto, a Sul das serras da Agrela/Cabreira, abrangendo os vales do Sousa e Ferreira, e do Baixo Tâmega, e chegando até os contrafortes meridionais do Marão, ao longo do Douro: Amarante, Baião, Felgueiras, Gondomar, Lousada, Marco de Canaveses, Paços de Ferreira, Paredes, Penafiel e Valongo. Pretende-se, objetivamente, compreender a distribuição espacial dos equipamentos referidos, assim como a sucessão temporal da sua edificação, entre 1933 e 1974, na zona oriental do distrito do Porto, de forma a compreender, em síntese, quais os fatores (geográficos, demográficos, de acessibilidade e simbólicos) que influenciaram as opções de escolha para as implantações; as prioridades na construção dos edifícios públicos; qual a relação entre a sua importância estratégica e a configuração / dimensão das empreitadas levadas a cabo, assim como os critérios na seleção dos arquitetos escolhidos para as projetarem e dirigirem.

Para além da natural pesquisa bibliográfica sobre o contexto, as instituições, os edifícios e os autores foram obtidos dados através do contacto com bibliotecas e arquivos históricos municipais de Amarante, Baião, Felgueiras, Gondomar, Lousada, Marco de Canaveses, Paços de Ferreira, Paredes, Penafiel e Valongo, bem como junto dos arquivos da Fundação Portuguesa das Comunicações e da Direção-Geral da Administração da Justiça. Também, foram fontes de recolha de dados o Sistema de Informação para o Património Arquitetónico e a Direção-Geral do Património Cultural. Procedeu-se, ainda, à recolha de cartografia junto da Biblioteca Pública Municipal do Porto e da Biblioteca Nacional Digital. Foram estabelecidos contactos com investigadores de áreas de estudo que se cruzam com o tema em análise, nomeadamente, com a prof. doutora Joana Brites autora da obra *Arquitectura da CGDCP: Filiais e Agências da Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência, 1929-1970*, (2014) e com o prof. doutor Carlos Bártolo autor da dissertação de mestrado *Desenho de Equipamento no Estado Novo – As Estações de Correio do Plano Geral de Edificações*, (1998).

A implantação da imagem do Estado Novo através da arquitetura. A zona oriental do distrito do Porto.

Durante a fase de pesquisa deste trabalho, foram sentidas algumas limitações, concretamente, no que respeita à pesquisa documental, dado que a informação disponível em bibliotecas e em arquivos históricos municipais é escassa e/ou incompleta. Verificaram-se lacunas expressivas, no que respeita ao acervo sobre o património edificado da Fundação Portuguesa das Comunicações e da Direção-Geral da Administração da Justiça. Outro obstáculo sentido, foi a restrição ao acesso físico a instituições, decorrente da situação pandémica em curso. No entanto, apesar das dificuldades referidas, foi possível obter um conjunto de informações de base para este projeto de investigação, tornando-o exequível tendo em conta que a análise desenvolvida assentou, sobretudo, no cruzamento de dados e na observação da distribuição das edificações, no tempo e no espaço.

Este trabalho foi elaborado com a convicção de que venha a contribuir para esclarecer, num caso prático, objetivado num território de dimensão relativamente reduzida (que me é caro por ser natural e residente numa das sedes de concelho em apreço - Valongo) uma temática que muitas vezes só é analisada de forma generalista (em âmbito nacional global) podendo servir de mote a outras tentativas de perceber a aplicação do fenómeno de controlo territorial por parte do Estado a outras regiões do país, em particular.

A implantação da imagem do Estado Novo através da arquitetura. A zona oriental do distrito do Porto.

II. ENQUADRAMENTO HISTÓRICO DA ARQUITETURA NO ESTADO NOVO

Seguramente, será difícil (ou mesmo impossível) numa análise histórica da arquitetura no Estado Novo, separar o enquadramento político de uma leitura estilística ou artística e, apesar de não se pretender fazê-lo, optou-se por proceder a uma análise paralela das duas dimensões, com o intuito de facilitar a redação do texto e, simultaneamente, tornar mais clara a sua interpretação. Assim, iniciar-se-á esta análise histórica, focando os principais acontecimentos e estratégias políticas desse período, analisando o seu impacto no território e na relação com a classe profissional dos arquitetos. Posteriormente, será efetuada uma reflexão sobre o processo de evolução e de afirmação do Movimento Moderno, das suas correntes e da arquitetura, antes e durante esse mesmo período.

2.1. Enquadramento histórico-político.

Abordar, hoje, a temática da arquitetura portuguesa do século XX, do seu desenvolvimento ou da sua afirmação leva-nos, forçosamente, a abordar a história de Portugal, acerca de um assunto que remonta ao século passado. Para compreender bem esse fenómeno, torna-se necessária uma tomada de consciência sobre a realidade social e política do país, no início do século XX, e sobre a evolução da produção artística nacional, particularmente, a produção arquitetónica, desde finais do século XIX.

O período que antecedeu o Estado Novo, foi marcado por uma grande instabilidade decorrente da queda da Monarquia, da instauração da 1.^a República (1910) e dos subsequentes governos que se tentaram afirmar. De facto, pode constatar-se que os anos iniciais da República em Portugal revelaram-se um período crítico para a soberania do país e de grande instabilidade interna, não somente pela conjuntura internacional adversa, mas também, como defende João Medina (2001, p. 384):

A implantação da imagem do Estado Novo através da arquitetura. A zona oriental do distrito do Porto.

os 16 anos que medeiam entre a revolução de 1910 e o golpe castrense de Braga em 1926 são a crónica monótona, frenética, quase sempre sanguinolenta, de desilusões constantes e desvarios infindáveis, em ritmo cada vez maior, crónica duma progressiva degradação do ideal, da fé e da esperança num regime que fora, contudo, proclamado, saudado e apoiado com uma unanimidade entusiástica e quase messiânica, que raramente se terá conhecido noutras épocas da nossa História de oito séculos.

Nada alheio a este cenário de instabilidade será o facto da 1.^a República ter de gerir a participação do país na I Guerra Mundial, o que não terá facilitado (nem economicamente nem em popularidade) a condução do decurso governativo com uma população exigente das promessas que o regime democrático fizera. Terá sido o clima de caos e descontentamento com o poder político que se vivia em Portugal, decorrente da sua incapacidade para superar os graves problemas económicos, sociais e políticos em que o país se via mergulhado que abriu espaço a uma ideia, mais ou menos generalizada e consensual de “salvação nacional” por parte das forças militares enquanto instrumento legitimador do Estado e de afastamento do Partido Republicano Português, até então no poder (Mattoso, 1994).

Com o fim da 1.^a República (golpe militar de 28 de maio de 1926) abrem-se portas ao regime denominado Ditadura Militar, cujos primeiros anos ficam ainda marcados pela desorientação política que levará ao fracasso e à queda de sucessivos governos. (Moniz, 2005, p. 1). Neste período, Salazar estaria já a gerir a sua presença em alguns desses governos, visando uma futura ascensão ao poder, num processo que procurava reunir consensos entre diversas forças políticas de direita. José Mattoso (1994, p. 185), acerca do percurso traçado por Salazar para vir a tomar o poder, afirma que:

Toda a arte de Salazar no seu relativamente longo e sinuoso caminho conducente à tomada do Poder se pode resumir, já o sugerimos, nesta ideia central: a capacidade de – numa situação de crise económica e financeira e de dispersão e hesitação das forças conservadoras – saber liderar o processo de estabelecimento de um sistema de alianças entre elas, em torno de programa comum, e de definir e aplicar uma tática susceptível de as colocar e manter no controle do aparelho de Estado. O salazarismo surge, assim, como um compromisso entre diversas correntes políticas da direita e os vários sectores de interesse

A implantação da imagem do Estado Novo através da arquitetura. A zona oriental do distrito do Porto.

das “forças vivas”, a partir de uma base comum de rejeição do liberalismo herdado da I República e da apologia de um Estado política, económica e socialmente forte e interventor – o único capaz de dar, na viragem dos anos 20 para os anos 30, uma resposta à crise que fosse consensual (...).

Sobre a ascensão política de Salazar, Gonçalo Moniz (2005, p. 1) afirma que:

é implantada a partir de 1928 com a sua tomada de posse como ministro das Finanças do governo de Vicente Freitas, nesse momento afirma: “Sei o que quero e para onde vou”. A cumplicidade com o engenheiro Duarte Pacheco, então ministro da Educação, é selada nesse primeiro momento. Duarte Pacheco é incumbido de ir a Santa Comba Dão negociar com o professor as condições para retomar a pasta das finanças, que já tinha ocupado pontualmente em 1926.

2.1.1. O Estado Novo.

Mais tarde, quando o general Óscar Carmona, em 1932, convida Salazar para formar governo, deu-se início à definição de um programa que esteve na origem da nova Constituição de 1933. Assente em quatro princípios basilares: nacionalismo corporativo, Estado forte, intervencionismo económico-social e imperialismo colonial (Mattoso, 1994, pp. 198-202). Este modelo pressupõe a conceção de uma "nova ordem" a partir da organização do Estado, assente no controlo de todos os sistemas organizativos (Moniz, 2005, p. 2). Para José Mattoso (1994, p. 281) estes princípios sugerem um novo modelo de sociedade que estará assente, nomeadamente:

na moral nacionalista, corporativa e cristã, que haveria de presidir à política, às relações de trabalho, aos lazeres, à vida em família, à educação dos jovens ou à cultura em geral.

Este período da história do país ficará marcado pela reorganização do aparelho do Estado e do papel da sociedade civil de acordo com o programa político de Salazar (traduzido na Constituição de 1933) que vem formalizar o Estado Novo, legitimando algumas das reformas que viriam a estar presentes na governação do país, até 1974.

A implantação da imagem do Estado Novo através da arquitetura. A zona oriental do distrito do Porto.

2.1.2. A política de obras públicas na reorganização do aparelho do estado.

No âmbito do processo reformista e das novas obras do regime, será de mencionar, aqui o papel de Duarte Pacheco (à frente do Ministério das Obras Públicas e Comunicações) que, entre 1932 e 1943, incrementou essas reformas, dinamizando o ministério através de um processo que permitiu começar a construir diversas redes de equipamentos em todo o território português. Para tal, procedeu à uniformização de procedimentos das diversas comissões e dos diversos técnicos que incorporavam a orgânica ministerial e que terá sido o principal fio condutor das propostas apresentadas (Moniz, 2005, p. 1). Importará sublinhar que é sob a orientação de Duarte Pacheco, que se dá início à construção dos edifícios do Instituto Superior Técnico, em Lisboa (obra que começa a ser projetada por 1927 e que poderá ser nomeada já como exemplo de uma arquitetura monumental e propagandista, nem que claramente modernizante).

Aliás, a política de obras públicas terá assumido um papel importante no processo de afirmação da imagem do Estado Novo e na implementação da sua estratégia para o desenvolvimento do país. Esta política, delineada por Salazar e Duarte Pacheco, através do “Plano de Reconstituição Económica” (previsto na Lei 1914, de 24 de Maio de 1935) preconizava para os 15 anos seguintes um investimento estratégico, para o qual desempenharia um papel fundamental o Fundo do Desemprego, ao financiar as obras dos melhoramentos locais, compensando os municípios pela centralização política da nova organização do estado, dando emprego a uma população carenciada (*idem*, 2005, p. 4). Será de se notar também que, em 1934, se estabelece como obrigatória a elaboração de planos gerais de urbanização para as sedes de concelho, pelo que foi criada, em 1938, a “Comissão de Fiscalização dos Levantamentos Topográficos Urbanos” (Lôbo M., 1995, p. 40).

À frente do governo, Salazar e os ministros que o acompanharam, ao longo dos anos 30, atuam no sentido de reestruturar os diversos ministérios e dinamizar a sua atividade por todo o país, visando controlar todo o território, implementando uma rede complexa que

A implantação da imagem do Estado Novo através da arquitetura. A zona oriental do distrito do Porto.

garantissem a articulação entre o poder local, regional e nacional. Como é apontado por Gonçalo Moniz (2005, p. 3):

A actividade dos ministérios e dos municípios é relatada, com especial dose de propaganda, na edição especial do *O Século* de 1940, proporcionando uma visão global da sociedade que o Estado Novo propôs para Portugal.

Esta publicação referia o nome dos diversos ministros, atribuindo-lhes mérito no desempenho das suas funções e enumerando as iniciativas levadas a cabo, nomeadamente a construção de equipamentos e infraestruturas, fazendo menção, por exemplo, às cadeias comarcãs e tribunais no caso do Ministério da Justiça; a equipamentos hospitalares, no caso do Ministério do Interior; ao repovoamento florestal, no caso do Ministério da Agricultura; à construção de 14 novos navios, do Arsenal do Alfeite, da Escola Naval e ao impulso dado à Direção das Construções Cívicas do Ministério da Marinha, para além de mencionar as reformas do ensino, levadas a cabo pelo Ministério da Educação Nacional. Sobre o ministro das Obras Públicas e Comunicações, Duarte Pacheco, a publicação referia-o como responsável por ter dotado o país com a maioria das obras que faziam o sucesso da Revolução Nacional criando, através do seu ministério, os equipamentos e as infraestruturas públicas encomendadas pelos restantes ministérios. Sobre estes, Gonçalo Moniz (2005, pp. 3-4) sustenta que,

dinamizaram, assim, a vontade reformista do Estado Novo, construindo um novo mapa do território português através duma rede de equipamentos públicos suportada por uma rede de comunicações, baseada nas estradas, no transporte marítimo e nos telefones.

O autor estabelece ainda, sobre a arquitetura na década de 1930, a possibilidade de distinguir entre 3 períodos: o primeiro (entre 1930 e 33) marcado pela encomenda direta de obras a arquitetos, pela abertura de alguns concursos públicos e pela ação pontual e pouco metódica de alguns gabinetes ministeriais; o segundo (entre 1933 e 38) relativo ao processo de arranque do Estado Novo com a reorganização do Ministério das Obras

A implantação da imagem do Estado Novo através da arquitetura. A zona oriental do distrito do Porto.

Públicas e Comunicações tendente a dar resposta à elevada quantidade de projetos necessários para construir as redes de equipamentos públicos no território nacional, e o terceiro (entre 1938 e 40) que corresponde à iniciativa da propaganda do regime de envolver todos os arquitetos que tinham já colaborado com o Estado Novo e que terá sido o começo da construção consciente de uma imagem arquitetónica e artística para o Estado Novo (Moniz, 2005, pp. 4-5).

Sobre a arquitetura produzida durante o Estado Novo, particularmente, sobre a sua linguagem arquitetónica, a maior ou menor aproximação ao Funcionalismo ou às artes decorativas, a sua afinidade com a tradição clássica, com um “estilo nacional” ou com as arquiteturas regionais, vários autores poderão ser evocados, no entanto essa abordagem será desenvolvida mais adiante. Neste ponto, será de abordar o processo que envolve a arquitetura nos primeiros anos do regime, numa perspetiva programática e metodológica, ou seja, interpretar a forma como o cliente se relacionava com os arquitetos, o enquadramento político da encomenda e quais as estratégias adotadas para responder de modo efetivo a projetos que, em várias dimensões, se apresentariam complexos. Nesse sentido, Duarte Pacheco terá proposto uma metodologia para o exercício dos diversos organismos, assente em princípios sistematizados e usados nos métodos analíticos da ciência moderna, procurando “(...) compreender a realidade existente, estudar os modelos internacionais e uniformizar os critérios de intervenção” (Moniz, 2005, p. 5). Sobre este exercício metodológico, o autor refere (*ibidem*, pp. 5-6):

Assim, a Direcção Geral dos Monumentos Nacionais (DGEMN) cria os diferentes organismos com uma equipa multidisciplinar, composta por um engenheiro da direcção, que normalmente geria o organismo, um ou mais elementos ligados ao ministério cliente, que permitia estabelecer um diálogo ao nível das exigências programáticas e um arquitecto, que trabalharia na concepção dos projectos. Esta equipa deveria começar por apresentar um levantamento da situação existente, apurando as necessidades de obras de restauro, de obras de ampliação ou de construção de novos edifícios. Depois deveria proceder à análise comparativa de projectos similares, o que implicava a realização de visitas de estudo ao estrangeiro. Por último, deveria ser definido um programa arquitectónico e elaborado um projecto tipo, que permitisse construir com rapidez e economia o maior número de edifícios. A uniformização da

A implantação da imagem do Estado Novo através da arquitetura. A zona oriental do distrito do Porto.

resposta a um problema obrigava, também, à definição de critérios para os projectos excepcionais. Neste período, um conjunto de arquitectos, que viriam pela sua acção a marcar a arquitectura da primeira metade do século XX, é integrado nas diferentes comissões, contribuindo para a qualificação dos relatórios apresentados e para a qualificação dos serviços técnicos da DGEMN, como foi o caso de Cottinelli Telmo ou Adelino Nunes.

Terá sido com base na política de desenvolvimento económico, que o ministro das Obras Públicas incrementou a construção de uma quantidade de infraestruturas públicas, materializando ou maximizando (como será dito mais adiante): A rede de comunicações viárias; as Comunicações Postais, Telefónicas e Telegráficas (CTT); os equipamentos ligados à justiça; à atividade bancária; à educação; de apoio à agricultura e à saúde.

Após uma reflexão sobre as obras públicas promovidas pelo Estado Novo e as estratégias políticas subjacentes à realização das mesmas, durante o final da década de 1920 e até meados da década de 1930, dever-se-á acrescentar algumas considerações sobre essas realizações arquitetónicas. Obras patrocinadas pelos governos da Ditadura Militar como o Instituto Superior Técnico (1927); a Escola Naval e o Arsenal do Alfeite (1928); o Liceu Filipa de Lencastre (1928) ou o Liceu de Beja (1929), introduziram em Portugal, no início dos anos 30, os valores e as imagens da arquitetura moderna internacional, em quase tudo apoiada numa linguagem *Art Déco*. A imagem de modernidade dos equipamentos públicos simbolizava o sucesso de uma política de desenvolvimento económico e de formação de um espírito novo, moldado à nova ordem e revelando um processo construtivo moderno baseado em critérios de avaliação de necessidades, pesquisa de modelos internacionais, elaboração de programas e definição de soluções tipificadas. Refletindo sobre a simplicidade e sobriedade das fachadas de algumas obras, poder-se-á sustentar, ainda, que estaria presente o critério da “economia” subjacente às políticas do Estado Novo e mesmo à política das Obras Públicas (*idem*, pp. 10-11).

A implantação da imagem do Estado Novo através da arquitetura. A zona oriental do distrito do Porto.

Contudo, terá sido em meados da década de 1930, no momento em que o Estado Novo assume a preparação para a comemoração historicista dos centenários, (ideia já lançada, em 1929, segundo Brito (1991, p. 145) pelo embaixador Alberto de Oliveira), que se começa a desenhar uma viragem estilística na arquitetura, no sentido historicista. Sobre esta opção, José Manuel Fernandes advoga que foi “(...) uma orientação predominantemente retrógrada no que toca à linguagem do espaço e das formas” (Fernandes, 2003, p. 64). Será, no entanto, de afirmar que apesar desta viragem histórico-nacionalista poder ser vista como retrógrada, não deixava de seguir a tendência de outros regimes (com a mesma orientação política) que emergiram na década de 1930 (especialmente o regime nazi, mas também o regime franquista, por exemplo).

2.1.3. Os anos após a II Guerra Mundial.

Tendo em conta o contexto gerado pelo final da II Guerra Mundial, será de esperar que se tenham vindo a verificar, também em Portugal, mudanças estratégicas na orientação governativa. De facto, será de admitir que a derrota dos regimes fascistas (diretamente envolvidos na guerra) terá justificado e implicado essas transições (até por sobrevivência do regime português). Contudo, o fim daquele conflito bélico terá vindo a revelar, em Portugal, uma fase de crescimento económico. Sobre esse crescimento Fernando Rosas [e outros], *cit. in* Silva (2014, pp. 126-127) defende que o encaixe financeiro conseguido pelo Estado e por alguns grupos económicos, durante os anos de guerra, terá sido traduzido, posteriormente, em investimento e desenvolvimento, somente travado pelas consequências da Guerra Colonial.

Tal como é defendido por Elisa Pegorin (2018, p. 19) esse período ficou marcado por alguns acontecimentos que contribuíram para uma alteração no paradigma do regime e, consequentemente, no âmbito da arquitetura. O ano de 1948 poderá ser visto como um ponto de chegada de uma “primeira fase” da arquitetura moderna portuguesa, um marco importante na fase de mudança que o Estado Novo iria sofrer. Salazar aceita fundos do Plano Marshall, como auxílio económico dos Estados Unidos, numa atitude que poderá

A implantação da imagem do Estado Novo através da arquitetura. A zona oriental do distrito do Porto.

ser entendida como tentativa de estabelecer compromissos com aquela nação (líder do bloco não comunista). No ano seguinte, com o abandono do Secretariado da Propaganda Nacional por parte de António Ferro e sem Duarte Pacheco (que havia falecido, em 1943) inicia-se, realmente, um período de viragem no paradigma do regime e, conseqüentemente, nas políticas públicas de edificação cuja ação passa a centrar-se nas questões da habitação e incidindo mais nas problemáticas locais, relegando para um plano secundário as obras de representação monumentais do Estado. Portugal assina a sua adesão à *Organização do Tratado do Atlântico Norte* (NATO-OTAN). Este conjunto de acontecimentos a par da criação das ICAT *Iniciativas Culturais Arte e Técnica* (1946) em Lisboa, composta por um conjunto de arquitetos empenhados na dimensão política da arquitetura; da (ODAM) *Organização Dos Arquitectos Modernos* (1947) no Porto, que tinha como objetivo a divulgação e a defesa da arquitetura moderna; da realização do *I Congresso da União Internacional dos Arquitectos* (UIA), em Lausanne (1948) no qual foram congressistas: Pardal Monteiro, Carlos Ramos, Januário Godinho, Nuno Teotónio Pereira, Celestino de Castro, Manuel Alzina de Menezes, Fernando Mesquita e Luís Xavier; da inauguração da exposição *15 Anos de Obras Públicas* (1932-47) no Instituto Superior Técnico de Lisboa, que se revelou um importante marco para a arquitetura do regime, com forte representação das artes decorativas (escultura, pintura, tapeçaria e cerâmica) assim como a realização daquele que terá sido um evento decisivo, o *I Congresso Nacional de Arquitectura* (1948) que representará “(...) um verdadeiro ponto de “viragem” para a arquitectura moderna portuguesa” (Pegorin, 2018, p. 20). Esta autora volta a referir que no ano de 1948 “(...) é fechado um capítulo e são lançados novos desafios para os arquitectos e novos factores políticos começam a conduzir o interesse da construção” (*idem*, p. 705).

Nos anos seguintes assiste-se, de facto, ao incremento de iniciativas que pretendem dinamizar a intervenção junto das problemáticas da habitação como o *Fundo do Fomento da Habitação* (criado em 1969) do qual fizeram parte arquitetos que, futuramente, iriam estar ativos no SAAL *Serviço de Apoio Ambulatório Local* (criado

A implantação da imagem do Estado Novo através da arquitetura. A zona oriental do distrito do Porto.

após a revolução de 1974) como por exemplo Nuno Portas, Álvaro Siza ou Victor Figueiredo (*idem*, p. 707).

Ainda em 1948, Portugal assina o pacto fundador da OECE, passando a integrar-se nas estruturas de cooperação previstas no Plano Marshall, reforçando-se a necessidade de um planeamento económico que veio a originar a elaboração dos Planos de Fomento do Estado Novo. Apesar de tanto o I Plano (1953-1958) como o II Plano (1959-1964) conferirem continuidade ao arquétipo de autarcia da ditadura de Salazar, no II Plano foi a indústria transformadora o setor privilegiado (como a siderurgia ou a refinação de petróleos, adubos e químicos) sendo, pela primeira vez, assumida uma política de industrialização. Nos anos subsequentes, o regime adota uma nova postura (novas prioridades) demonstrando uma atitude de maior preocupação com questões da dimensão industrial e urbana (sendo exemplo disso a política dos Planos de Fomento). Durante o II Plano de Fomento (1959-1964), Portugal desenvolveu um esforço de integração na economia internacional e, em janeiro de 1960 é co-fundador da EFTA *Associação Europeia de Comércio Livre*. No mesmo ano, são aprovados os acordos do BIRD e do FMI. Em 1962, em Genebra é assinado o protocolo do GATT. De facto, a adesão a estas organizações terá marcado a inversão na política da autarcia do Estado Novo. O Plano Intercalar de Fomento (1965-1967) vem revelar a necessidade de rever o condicionamento industrial, tido como desadequado.

Em 1968, já com Marcelo Caetano no cargo de presidente do conselho, o III Plano de Fomento (1968-1973) revela o reforço da nova política económica do Estado Novo, confirmando a internacionalização da economia portuguesa, o desenvolvimento do tecido industrial privado e a consolidação de grupos económico e financeiros, assim como o desenvolvimento urbano decorrente do crescimento do sector terciário (IADE, 2010).

A implantação da imagem do Estado Novo através da arquitetura. A zona oriental do distrito do Porto.

2.2. Enquadramento histórico-estilístico.

Importará recuar no tempo para se entender o processo de afirmação do Movimento Moderno a nível internacional e, particularmente, em Portugal. Considerando o conceito de Movimento Moderno como um processo evolutivo composto por um conjunto de correntes que deram origem ao Funcionalismo e ao Estilo Internacional, poder-se-á afirmar que esse processo se iniciou nos finais do século XIX com uma fase de evolução modernista sobre o Ecletismo, que incluiu manifestações (ainda que limitadas) da Arquitetura do Ferro e da Arte Nova, que refletiam as tendências internacionais. No entanto, em Portugal os historicismos permaneceram largamente dominantes até perto do fim da 1.^a República. José Manuel Fernandes, referindo-se a este período, afirma:

Assim, e reportando-nos à transição de 1890-1925, a gradual aplicação do ferro e do betão armado nas construções vai avançar por “vias laterais”, sem pôr diretamente em causa o “reinado” do ecletismo tardo-romântico nos principais ou mais prestigiados programas. Nesta atitude eclética que afinal prolonga Oitocentos, imperará, pelo menos em Portugal, ainda pelo primeiro quartel do século XX, todo o arsenal de “neos”, Românicos, Góticos, Clássicos, Tradicional Português, etc. (2003, p. 29).

Paralelamente, pela década de 1920, afirma-se a *Art Déco*, muito impulsionada pela exposição de Paris de 1925, que a consagrou enquanto estilo. A propósito, Teresa Neto (2016, p. 26) afirma:

A primeira grande confirmação do Movimento Moderno na Europa surge com a *Exposition Internationale des Arts Décoratifs et Industriels Modernes*, em Paris, no ano de 1925, onde os estilos históricos foram banidos e apenas se iriam aceitar os produtos com claras tendências modernas.

Note-se que este estilo, à época, transportava em si a imagem da nova modernidade e que dominará a moda internacional e nacional, pelo menos desde meados dos anos 1920 e até finais da década seguinte. Sublinhe-se que também nessa época surgiu, na Europa, o Funcionalismo (embora sem a tendência dominante que terá tido o *Art Déco*).

A implantação da imagem do Estado Novo através da arquitetura. A zona oriental do distrito do Porto.

Sobre a arquitetura em Portugal, no início do século XX, relativamente à prevalência do *Art Déco* e do uso de novos materiais de construção, Fernandes (2003, p. 30) defende que, paralelamente à afirmação tecnológica, e à disponibilidade produtiva de materiais como o cimento, o aço e o vidro, assistiu-se no *Art Déco* (através da geometrização e simplificação das artes aplicadas) ao que terá sido um fator antecipador e facilitador para a adoção de novos materiais e métodos construtivos, defendendo que esse fenómeno terá facilitado, cada vez mais a cofragem, o uso de cimento e ferro, e mais não sendo do que “(...) uma primeira assunção estética do uso do betão”. Relativamente ao aparecimento dos primeiros sinais de um formalismo modernista na arquitetura portuguesa, o autor afirma que a década de 1930 terá sido o palco para a supremacia da vanguarda estética, através de soluções arquitetónicas exteriores que continham interiores ainda tradicionais, demonstrando uma modernidade tecnológica ainda relativa, mas “(...) exprimindo não obstante a sua crença e “desejo” de modernidade através do desenho em estafes e rebocos de geometrias puras e abstractas” (*idem*, p. 30).

No entanto, o processo de afirmação do Movimento Moderno, em Portugal, estaria longe de estar terminado e será de enquadrar o desenvolvimento desse percurso numa tensão decorrente da instabilidade do pós I Guerra Mundial que se vivia, pelo que o período de 1925 a 1945 terá sido, na arquitetura e no urbanismo, um momento de contraposição entre a tendência histórica de inovação e de rutura (no sentido das ideias modernas racionalistas e funcionalistas) e a tendência reativa de regresso aos temas tradicionais, historicistas ou regionalistas. (Fernandes, 2005, p. 60).

Inicialmente, e até 1933, o registo e a inspiração dos arquitetos portugueses escolhidos para projetar as encomendas oficiais era, naturalmente, em expressão *Art Déco*. No entanto, essa naturalidade decorrente da conjuntura cultural e artística, à época, deverá também ser entendida como conveniente para os governos clientes dos projetos, uma vez que a imagem de inovação e de modernidade inerente ao estilo se adequava às pretensões propagandistas dum regime que se pretendia ver associado à imagem dos seus congéneres fascistas, nomeadamente, ao regime italiano de Mussolini, que adotava

A implantação da imagem do Estado Novo através da arquitetura. A zona oriental do distrito do Porto.

uma arquitetura notoriamente modernista, com referências clássicas traduzidas de forma mais geometrizada e logo mais *Art Déco*, que pretendiam transmitir, sobre Portugal, uma imagem de país “renascido”, moderno e internacionalizado.

Pode, assim, constatar-se que num período de afirmação do Movimento Moderno, marcadamente universalista e internacionalista, o regime português (Estado Novo) levou a cabo um processo de estabelecimento de padrões tendentes à criação de um “moderno nacional” a adotar no processo criativo dos arquitetos, como forma de afirmar a identidade nacional, inicialmente, numa linguagem *Art Déco* e, posteriormente, em registo “Português Suave” (como será visto mais à frente). Portanto, será seguro sublinhar que estas duas linguagens estilísticas compuseram a arquitetura do Estado Novo, na sua primeira fase. Ainda, de acordo com Fernandes (*idem*, p. 60),

Entre uma e outra tendência – desde logo expressas ambas no dealbar do regime político autoritário (a auto denominada “Ditadura Nacional”, logo seguida do “Estado Novo” de Salazar), implantado na sequência do golpe militar de 1926, e firmado entre 1930 e 1933 desenvolveu-se a chamada “Arquitetura do Estado Novo”, cuja gradual definição e afirmação decorreu em grande parte da iniciativa pública, estatal e municipal, no campo dos novos equipamentos, infra-estruturas e habitação social.

A partir de meados da década de 1930, o processo de desenvolvimento da arquitetura moderna, em Portugal, foi marcado por uma fase de redefinição. Refletindo a afirmação do regime nazi de Hitler, o Estado Novo português, tendencialmente, passou a adotar nas suas obras, uma linguagem arquitetónica mais conservadora e inspirada em formalismos com preocupações mais populares “folclóricas” neotradicionalistas, historicistas e monumentalizantes, em detrimento da influência da arquitetura italiana (fascista) notoriamente mais modernista, que havia sido, até então, a principal inspiração da arquitetura do Estado Novo. Nesse momento, terá havido um abrandamento no que respeita ao plano estético modernista mas, por outro lado, assistiu-se a uma aceitação dos seus métodos construtivos, nomeadamente, com a adoção de sistemas estruturais em betão armado nas edificações. Sobre este processo poderá

A implantação da imagem do Estado Novo através da arquitetura. A zona oriental do distrito do Porto.

afirmar-se que a arquitetura moderna portuguesa terá regredido, notoriamente, no plano estético exterior, mas, paralelamente, terá passado a aceitar, interiormente, a integração de estruturas totais em betão armado, assumindo um formalismo, aparentemente, “antimoderno” mas aceitando-o de modo evidente, no seu interior (Fernandes, 2003, p. 30). Ainda de acordo com Fernandes (2003, pp. 26-27) e a propósito do processo de estabilização e aceitação do Movimento Moderno, pode ler-se:

Problema que sempre acompanha a interpretação da evolução da arquitetura neste século, em Portugal como em qualquer outro país, é o da primazia da ciência e tecnologia sobre a linguagem artística, como factor na génese da transformação modernizante das formas e das construções. O facto da modernidade representar uma profunda ruptura com as tradições respectivas, mais acentua esta dicotomia, se por comparação com anteriores períodos históricos.

Será pelas décadas de 1930 e de 1940 que se refletirá o maior contraste entre a inovação (com a utilização generalizada do betão armado como material estrutural) e o regresso aos temas do passado, em modelos formais que se vão preconizar por todo o país através de equipamentos públicos edificados pelo Estado, através da sua política de obras públicas, num novo registo – o “Português Suave”.

Sobre este registo arquitetónico poderá afirmar-se que terá correspondido a uma fase de solidificação do Estado Novo e ao período mais forte da implementação de uma estratégia de obras públicas, e, portanto, terá assumido um peso significativo na imagem do regime que passara a adotar uma tendência tradicionalista, em detrimento da sua postura progressista inicial. A arquitetura ao ter sido, desde logo, entendida como um potencial modo de divulgação e de materialização duma imagem de sucesso e de modernidade de uma “nova ordem” nacional adotada, então, pelo regime, foi traduzindo essa tendência dando respostas às iniciativas e necessidades edificatórias do Estado.

Exatamente em 1940, realiza-se a Exposição do Mundo Português e impõe-se uma arquitetura que passou a ser representativa dos valores ideológicos do regime de Salazar

A implantação da imagem do Estado Novo através da arquitetura. A zona oriental do distrito do Porto.

(nacionalista, historicista e conservador) assentes, por um lado, no engrandecimento de uma imagem de ruralidade, reconhecida como a origem da nação e, por outro lado, numa imagem de monumentalidade, consonante com os valores estéticos do regime nazi, que havia tomado a “dianteira” no cômputo dos regimes fascistas, em 1933. Temas como a “Casa Portuguesa” de Raul Lino irão ser trazidos, principalmente, para projetos de equipamentos regionais, dos C.T.T, Escolas Primárias do Plano dos Centenários, Pousadas, e edifícios de habitação. De acordo com José Manuel Fernandes, terá sido a Exposição do Mundo Português que se apresentou como a nova síntese urbanística e arquitetónica de sistemas formais neotradicionalistas e figurativos em gestação, nos anos anteriores. Segundo o autor (2003, p. 54):

nela se podiam ver, em diversidade de catálogo, as estruturas pavilhonares de tipo monumentalista (“Portugueses no Mundo”, por Cottinelli Telmo), de composição-colagem historicista (“De Honra e de Lisboa”, por Cristino da Silva), de imagem classicizante (“Dos Descobrimentos”, por Pardal Monteiro), e de expressão regionalista (“Aldeias Portuguesas”, por Jorge Segurado).

Poderá, portanto, afirmar-se que esta arquitetura, terá tido como seu momento chave a Exposição do Mundo Português, realizada em 1940, tendo o início do seu declínio acontecido em 1948, com o “I Congresso Nacional de Arquitectura” (que possibilitou o debate sobre a situação da arquitetura portuguesa). Porém, salguarde-se que só bastante mais tarde são concluídas as últimas obras em registo “Português Suave” (Ucha, 2015, p. 1). Como, por exemplo, o edifício do Tribunal da Relação no Porto, da década de 1960.

O Estado Novo apoiado, em muito, numa estratégia de afirmação e divulgação da sua imagem, através de uma base de comunicação propagandista, pretendeu veicular os seus princípios e valores de uma forma efetiva e inequívoca. Aliás, mesmo antes da Constituição de 1933 (início do regime) já se exprimem, através da arquitetura, as novas orientações que o regime vai adotando, nomeadamente, nos quatro princípios fulcrais já mencionados (nacionalismo corporativo, Estado Forte, intervencionismo económico-

social e imperialismo colonial). Sublinhe-se que António Ferro escreve uma defesa das ditaduras europeias em 1927; que Duarte Pacheco renova o Instituto Superior Técnico desde 1927, sendo ministro em 1928 (Caldeirão, 2013, pp. 96-98) e que Salazar está, definitivamente, no governo em 1928 (*idem*, 2013, p. 19). O reforço do Nacionalismo pelo conservadorismo, historicismo e folclorismo (que terão ganho preeminência entre a ascensão de Hitler em 1933 e a Guerra Civil Espanhola de 1936-1939) num processo de materialização desses valores ideológicos, através da arquitetura, terá tido lugar na década de 1930, mais precisamente, em 1935, ano em que terão começado a ser preconizados os princípios estéticos que viriam a dar corpo ao “Português Suave” um estilo representativo que passaria a exprimir a identidade da arquitetura do Estado Novo, até inícios da década de 1950. De facto, constata-se que se encontra largamente difundida a ideia de que terá partido da iniciativa política e governamental a orientação para criar um estilo arquitetónico realmente português, condicionador da liberdade dos arquitetos portugueses e do seu processo criativo, naquele período, conforme foi defendido, por exemplo, por Nuno Teotónio Pereira (1989, p. 346) quando referiu que a prática censória do regime implicava a colaboração dos arquitetos, obrigando-os a uma atitude de cumplicidade que, se não fosse aceite, poderia levar a que não tivessem mais encomendas oficiais.

Contudo, haverá interpretações diferentes sobre a origem do fenómeno que, indiscutivelmente, terá criado uma linguagem arquitetónica que poderá ser identificada, no mínimo, como original e refletora de uma realidade política, cultural e arquitetónica nacional portuguesa, amplamente denominada como “Português Suave”. No sentido de melhor ser compreendido o processo de implementação ou adoção daquela que também é, vulgarmente, conhecida como a “Arquitetura do Estado Novo” num, suposto, contexto de subjugação da liberdade criativa dos arquitetos imposta por parte do regime (ideia que, também, é vulgarmente disseminada) visando a proclamação de valores nacionalistas através da arquitetura, será de relembrar e evocar o manifesto “Representação 35” como forma de clarificar o facto de não ter sido, unicamente, ou pelo menos, primeiramente, uma imposição governamental a delinear o “discurso” da

A implantação da imagem do Estado Novo através da arquitetura. A zona oriental do distrito do Porto.

produção arquitetónica nacional, a partir de 1935. Na verdade, poderá ser questionado se esse manifesto (oportunamente baseado na polémica sobre a escolha de uma obra de regime) subscrito por notáveis figuras da cena cultural, artística e intelectual portuguesa, não terá sido o mote para uma redefinição da linguagem arquitetónica a adotar no futuro, por parte do regime, conforme é defendido por Pedro Vieira de Almeida (2002).

A “Representação 35” apresenta-se como um testemunho que permitirá entender, numa perspetiva menos difundida, o processo que esteve na origem da adoção / implementação duma arquitetura distinta durante o Estado Novo, a partir de 1935, que (contextualizada numa conjuntura ditatorial) é, frequentemente, alvo de insinuações duma política de condicionamento da liberdade de expressão imposta aos arquitetos, pelo regime. No entanto, segundo Pedro Vieira de Almeida, o manifesto “Representação 35” terá sido o elemento motivador e persuasor para uma mudança no paradigma do Estado Novo, relativamente às orientações estilísticas a implementar na linguagem arquitetónica das obras a edificar, a partir desse momento. O manifesto (oportunamente, alavancado na polémica sobre a escolha de uma obra de regime: O Monumento ao Infante e aos Descobrimentos, a edificar em Sagres, projetado pelos irmãos Rebello de Andrade e Ruy Carneiro) foi subscrito por notáveis figuras da cena cultural, artística e intelectual portuguesa e terá sido o resultado de um movimento lançado por Cottinelli Telmo, a que se terá juntado Carlos Ramos “(...) e ambos terão contado com a adesão de Pardal Monteiro e com a de José Cortês.” Almeida, (2002, p. 86)

O documento terá pretendido ser um alerta para um “desvio” nas opções estilísticas da obra escolhida como vencedora do concurso de Sagres (O Monumento ao Infante e aos Descobrimentos) relativamente às orientações, defendidas pelos seus subscritores, como sendo o rumo mais adequado da linguagem arquitetónica a adotar para traduzir a génese e os valores do regime. Este manifesto é visto, inclusivamente, como o primeiro e, talvez o único, momento na história da arquitetura moderna portuguesa, em que “(...) os arquitectos portugueses foram capazes de formular uma teorização global em relação à arquitectura”. (*idem*, p. 77). Mas, para além da argumentação teórica e artística contida,

A implantação da imagem do Estado Novo através da arquitetura. A zona oriental do distrito do Porto.

a “Representação 35” ter-se-á apresentado como um “(...) elemento fundamental para o estudo de todo o período do Estado Novo e para um re-situar das relações reais dos arquitectos modernos com o poder” (*idem*, p. 65).

Segundo Pedro Vieira de Almeida, o conteúdo daquela exposição escrita terá sido apresentado de forma hábil, já na sequência de outros pedidos para a anulação do resultado do concurso de Sagres evocando, argumentos de carácter nacionalista como “(...) Em nome da Arte e a Bem da Nação anulado deve ser” (*idem*, p. 82).

Acerca da responsabilidade na autoria do manifesto “Representação 35”, Almeida atribui-a ao arquiteto Cottinelli Telmo e será de sublinhar que chega a referir que “Cottinelli, habilidoso e culto, podia fazê-lo. E talvez fosse na sua geração dos poucos a poder realizar a base do documento, senão o único a poder concretizá-lo”. Aliás, segundo o autor, “É notória na “Representação 35” a fixação, ao longo de todo o seu texto, de princípios de ordem ideológica que sabemos serem os de Cottinelli (...)” sobre o arquiteto é ainda sublinhado o facto de, mais tarde, vir a ser nomeado como “(...) arquitecto chefe da Exposição dos Centenários, nisso incluindo a vincada adesão ao régimen de Salazar” (*idem*, p. 88).

De facto, a iniciativa de enviar a Salazar esta teorização sobre o descontentamento da classe profissional dos arquitectos portugueses sobre a eleição daquela obra terá tido sucesso, uma vez que, conforme é defendido pelo autor, “(...) eficácia que realmente acabou por se verificar, na consequente decisão deste, de suspender o resultado da primeira edição do Concurso de Sagres e de imediato abrir a segunda” (*idem*, p. 85).

A pressão gerada pelas diligências traduzidas na apresentação da “Representação 35” terá acabado por surtir frutos no processo de afirmação da classe profissional dos arquitectos e da sua aceitação junto do governo. Esse sucesso veio a ter o seu ponto alto, aquando da realização da Exposição do Mundo Português, inserida nas Comemorações

A implantação da imagem do Estado Novo através da arquitetura. A zona oriental do distrito do Porto.

dos Centenários, em 1940, momento em que se terão congregado os esforços construtivos e realizadores de um regime em consolidação. Sobre este evento “Sabe-se ter sido Alberto Oliveira, poeta-ministro de Portugal em Bruxelas, a lançar a ideia de umas comemorações do duplo Centenário, que marcassem a fundação de Portugal e a retoma da independência no século XVII” (2002, p. 97). Pedro Almeida (*ibidem*) também refere, sobre a Exposição realizada no âmbito das Comemorações dos Centenários, que:

A realização desta exposição veio a ser oficializada, no texto-programa assinado por Salazar, no que nos seus vários pontos terá contado evidentemente com apoios especializados, que no entanto não são nunca referidos. Mas o ser atribuído a Salazar, pessoalmente, a autoria do texto, constitui por si mesmo um facto curioso, que só vem reforçar a ideia do quanto, por um lado, permanece mesmo agora, nas leituras que fazemos dos acontecimentos, aquela leitura “oficial” que então se apresentava publicamente, por evidentes motivos de propaganda do momento, e por outro, não menos vem mostrar o real interesse de Salazar pela iniciativa a que ele significativamente atribuía a função vital de se constituir como nacional “tónico de energia”.

Portanto, poder-se-á entender que a importância dada pelo governante à realização daquele evento, terá assumido (mais do que uma simbologia comemorativa de âmbito histórico) uma proporção propagandista baseada na oportunidade de veicular a imagem de um regime e duma identidade nacional / nacionalista, conforme é defendido por Almeida (*idem*, pp. 97-98), ao referir que,

Mas de facto talvez tenha sido nesta exposição, em todo o período de duração do Estado Novo, o momento em que mais perto se tocaram as duas interpretações, que vimos concomitantes durante a sua longa permanência, ou seja, a de uma arquitectura estruturada em valores cívicos de monumentalidade avidamente comemorativa, com uma arquitectura concebida em padrão de valores de ritual, que se constituísse como verdadeira rampa de lançamento de uma via de exploração daquilo a que chamei “instâncias de sublimidade”.

A implantação da imagem do Estado Novo através da arquitetura. A zona oriental do distrito do Porto.

Na verdade, as obras realizadas, no âmbito daquela Exposição, terão pretendido comemorar a nacionalidade e celebrar a grandiosidade da nação e do seu império e, edifícios como o “Pavilhão de Honra e Lisboa”, de Cristino da Silva ou o “Pavilhão Portugueses no Mundo”, de Cottinelli Telmo poderão ser apontados como marcos notórios da representação em “Português Suave” da imagem do regime. No entanto, também há críticas à sua natureza formal e à falta de coerência estilística e de abordagem arquitetónica, por parte dos arquitetos autores das obras da Exposição. De facto, Pedro Vieira de Almeida (*idem*, p. 99) aponta:

basta comparar a concepção seca e densa do segundo, o de Cottinelli, jogando com maior firmeza os valores urbanos que a criação da Praça implicava, e a fragilidade decorativa do primeiro, o de Cristino da Silva, para perceber a diferença de atitude que ambos pressupunham.

E as críticas à leitura visual das obras não se ficaram por aqui. Também Salazar terá dirimido julgamento depreciativo sobre a Exposição dos Centenários e sobre a sua desilusão com os resultados arquitetónicos da mesma (*idem*, p. 98).

Sobre a arquitetura realizada, neste âmbito político, estilístico e propagandista, alguns outros autores formularam definições distintas. Por exemplo, José Manuel Fernandes advoga que a Exposição do Mundo Português (1940) será um exemplo de como o Estado Novo determinou, de modo “categórico”, a sua escolha tradicionalista, regionalista e retrógrada no campo da arquitetura. O autor vai mais longe, referindo que as obras inseridas naquele evento, terão tido um reflexo de inspiração para a arquitetura, nos anos subsequentes, em Portugal e classifica-as como “(...) uma vasta e profusa série de modelos, os quais vieram a servir de padrão pelos 20 anos seguintes para tipologias de equipamentos, habitações e infraestruturas” (Fernandes, 2005, p. 66).

Assim, mais uma vez, surgirá a polémica sobre se terá, realmente, existido uma arquitetura de regime, durante o Estado Novo, pelo menos, numa perspetiva de

A implantação da imagem do Estado Novo através da arquitetura. A zona oriental do distrito do Porto.

aceitação e de satisfação com a tradução visual dos valores defendidos pelo regime e que este se propunha a ver propagandeados, inclusivamente, pela arquitetura. Contudo, e mesmo tendo em conta alguma subjetividade sobre a efetiva implementação do *estilo* “Português Suave” ou de uma “Arquitetura do Estado novo” será de refletir sobre essa manifestação arquitetónica, independentemente da sua origem, como uma notória mudança de paradigma arquitetónico na linguagem adotada pelos arquitetos, a partir de meados da década de 1930, e que se veio a traduzir na adoção de “gestos” bastante mais evocativos, neotradicionalistas e historicistas, nas obras que se projetaram, desde aí e durante os anos subsequentes, em detrimento de uma linguagem bastante mais desprendida de leituras ideológicas como a que tinha sido incorporada nos projetos, até então, realizados pelos arquitetos portugueses (em registo modernista e universalista, *Art Déco*).

Com o intuito de resumir o processo de afirmação, em Portugal, das estéticas do Movimento Moderno, até meados do século XX, poderá evocar-se José Manuel Fernandes (*idem*, p. 60) quando refere que o confronto entre a estética "progressista" e a estética "tradicionalista" atravessou toda a década de 1930, tendo a segunda levado a melhor, em 1940, “(...) até ao final da II Guerra Mundial (e durante uma década mais de "persistência", até cerca de 1955”

Será possível concluir que, durante a década de 1930 e até o início da década de 1950, assistiu-se a uma fase de definição ou estabilização da “Arquitetura do Estado Novo” traduzida entre o *Art Déco* e o “Português Suave” não se podendo, contudo, estabelecer que algum destes *estilos* tenha representado a única nem "a mais verdadeira" arquitetura do Estado Novo, mas antes considerá-las como duas das linguagens arquitetónicas presentes no processo de afirmação do regime através da arquitetura, correspondendo a um período que deverá ser contextualizado política, económica e culturalmente.

2.2.2. Os anos após a II Guerra Mundial.

Sensivelmente, a partir de meados da década de 1940 e durante os primeiros anos da década de 1950 assistiu-se a uma crescente tendência de abertura e de permeabilidade aos princípios do Funcionalismo e, portanto, assiste-se a uma gradual implementação de ideias funcionalistas e do Estilo Internacional. Contudo, em Portugal terá continuado a haver uma resistência à mudança, quer pelo regime, quer por uma parte significativa dos arquitetos em defesa de princípios artísticos conservadores e tradicionalistas. No entanto, por força do uso cada vez mais significativo do betão armado e das soluções que este material permitia, o objeto arquitetónico ia, naturalmente, traduzindo e revelando de modo mais exuberante as características formais modernistas (pelas mãos de alguns dos arquitetos que haviam projetado em *Art Déco*). Ao longo dos anos 50 verifica-se o fenómeno inverso com a gradual confiança adquirida nas soluções permitidas pelo uso do betão armado, já institucionalizado pela regulamentação técnica e legislativa (com a revisão do Regulamento do Betão Armado, em 1960 e com a legislação anti-sísmica que foi aplicada em 1958) bem como pela sua aplicação em estruturas tipificadas (por exemplo, em edifícios de habitação social ou em infraestruturas de grandes dimensões, como barragens). Cada vez mais, o objeto arquitetónico assume-se “(...) como “resultante natural” da nova técnica absoluta, na expressão e na forma, nos materiais e no desenho, essa “glorificação do moderno” (Fernandes, 2003, p. 28).

Apresenta-se igualmente importante para o desenvolvimento da afirmação do Movimento Moderno, a evolução de algumas teorias estéticas e movimentos artísticos em crescendo, à época, pelo que será a evolução dessas mesmas teorias estéticas e culturais que justifica a sua vitória incontestável. A afirmação do Movimento Moderno ou do Estilo Internacional, nesta fase, não teria sido possível sem o desenvolvimento técnico da produção e da aplicação do cimento, do betão e do aço. Porém, será de reconhecer a mesma importância à teorização e inserção dos movimentos artísticos da arte abstrata, bem como à “invenção” de grandes cidades totalmente modernas (Brasília,

A implantação da imagem do Estado Novo através da arquitetura. A zona oriental do distrito do Porto.

Chandigarh ou à criatividade de autores como Mies ou Corbusier) que “interpretaram” as novas técnicas “(...) dando-lhes uma carga poética imorredora” (*idem*, p. 29).

Também, será pertinente afirmar que não se verificaram, somente, questões externas à realidade política e artística portuguesa como impulsionadoras do crescimento duma linguagem modernista na arquitetura do Estado Novo, nesta fase. A crescente oposição de atitudes perante a arquitetura, que se fazia sentir por parte de duas gerações distintas de arquitetos (os defensores da modernidade, da evolução e do internacionalismo) por um lado, e por outro (os defensores da ingerência dos valores nacionalistas e tradicionalistas no processo criativo arquitetónico) revelou uma tendência efetiva de supremacia e de afirmação dos primeiros (dos "modernos", da geração mais nova, da geração mais na moda, da geração que, afinal, poderia conferir ao Estado Novo uma imagem atual e desenvolvida). Apesar dessa tendência e da efetiva afirmação deste grupo de autores, assistiu-se também a uma conversão gradual à modernidade internacionalista, por parte de alguns dos arquitetos mais conservadores, o tema e a discussão inerente mantiveram-se por toda a década de 1960 e até ao final do regime do “Estado Novo”. Sobre este processo, José Manuel Fernandes (2003, p. 31) reflete:

como a conseqüente conflitualidade das duas gerações de autores em presença, defendendo evolução e internacionalismo versus atitudes “nacional-tradicionais”, se foi lentamente “resolvendo” pela inevitável afirmação dos primeiros. (...) desta “luta” de valores, afinal emergiu uma outra, entre a nova geração dos “críticos” ao “Estilo Internacional” e a dos velhos defensores da “primeira modernidade” – dando a esta fase histórica uma invulgar complexidade, sobretudo na década entre 1965 e o 25 de Abril de 1974.

De facto, relativamente à linguagem arquitetónica adotada nas últimas décadas do regime do Estado Novo, identifica-se uma primeira fase em que se afirmou um Funcionalismo ortodoxo numa arquitetura que poderemos classificar de registo “panfletário”. Esta linguagem, ainda muito presa ao Funcionalismo de entre guerras, terá sido preterida pelos arquitetos portugueses, quer por verificarem que já não se enquadraria nas tendências internacionais, quer por entenderem que poderiam

A implantação da imagem do Estado Novo através da arquitetura. A zona oriental do distrito do Porto.

desenvolver uma arquitetura inspirada numa reflexão sobre a identidade portuguesa, sem arriscar “cair” no "Português Suave", uma arquitetura que tanto viria a evoluir para o Regionalismo Crítico, como para o Tardo-Modernismo (Ana Tostões *in* AAVV., 2004, pp. 126-154; Frampton, 2003, pp. 319-339 e 381-39).

Em tom conclusivo, será de afirmar sobre o processo evolutivo da arquitetura, durante o Estado Novo, que se terá tratado de um “percurso”, de certa forma, “sinuoso” e até mesmo sinistro (numa visão, agora, distante de uma realidade política autoritária e ditatorial). Por outro lado, parece de sublinhar a oportunidade histórica, que os arquitetos e a arquitetura portuguesa terão encontrado para se afirmarem, possibilitada pelas políticas de obras públicas implementadas pelo regime. A arquitetura terá assumido um papel de relevo como veículo dos valores, e vontades do regime, ganhando importância como ferramenta propagandista do Estado Novo.

2.3. As tipologias edificatórias na estratégia de controlo do regime.

O conceito de tipologias edificatórias poderá ser definido por um agrupamento de propriedades formais / características de uso comuns em objetos arquitetónicos. No caso particular deste estudo, é dado relevo aos equipamentos públicos estatais edificados pelo Estado Novo, a uma escala nacional, que fizeram parte da estratégia de controlo do Estado Novo, com base em:

critérios de actuação no território e [n]os programas funcionais que enquadram os diversos edifícios. Assim, os ministros terão funcionado como clientes do MOPC [Ministério das Obras Públicas e Comunicações] (Moniz, 2005, p. 1).

Dando particular relevância aos edifícios das estações de Correios, Telégrafos e Telefones (CTT); dos tribunais e edifícios prisionais; das agências da Caixa Geral de Depósitos; dos paços de concelhos; de apoio à educação e ensino (escolas e Liceus); das

A implantação da imagem do Estado Novo através da arquitetura. A zona oriental do distrito do Porto.

estruturas de apoio local aos ramos da atividade agrícola e dos equipamentos da saúde (sanatórios, hospitais e preventórios) Gonçalo Moniz (2005) relaciona estas tipologias com a estratégia de controlo do Estado Novo, enquadrando-as na política para as obras públicas, que visava um domínio efetivo e alargado por parte do estado em todo o território nacional.

Conforme já foi referido, a constituição de 1933 originou um novo modelo de orientação governativa assente no controlo de todos os sistemas organizativos. No âmbito das obras públicas, verificou-se o reforço do corporativismo e da institucionalização do estado, através de uma nova política que visava o seu controlo e omnipresença, em todo o território nacional. Sobre a presença / domínio do estado, Gonçalves (1981, p.23) vai mais além ao apontar a criação de uma rede complexa, de modo a garantir a articulação entre poder local, regional e nacional. De acordo com o descrito no Decreto-Lei n.º 31271 de 17 de maio de 1941, "O princípio fundamental [...] é o da concentração de todas as obras desta natureza no Ministério das Obras Públicas e Comunicações". Assistiu-se, portanto, à criação de novas infraestruturas e de inúmeros equipamentos essenciais ao controlo territorial, nas suas diversas dimensões, operacionalizados apenas pelo Ministério das Obras Públicas e Comunicações (MOPC) destacando-se:

a) A Junta Autónoma de Estradas (criada em 1927) que via, em 1933, ampliada a sua ação e orçamento e daria impulso à rede rodoviária, ferroviária, portuária e aérea (embora nas três últimas os esforços tenham sido direcionados para a resolução de situações particulares) que estabelecesse ligações entre a capital e todo o território português (incluindo as colónias e também melhorando o acesso a Espanha e ao mercado europeu).

b) As Comunicações Postais, Telefónicas e Telegráficas (CTT) que foram alvo de um processo de modernização e ampliação das suas redes e infraestruturas. A dinamização

A implantação da imagem do Estado Novo através da arquitetura. A zona oriental do distrito do Porto.

desse processo foi levada a cabo pela “Comissão para Elaboração do Plano Geral das Construções e Redes Telefónicas e Telegráficas”, criada em 1934, com o objetivo de levar definitivamente a todo o território a inovação tecnológica da comunicação rápida à distância. Para além da construção da rede telegráfica e telefónica, foi iniciado um processo de construção dos edifícios dos CTT, que deveriam estar presentes em todas as localidades. O arquiteto Adelino Nunes seria o responsável pelos projetos de arquitetura desenvolvidos pela comissão. É desenvolvido um levantamento das necessidades (observando os exemplos similares francês e inglês) que dá origem a um plano apresentado, em 1937, definindo uma estratégia de intervenção com um programa arquitetónico para o efeito, uma classificação dos edifícios a construir, as prioridades de execução, três projetos-tipo e a possibilidade de se realizarem projetos excecionais para casos particulares (Moniz, 2005, pp. 6-7). Relativamente aos projetos-tipo apresentados por Adelino Nunes para o plano, o autor refere que:

partem de uma planta racional, que garante a autonomia das três funcionalidades dos edifícios – atendimento ao público, serviços técnicos e casa do gerente –, e prevêem duas hipóteses de alçados, um moderno e o outro regionalista. Paralelamente, Adelino Nunes elabora projectos especiais para as capitais de distrito que exploram o carácter urbano das cidades onde são implantados, optando, de um modo geral, por uma linguagem afirmadamente modernista. Estes projectos eram, no entanto, sujeitos aos pareceres de Raul Lino que considerava este estilo, por um lado, “apropriado ao género de serviço a que são destinados” e, por outro lado, “extemporâneo”, quando aplicado na proximidade da tradicional.

c) Os equipamentos de justiça, que através da Comissão das Construções Prisionais, nomeada em 1936, viam o seu número aumentar com o plano para hierarquizar os edifícios prisionais em quatro tipos: cadeias comarcãs, cadeias centrais, cadeias penitenciárias e cadeias especiais. Para além de ser aprovada, em 1938, a “Lei da construção dos Palácios da Justiça de Lisboa e Porto e outros estabelecimentos”. O arquiteto Cottinelli Telmo passa a integrar a comissão, ficando responsável (entre outras funções) pela elaboração de projetos-tipo. Foi substituído, em 1939, pelo arquiteto Raul Rodrigues Lima (*idem*, p. 7).

A implantação da imagem do Estado Novo através da arquitetura. A zona oriental do distrito do Porto.

d) Os equipamentos bancários que viam, igualmente, a sua rede de agências ser ampliada. Em 1928, a Caixa Geral de Depósitos é reformada por Salazar, na sequência da sua estratégia de recuperação das finanças públicas, através da assistência financeira à economia nacional e a partir de 1936, a Comissão Administrativa das Obras da Caixa Geral de Depósitos Crédito e Previdência passa a integrar o arquiteto Luís Cristino da Silva que realizará os projetos de algumas agências, como as de Espinho (1937), Guarda e Castelo Branco (1938), Elvas (1940), ou as de Leiria, Beja, Loulé e Setúbal (1941) por exemplo. Sobre estes equipamentos e a sua afirmação estética, Gonçalo Moniz (*idem*, p. 8) refere:

As propostas reflectem o compromisso possível entre uma linguagem de base moderna e os formalismos de gosto impostos pela encomenda oficial. Esta ambiguidade revela-se no trabalho de volumes puros sob forte iconografia nacionalista, onde se salienta o investimento dado ao portal da entrada com o grafismo caracterizador da Caixa Geral de Depósitos.

e) Os equipamentos para a educação, como escolas primárias, acompanham as preocupações do ministro Duarte Pacheco com a racionalização de meios de gestão, pondo fim à realização de projetos avulsos que, até então, vinham sendo realizados. Nesse sentido, em 1933, Raul Lino e Rogério de Azevedo são contratados (em regime de ajuste particular, apesar de serem já ambos funcionários da DGEMN) para elaborar os “Projectos tipo Regionalizados” de acordo com a Memória do “Ante-Projecto do Plano Geral de Tipos - Regionais de Escolas Primárias Oficiais a Construir em Série” redigida por Guilherme Rebello de Andrade. Na sequência do delineado por Duarte Pacheco, seria de construir uma rede de escolas, uniformizadas por região, pelo que são projetadas 44 variações de 9 tipos diferentes (*idem*, pp. 8, 9). Acerca dos projetos, do seu enquadramento estético, estereotipização, e enquanto veículos da imagem do Estado Novo, Moniz (*idem*, p. 8) refere que:

os projectos reflectem as características das regionais, mas também o gosto romântico pela forma, no caso de Raul Lino, e a racionalidade granítica, no caso de Rogério de Azevedo. Estas escolas levaram a todo o

A implantação da imagem do Estado Novo através da arquitetura. A zona oriental do distrito do Porto.

território português a arquitectura culta, estabelecendo um estereótipo formal da nova arquitectura portuguesa, principalmente com as propostas da região norte (...) o ministério lança três medidas fundamentais: novos conteúdos pedagógicos, a mocidade portuguesa e um plano de construções, denominado Plano dos Centenários. Estas novas escolas seriam o reflexo do encerramento do Estado Novo na construção da sua própria imagem.

f) Os equipamentos de apoio à agricultura que, ainda segundo Moniz, da tutela do ministério de Rafael Duque, sofreram um conjunto de reformas, enquadradas no corporativismo, tendo dado origem a estruturas de apoio local a todos os ramos da atividade agrícola. Assim, foi construído um elevado número de edifícios de fiscalização, controle e armazenamento da produção agrícola. A paisagem rural terá passado a compreender as adegas, da Junta Nacional do Vinho e da Junta Nacional do Azeite, e os silos, da Junta Nacional do Pão. Paralelamente, foram promovidas obras da hidráulica agrícola, visando condições favoráveis ao desenvolvimento da atividade agrícola.

g) Os equipamentos da saúde que foi outra tipologia funcional de equipamento público que assistiu à ação do regime. No entanto, segundo Moniz, neste caso a reforma dos equipamentos hospitalares do Ministério do Interior tenha ficado limitada aos processos lentos dos hospitais centrais de Lisboa e do Porto. O ministério terá, principalmente, promovido a Assistência Nacional aos Tuberculosos (ANT) elaborando, em 1935, um “Plano de luta contra a tuberculose” que promove a realização de projetos-tipo para os diferentes edifícios de apoio à luta nacional contra a doença: os sanatórios, hospitais e preventórios, projetados por Vasco Regaleira; os dispensários distritais e concelhios, projetados por Carlos Ramos. Com o funcionamento em rede destes equipamentos pretendia-se controlar o desenvolvimento da doença, segundo o modelo implementado em França, Alemanha ou Estados Unidos, incidindo no diagnóstico da doença, na terapêutica, na assistência social à população contaminada e na informação sobre medidas de prevenção (*idem*, p. 10).

A implantação da imagem do Estado Novo através da arquitetura. A zona oriental do distrito do Porto.

O efetivo domínio sobre o povo potenciou a definição de estratégias implementadas na articulação da administração pública. Aqui, também a arquitetura teve um papel de relevo, através da construção de tipologias edificatórias que terão servido para reforçar o poder político, caracterizadas por representarem "(...) o sucesso de uma política de desenvolvimento económico e de formação de um espírito novo, moldado à nova ordem" (Moniz, 2005, p. 10).

Em particular, no âmbito deste estudo, serão focadas as edificações presentes na zona oriental do distrito do Porto e analisado o modo como terão feito parte da estratégia de implantação da imagem do Estado Novo através da arquitetura, nesse território.

A título de salvaguarda, sublinhe-se que as escolas primárias, devido à sua presença generalizada em todo o país, não foram consideradas por não evidenciarem diferenciações de estratégia na implantação da imagem do Estado Novo, assim como não foram considerados os Liceus, uma vez que apenas foram edificados em capitais distritais, o que não se aplica ao território em apreço neste estudo. Equipamentos de atividade agrícola e equipamentos hospitalares não se encontraram na área considerada, pelo menos, em arquitetura construída especificamente para o efeito pelo regime, motivo que levou a que também fossem excluídos deste estudo.

A implantação da imagem do Estado Novo através da arquitetura. A zona oriental do distrito do Porto.

III. A ARQUITETURA NA IMPLANTAÇÃO DA IMAGEM DO ESTADO NOVO.

3.1. A amostra

3.1.1. O território em análise: geografia e redes viárias.

O território do distrito do Porto, apresenta características geográficas complexas e bastante distintas, comportando uma realidade paisagística que se desenvolve desde o litoral até à montanha e desde o Minho até ao Douro (que originaram, também, realidades sociais, económicas e urbanísticas de carácter e leituras bastante diferentes). A sua orografia apresenta-se bastante pronunciada e a sua rede hidrográfica é muito extensa e ramificada. Assim, procurou-se que a área definida para este estudo apresentasse alguma uniformidade, dentro dos limites administrativos do distrito, visando uma leitura analítica coerente e equilibrada. Por outro lado, com a escolha deste território suburbano e rural, pretendeu-se avaliar o processo edificatório de obras públicas do Estado Novo fora dos grandes centros urbanos.

Optou-se por seleccionar um conjunto de 10 municípios (Amarante, Baião, Felgueiras, Gondomar, Lousada, Marco de Canaveses, Paços de Ferreira, Paredes, Penafiel e Valongo) que se destacam, geograficamente, por limites naturais e que se agrupam na zona oriental do distrito do Porto, a Sul das serras da Agrela/Cabreira, abrangendo os vales dos rios Sousa e Ferreira, e do Baixo Tâmega, e chegando até os contrafortes meridionais do Marão, ao longo do Douro.

Este estudo teve particular enfoque nas sedes de concelho, uma vez que não foram encontrados exemplos de edificações fora delas (excetuando o caso das escolas primárias) o que poderá levar a constatar sobre uma tendência do regime em optar, generalizadamente, por centralizar as suas iniciativas edificatórias, numa “filosofia” de hierarquização do território. Tendo em vista concluir sobre uma, eventual, gradação de importância entre as sedes dos concelhos da área de estudo e se terá havido variações dessa hierarquia, no período do Estado Novo, importará saber quais desses centros

A implantação da imagem do Estado Novo através da arquitetura. A zona oriental do distrito do Porto.

urbanos se classificavam administrativamente, como vilas e como cidades. Assim, procedeu-se à pesquisa dessa classificação em vigor, durante o período do Estado Novo, tendo-se apurado que, à exceção de Penafiel (cidade, desde 1770) todas as outras se classificavam como vilas, sendo que Baião e Lousada ainda mantêm essa designação (segundo informações obtidas por consulta aos serviços municipais das 10 autarquias, em 2021).

Ainda, para uma melhor caracterização da realidade sociodemográfica das urbes em apreço, procedeu-se à comparação da evolução da quantidade de população presente, em cada uma delas, para o mesmo período (recorrendo a informações disponibilizadas pelo Instituto Nacional de Estatística, 2021).

	População / CENSOS 1930		População / CENSOS 1970	
Amarante	2 668	4.º	4 031	▲ 5.º
Baião	2 261	6.º	2 170	▼ 9.º
Felgueiras	2 306	5.º	4 545	▲ 4.º
Gondomar	7 502	1.º	14 520	▲ 1.º
Lousada	1 258	10.º	1 768	▲ 10.º
Marco de Canaveses	2 114	7.º	2 857	▲ 8.º
Paços de Ferreira	1 340	9.º	3 070	▲ 7.º
Paredes	1 924	8.º	3 079	▲ 6.º
Penafiel	5 690	2.º	5 861	▲ 3.º
Valongo	3 986	3.º	7 871	▲ 2.º

Tabela 1: Evolução demográfica por freguesia sede de concelho, entre 1930 e 1970.

Autoria própria, 2021.

Primeiramente, e antes da análise demográfica evolutiva, será de efetuar uma hierarquização demográfica quantitativa das sedes de concelho (nas 2 datas) em 1930 e em 1970. Assim, na tabela acima, procedeu-se à classificação (a azul) do lugar que cada um desses centros urbanos ocupava, nos 2 momentos, relativamente ao número de habitantes. Comparando a classificação de 1930 com a de 1970, ressalta: Gondomar manteve-se como o mais populoso e Lousada como o menos populoso. Dos que viram a

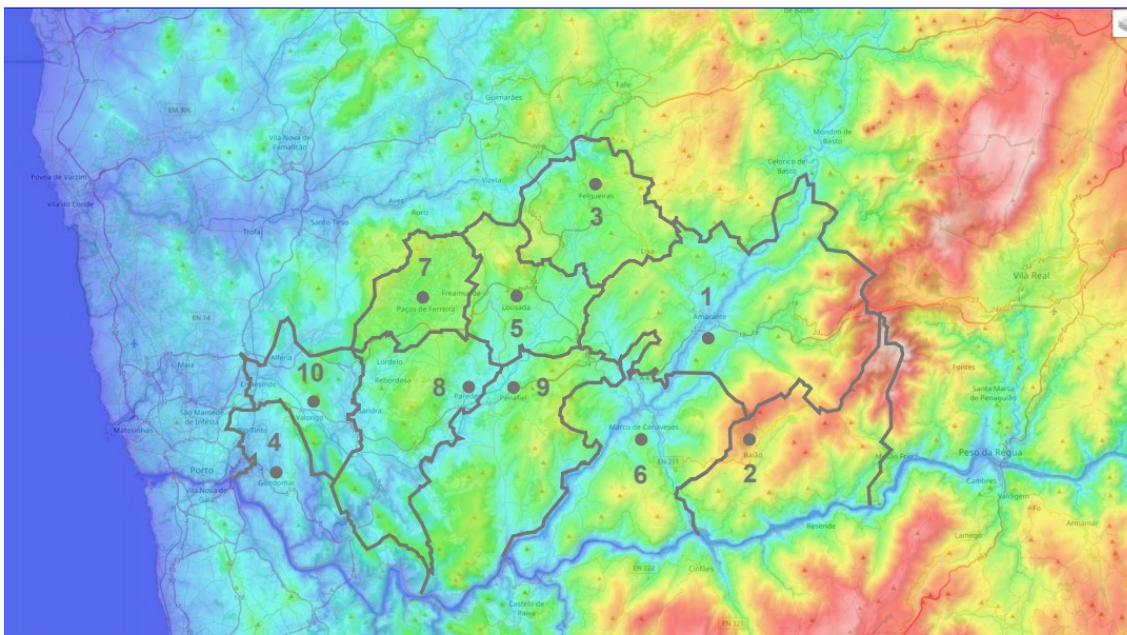
A implantação da imagem do Estado Novo através da arquitetura. A zona oriental do distrito do Porto.

sua classificação subir, sublinhem-se os casos de Felgueiras que subiu de 5.º para 4.º lugar; de Paços de Ferreira que subiu de 9.º para 7.º lugar; de Paredes que subiu de 8.º para 6.º lugar e o caso de Valongo que subiu de 3.º para 2.º lugar. Daqueles que desceram na classificação, refiram-se os casos de Amarante que desceu de 4.º para 5.º lugar; de Baião que desceu de 6.º para 9.º lugar; de Marco de Canaveses que desceu de 7.º para 8.º lugar e o caso de Penafiel que desceu de 2.º lugar para 3.º lugar.

Da análise à evolução demográfica de cada uma das sedes de concelho, sublinhe-se que todas viram a sua população crescer, no período entre 1930 e 1970, à exceção de Baião que decresceu demograficamente. Sobressai, ainda, que as que tiveram crescimentos mais tímidos foram Penafiel (+ 171), Lousada (+ 510) e Marco de Canaveses (+ 743). As restantes sedes de concelho: Amarante, Felgueiras, Gondomar, Paredes e Valongo tiveram crescimentos populacionais, percentualmente, muito significativos, sendo que Paços de Ferreira viu mesmo a sua população mais do que duplicar, nesse período de 40 anos.

No sentido de melhor compreender o enquadramento geográfico da área em apreço nesta análise e, em particular, dos centros urbanos de cada um dos 10 concelhos optou-se pela leitura de uma carta topográfica com sobreposição dos limites administrativos de cada município, no sentido de interpretar o contexto geográfico que possa ter contribuído para um maior ou menor desenvolvimento desses centros urbanos.

A implantação da imagem do Estado Novo através da arquitetura. A zona oriental do distrito do Porto.



Mapa 1: Enquadramento geográfico das sedes dos concelhos.

Fonte: <https://pt-pt.topographic-map.com/maps/fixh/Porto/>

1 Amarante, 2 Baião, 3 Felgueiras, 4 Gondomar, 5 Lousada, 6 Marco de Canaveses, 7 Paços de Ferreira, 8 Paredes, 9 Penafiel e 10 Valongo.

Da análise cartográfica ressalta a localização, quase generalizada, de todos os centros urbanos (sedes de concelho) em vales mais ou menos pronunciados. Mesmo tendo em conta que nos concelhos mais ocidentais os fatores de desenvolvimento possam ter tido, também, outras influências (maior proximidade ao litoral e à cidade do Porto) na maioria constata-se que as urbes principais de cada concelho se fixaram e desenvolveram em vales que, como é sabido, são naturalmente zonas onde as deslocções são mais fáceis e formaram, historicamente, linhas de percurso. Por outro lado, ressalta o facto das elevações (montes) serem zonas de relevo acentuado e de mais difícil circulação e atravessamento, criando barreiras e contribuindo para uma contenção e consolidação urbanística dos aglomerados edificadas. Esse fenómeno está presente em todas as sedes de concelho, sendo menos expressivo (apenas) em Felgueiras, Lousada e Paços de Ferreira. Poderão salientar-se os casos de Amarante, Marco de Canaveses e Valongo em que essa expressividade é maior.

A implantação da imagem do Estado Novo através da arquitetura. A zona oriental do distrito do Porto.

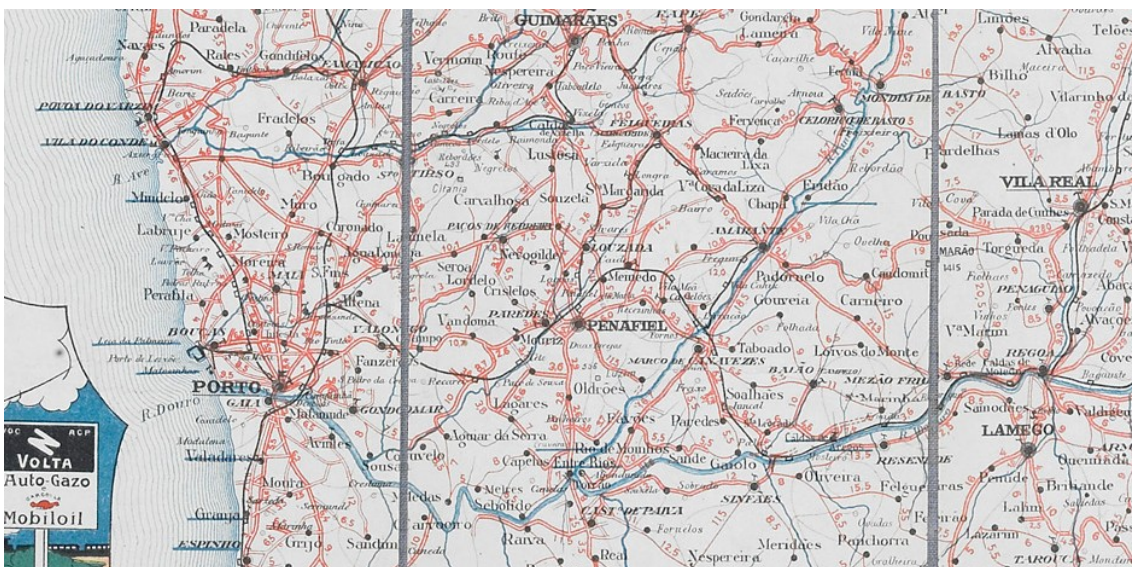
Também os principais rios presentes nesta área de estudo terão afirmado o seu papel enquanto vias de transporte mas, por outro lado, também poderá afirmar-se que terão funcionado como barreiras, levando a que os locais do seu atravessamento se tornassem os sítios de concentração de trânsito, de maiores oportunidades comerciais e, conseqüentemente, de maior desenvolvimento e crescimento urbanístico. Serão exemplos relevantes dessa situação, as cidades de Amarante e do Marco de Canaveses que se desenvolveram nas margens do rio Tâmega, junto às pontes que o atravessam. As cidades de Paredes e de Penafiel são outro exemplo semelhante, nas margens do rio Sousa e próximas do local da sua travessia. Saliente-se o caso de Baião que reúne 2 condicionantes desfavoráveis: em termos orográficos é o que se insere em zona de maior relevo e, portanto, com uma maior barreira à deslocação; em termos hidrográficos, está distante do rio Tâmega e do rio Douro.

Concluindo sobre esta análise da situação geográfica das sedes de concelho e procurando encontrar uma hierarquia que atribua destaque a alguma delas tendo em conta as que reúnem condicionantes geográficas mais favoráveis ao desenvolvimento, importará que os maiores crescimentos demográficos tiveram lugar na zona mais ocidental (Gondomar, Paços de Ferreira, Paredes e Valongo) mais próxima da cidade do Porto e, conseqüentemente, mais próxima das principais ligações aéreas e marítimas; bem como na zona mais oriental (Amarante e Felgueiras) a primeira por estar numa faixa de mais fácil circulação (no vale do rio Tâmega) assim como por se encontrar no trajeto dos pontos tradicionais de atravessamento do Marão, na direção de Trás-os-Montes e a segunda (Felgueiras) por se encontrar entre o vale do rio Ave (e o Minho). Destes centros urbanos destacam-se (relativamente à contribuição que a orografia e a rede hidrográfica possam ter tido para o desenvolvimento urbanístico) Amarante, Marco de Canaveses e Paredes por estarem inseridos em vales que servem de leito ao rio Tâmega e ao rio Sousa (no caso de Paredes). Ressalve-se que Felgueiras, apesar de ainda se encontrar no grupo de 6 sedes de concelho em destaque nesta análise, apresenta um enquadramento orográfico e geográfico distinto, uma vez que a relação com essas

A implantação da imagem do Estado Novo através da arquitetura. A zona oriental do distrito do Porto.

condicionantes se faz numa leitura de proximidade com as serras da Agrela/Cabreira e com o vale do Ave.

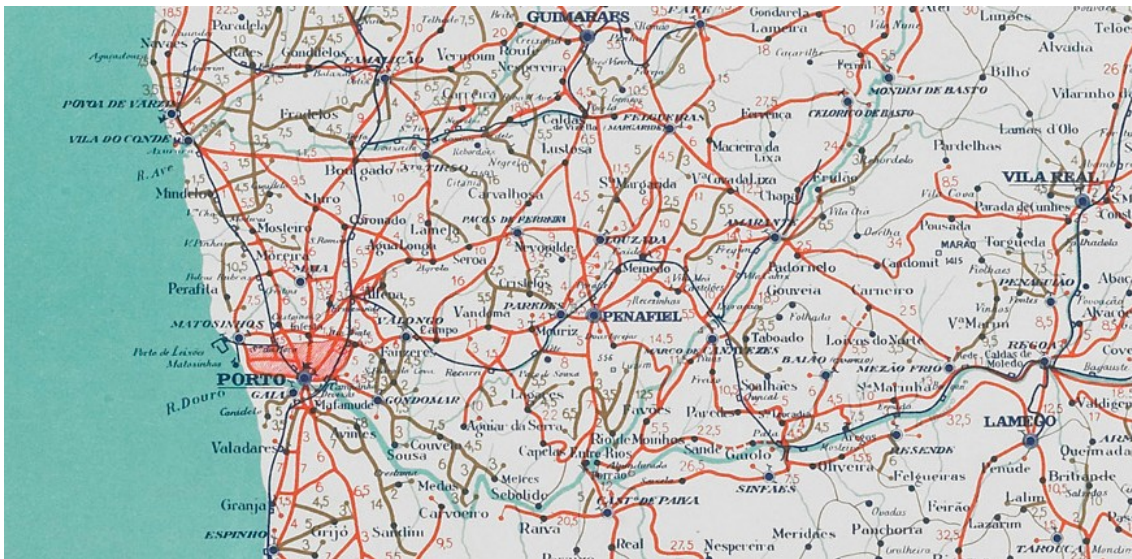
Será, igualmente, interessante entender qual o papel que as redes rodoviária e ferroviária tiveram no processo de desenvolvimento dos centros urbanos em análise. Percecionar os destinos por elas interligados, qual o seu estado de conservação, dimensionamento e a abrangência dessas infraestruturas que serviam esta zona do distrito do Porto, à época da instauração do Estado Novo e durante os anos que se seguiram (até ao final do regime) revelou-se, igualmente, imprescindível para entender o processo de implantação da imagem do Estado Novo, na zona oriental do distrito. Nesse sentido, recorrendo a mapas de estradas (datados de 1926, 1937, 1952, 1960, 1964 e 1970) pretendeu-se analisar as ligações das sedes dos concelhos em estudo a outros centros urbanos de relevo mais distantes, nomeadamente, a cidades como o Porto, Vila Real, Guimarães e Lamego. Foi intenção, por um lado, entender de que forma poderão ter influenciado opções e prioridades de investimento do regime e, por outro lado, entender de que forma poderão ter evoluído como consequência dessas mesmas opções e prioridades no processo edificatório.



Mapa 2: Mapa de estradas de 1926.

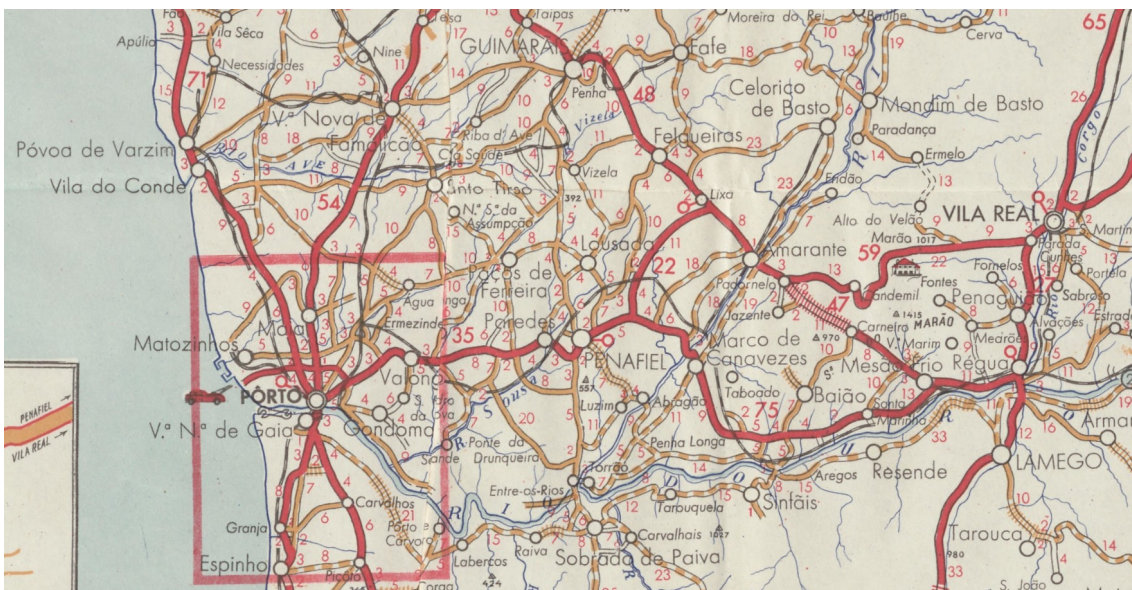
Fonte: Biblioteca Nacional Digital.

A implantação da imagem do Estado Novo através da arquitetura. A zona oriental do distrito do Porto.



Mapa 3: Mapa de estradas de 1937.

Fonte: Biblioteca Nacional Digital.



Mapa 4: Mapa de estradas 1952.

Fonte: Biblioteca Pública Municipal do Porto.

A implantação da imagem do Estado Novo através da arquitetura. A zona oriental do distrito do Porto.

Relativamente às ligações rodoviárias entre as sedes dos 10 concelhos que compõem o território em estudo neste trabalho, tendo em conta a proximidade relativa entre algumas delas, denotam-se lacunas que perduraram no tempo, sendo de registar (no sentido poente – nascente) que, nos mapas de 1926 e de 1937, eram débeis as ligações entre Valongo e Gondomar, entre Paredes e Paços de Ferreira e entre Lousada e Amarante, apesar da distância reduzida entre essas sedes de concelho. Baião apresentava-se, no conjunto das 10 sedes de concelho, como a pior servida por estradas, usufruindo, apenas, de boa ligação rodoviária para sul, sendo fraca a ligação a Marco de Canaveses, Amarante, Vila real e Lamego. Da análise aos mapas de 1952 e de 1960 constata-se que se mantêm as debilidades nas ligações já referidas, com a exceção da ligação entre Valongo e Gondomar que (embora continuando de categoria inferior) apresenta já um traçado sem referência a troços em mau estado. Examinando os mapas de 1964 e de 1970 constata-se que as lacunas nas ligações rodoviárias mencionadas mantiveram-se, pelo menos, até 1970, não havendo registo de investimento em novas estradas ou troços que pudessem encurtar deslocações entre as sedes de concelho. Em tom conclusivo, serão de apontar Gondomar, Paços de Ferreira, Lousada e Baião como os centros urbanos que usufruíram de piores ligações rodoviárias.

Enumerando, agora, as sedes de concelho que se apresentam, no período em análise, como sendo as melhor servidas em termos de eixos viários, será de sublinhar que para além daquelas que se desenvolveram ao longo do eixo da E.N. 15 (Valongo, Paredes, Penafiel e Amarante) somente Felgueiras (no eixo da E.N. 101) e Marco de Canaveses (com ligação à E.N. 15) estiveram, durante o período do Estado Novo, servidas de forma efetiva por vias de ligação rodoviária que lhes terão permitido algum desenvolvimento.

No que respeita à rede ferroviária, no sentido de tornar possível uma perceção relativa aos caminhos de ferro que serviam o norte do país e, particularmente, a área em estudo, importará apurar qual a situação infraestrutural, no início do período em apreço (1933).

A implantação da imagem do Estado Novo através da arquitetura. A zona oriental do distrito do Porto.

No que concerne à rede de circulação em ferrovia em particular, note-se que, pelo menos desde 1930 (segundo o mapa apresentado) o território em apreço era já servido por 2 linhas: a linha do Douro (ligando a cidade do Porto à Régua e à fronteira com Espanha) e a linha do Tâmega que (partindo da linha do Douro) permitia já acesso a Amarante, desde 1909 (Ornellas, 1932, p. 154).



Mapa 8: Mapa da rede ferroviária em 1930 (extrato).

Fonte: Alegria (1990), p.301.

Relativamente às estações que compunham a infraestrutura ferroviária da linha do Douro, no início do Estado Novo, constata-se que mesmo antes daquele regime (já em 1875) Valongo, Paredes e Penafiel eram pontos de paragem dos comboios em circulação, conforme mostra horário de partidas e chegadas daquela data. Também o Marco de Canaveses, em 1895, era já servido por uma estação ferroviária (conforme mapa publicado nesse ano, pelos Caminhos de Ferro Portuguezes e agora no acervo da Biblioteca Nacional de Portugal).

A implantação da imagem do Estado Novo através da arquitetura. A zona oriental do distrito do Porto.

assumido, em cada caso, o relevo orográfico (localização em linha de vale, mais ou menos, importante); bem como a proximidade aos principais eixos de circulação ferro e rodoviários de ligação a outros centros urbanos importantes que atravessam a área compreendida neste estudo. Assim, apesar dos valores obtidos apresentarem uma diferenciação quantitativa, pretendem traduzir uma diferenciação qualitativa da situação geográfica daqueles centros urbanos.

	Linha de vale importante	Em eixo de ligação de centros urbanos importantes	Acesso rodoviário	Acesso ferroviário	Total
Amarante	2	2	2	2	8
Baião	-1	0	0	0	-1
Felgueiras	1	2	1	0	4
Gondomar	0	0	0	0	0
Lousada	0	0	0	0	0
Marco de Canaveses	2	1	0	1	4
Paços de Ferreira	0	0	0	0	0
Paredes	1	1	1	1	4
Penafiel	1	1	1	1	4
Valongo	0	1	1	1	3

Tabela 2: Análise hierárquica de acessibilidades por sedes de concelho.

Fonte: A autoria própria, 2021.

Como se poderá comprovar é Amarante que, claramente, se destaca como sede de concelho mais favorecida em termos de acessibilidades, o que se terá traduzido, consequentemente, numa maior visibilidade / notoriedade no cômputo dos 10 centros urbanos analisados. Será, igualmente, de sublinhar que Baião se revela como a sede de concelho mais desfavorecida nesta mesma análise, em muito, pela sua localização em zona montanhosa, ao contrário de todas as outras.

3.1.2. O elenco edificado.

No intuito de melhor conhecer o conjunto de 27 edifícios que elencaram o processo de implantação da imagem do Estado Novo através da arquitetura, na zona oriental do distrito do Porto, optou-se por efetuar uma apresentação desses edifícios (por ordem

A implantação da imagem do Estado Novo através da arquitetura. A zona oriental do distrito do Porto.

cronológica crescente dos seus projetos) agrupando-os por concelhos. Assim, nos 10 concelhos em apreço, e nas tipologias analisadas registam-se:

3.1.2.1. Concelho de Amarante.

O edifício dos Correios, Telégrafos e Telefones, CTT.



Fig. 1: Estação dos CTT de Amarante.

Fonte: SIPA, 2020.



Fig. 2: Vista aérea do edifício da fig.1.

Fonte: Google Earth, 2021.

Situado no gaveto da rua Cândido dos Reis com a rua Teixeira de Vasconcelos, o edifício foi projetado pelo arquiteto Adelino Alves Nunes, em 1936, tendo sido concluído e inaugurado, em 1951 (SIPA, 2020. IPA.00021021).

O edifício da Cadeia Comarcã.



Fig. 3: Cadeia Comarcã de Amarante.

Fonte: SIPA, 2020.



Fig. 4: Vista aérea do edifício da fig.3.

Fonte: Google Earth, 2019.

A implantação da imagem do Estado Novo através da arquitetura. A zona oriental do distrito do Porto.

Situado na praça da República (atual largo de São Gonçalo) este edifício foi projetado pelo arquiteto Raul Rodrigues de Lima, em 1943, tendo sido concluído em 1947. Foi concebido para ter a capacidade de albergar catorze reclusos homens e cinco mulheres (SIPA, 2020. IPA.00008025). Atualmente, após ter sido reabilitado, comporta (desde 9 de agosto de 2008) o Centro Cultural de Amarante (segundo informações cedidas pela Biblioteca Municipal de Amarante, em 2020).

O edifício da Caixa Geral de Depósitos.



Fig. 5: Edifício da CGD de Amarante.

Fonte: SIPA, 2020.

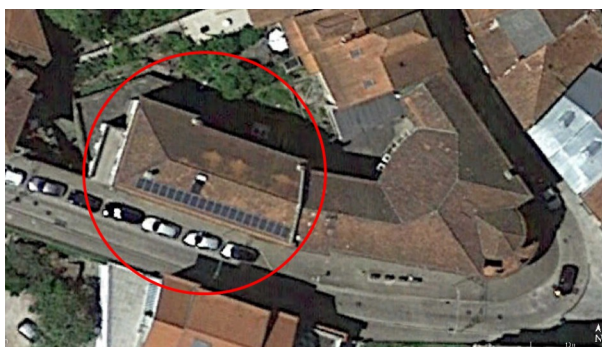


Fig. 6: Vista aérea do edifício da fig.5.

Fonte: Google Earth, 2019.

Situado na rua Cândido dos Reis, o edifício foi projetado pelo arquiteto António Maria Veloso Reis Camelo, em 1944. Foi concluído e inaugurado em 1949 (Brites, 2014. pp. 250-255).

A implantação da imagem do Estado Novo através da arquitetura. A zona oriental do distrito do Porto.

O edifício do Mercado Municipal.



Fig. 7: Mercado Municipal de Amarante.
Fonte: Google Earth, 2019.



Fig. 8: Vista aérea do edifício da fig.7.
Fonte: Google Earth, 2019.

Situado na rua Capitão Augusto Casimiro, junto à margem do rio Tâmega, no centro da cidade, o edifício foi projetado pelo arquiteto Januário Godinho, em 1959. Foi inaugurado em 1964 (Sá, 2019. pp. 136-138).

O edifício do Tribunal.



Fig. 9: Edifício do Tribunal de Amarante.
Fonte: Google Earth, 2019.



Fig. 10: Vista aérea do edifício da fig.9.
Fonte: Google Earth, 2019.

Situado, igualmente, na rua Capitão Augusto Casimiro, no centro da cidade, o edifício foi projetado pelo arquiteto Januário Godinho, em 1959, tendo sido inaugurado em 1964. Juntamente com o edifício do Mercado Municipal formam um conjunto projetado e articulado, simultaneamente (Sá, 2019. pp. 136-142).

A implantação da imagem do Estado Novo através da arquitetura. A zona oriental do distrito do Porto.

3.1.2.2. Concelho de Baião.

A pesquisa levada a cabo neste estudo, revelou a inexistência de qualquer obra executada pelo regime do Estado Novo, nas tipologias em apreço. Para além do constatado através de outros métodos de pesquisa, também a informação prestada pelos serviços municipais de Baião apontou, para os equipamentos edificados, datas posteriores a 1977.

3.1.2.3. Concelho de Felgueiras.

O edifício da Cadeia Comarcã.



Fig. 11: Cadeia Comarcã de Felgueiras.

Fonte: Biblioteca Municipal de Felgueiras, 2020.

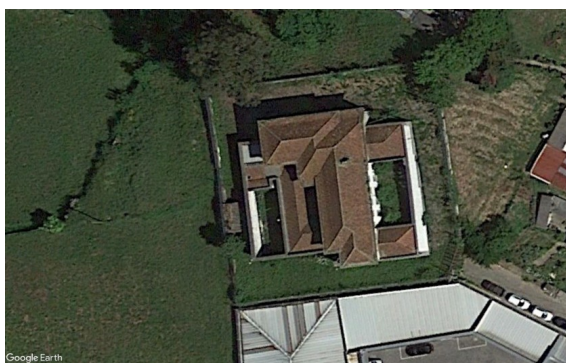


Fig. 12: Vista aérea do edifício da fig.11.

Fonte: Google Earth, 2020.

Implantado à margem da rua da Cadeia, o edifício foi projetado pelo arquiteto Raul Rodrigues Lima, em 1941. O edifício foi inaugurado, em 1945 (SIPA, 2020. IPA.00011217).

A implantação da imagem do Estado Novo através da arquitetura. A zona oriental do distrito do Porto.

O edifício dos Paços do Concelho.



Fig. 13: Paços do Concelho de Felgueiras.

Fonte: Autoria própria, 2020.

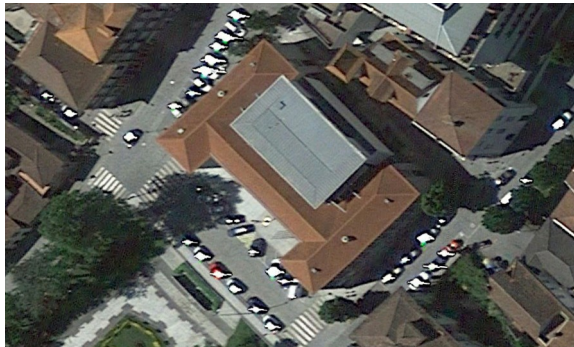


Fig. 14: Vista aérea do edifício da fig.13.

Fonte: Google Earth, 2020.

Situado na praça da República, este edifício foi projetado pelo arquiteto Januário Godinho, em 1935. No entanto, foi solicitada pela DGEMN, em 1940, uma alteração ao projeto inicial, sendo o projeto do edifício existente de 1947. A construção foi concluída e inaugurada, em 1958 (Tavares, 2017. p. 278).

O edifício da Caixa Geral de Depósitos.



Fig. 15: Edifício da CGD de Felgueiras.

Fonte: SIPA, 2020.

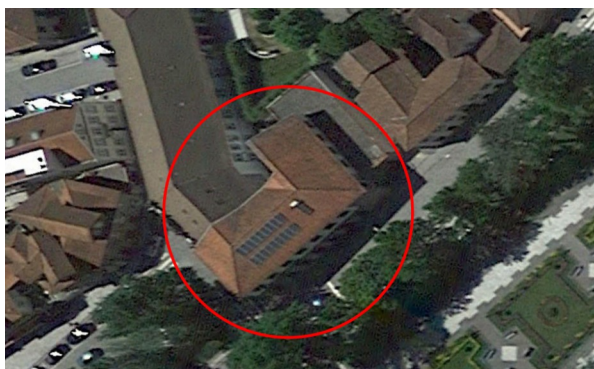


Fig. 16: Vista aérea do edifício da fig.15.

Fonte: Google Earth, 2020.

A implantação da imagem do Estado Novo através da arquitetura. A zona oriental do distrito do Porto.

Situado no gaveto da praça da República com a rua Miguel Bombarda, o edifício foi projetado pelo arquiteto Amândio Vaz Pinto do Amaral, em 1951, tendo sido concluído em 1954. A obra foi executada num terreno vendido pela Câmara Municipal à CGDCP, no ano de 1951 (Brites, 2014. p. 342).

O edifício do Tribunal.



Fig. 17: Edifício do Tribunal de Felgueiras.

Fonte: Google Earth, 2020.

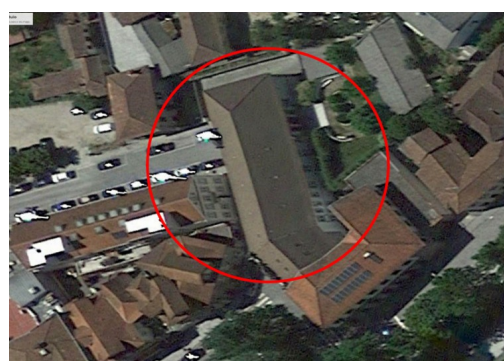


Fig. 18: Vista aérea do edifício da fig.17.

Fonte: Google Earth, 2020.

Este edifício, situado na rua 25 de Abril (junto à praça da República) sofreu uma ampliação (prolongando-se até ao edifício da Caixa Geral de Depósitos) num projeto do arquiteto Benjamim do Carmo Azevedo, inaugurado a 1 de junho de 1958 (Tavares, 2017. p. 282). No entanto, na pesquisa efetuada, não se encontrou menção à data de conceção do edifício original (pré-existente) ou autor do seu projeto. Apenas foi possível apurar que foi inaugurado a 27 de setembro de 1942 (Tavares, 2017. p. 271).

A implantação da imagem do Estado Novo através da arquitetura. A zona oriental do distrito do Porto.

O edifício dos Correios, Telégrafos e Telefones, CTT.



Fig. 19: Estação dos CTT de Felgueiras.

Fonte: Fundação Portuguesa Comunicações, 2020.



Fig. 20: Vista aérea do edifício da fig.19.

Fonte: Google Earth, 2020.

Implantado no gaveto da praça da República com a rua Leonor Rosa da Silva, o edifício foi projetado pela Delegação dos Edifícios para os Serviços dos C. T. T, e inaugurado em 1962. Foi a 244.^a Realização do Plano de Instalação e Reinstalação de Estações (segundo informações cedidas pela Fundação Portuguesa das Comunicações, em 2021).

O edifício do Mercado Municipal.



Fig. 21: Mercado Municipal de Felgueiras.

Fonte: Biblioteca Municipal Felgueiras, 2021.

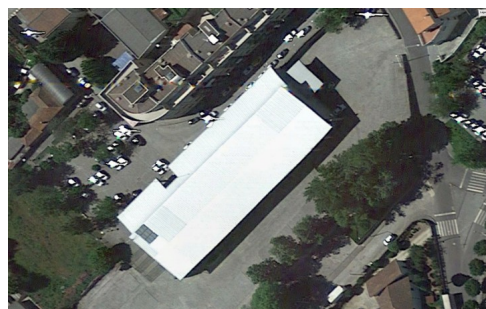


Fig. 22: Vista aérea do edifício da fig.21.

Fonte: Google Earth, 2020.

Situado na rua da Cegonha, no centro da cidade. Foi projetado pelo arquiteto Januário Godinho, em 1966, tendo sido concluído em 1970 (Tavares, 2017. p. 298).

A implantação da imagem do Estado Novo através da arquitetura. A zona oriental do distrito do Porto.

3.1.2.4. Concelho de Gondomar.

O edifício do posto da Guarda Nacional Republicana.



Fig. 23: Posto da GNR de Gondomar.

Fonte: Google Earth, 2018.



Fig. 24: Vista aérea do edifício da fig.23.

Fonte: Google Earth, 2018.

O edifício, situado na rua Padre Andrade Silva, terá sido inaugurado por Américo Tomás, em 1958, Presidente da República, à data (segundo informações obtidas junto do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Gondomar, em 2020). Contudo, não foi possível apurar o nome do autor do projeto de arquitetura deste edifício.

O edifício da Caixa Geral de Depósitos.



Fig. 25: Edifício da CGD de Gondomar.

Fonte: Brites, 2014. p.379

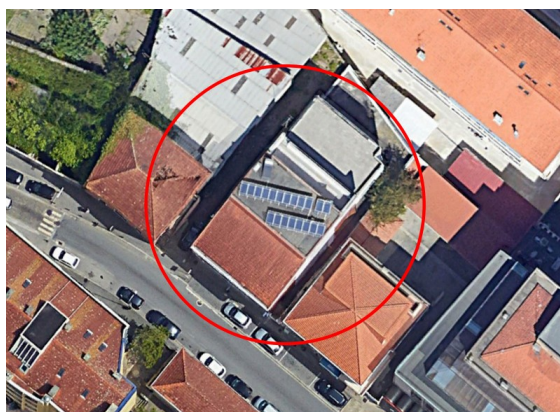


Fig. 26: Vista aérea do edifício da fig.25.

Fonte: Google Earth, 2018.

A implantação da imagem do Estado Novo através da arquitetura. A zona oriental do distrito do Porto.

Situado na rua Combatentes da Grande Guerra, o edifício foi projetado pelo arquiteto Fernando Manuel Lobato da Cunha Guimarães, em 1969. A obra foi iniciada em 1970. (Brites, 2014. pp. 374-378).

3.1.2.5. Concelho de Lousada.

O edifício do Tribunal.



Fig. 27: Edifício do Tribunal de Lousada.

Fonte: Google Earth, 2020.

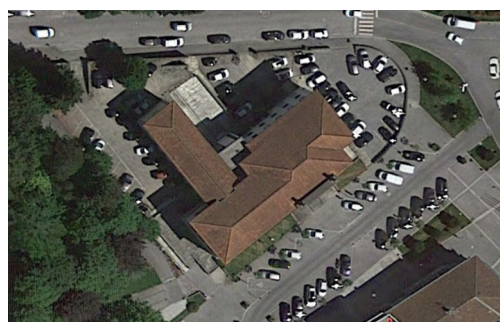


Fig. 28: Vista aérea do edifício da fig.27.

Fonte: Google Earth, 2020.

O edifício situa-se na Avenida Senhor dos Aflitos, no centro da cidade. Foi projetado pelo arquiteto Álvaro da Fonseca, em 1966, tendo sido concluído, em 1971. Foi inaugurado, em 1972 (segundo informações obtidas junto do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lousada, em 2020).

A implantação da imagem do Estado Novo através da arquitetura. A zona oriental do distrito do Porto.

3.1.2.6. Concelho do Marco de Canaveses.

O edifício do Tribunal.



Fig. 29: Edifício do Tribunal do Marco de Canaveses.

Fonte: Google Earth, 2020.

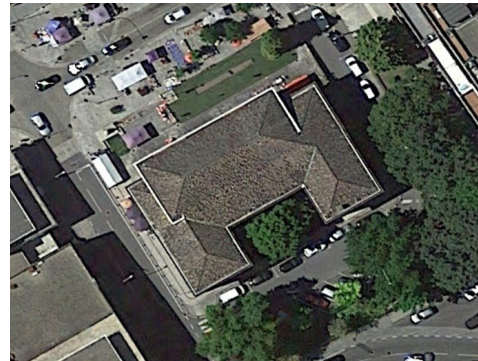


Fig. 30: Vista aérea do edifício da fig.29.

Fonte: Google Earth, 2020.

O edifício situa-se na Avenida dr. Francisco Sá Carneiro, no centro da cidade. Foi projetado pelo arquiteto António Madeira Portugal, sendo a obra concluída em 1975 (SIPA, 2020. IPA.00015940).

3.1.2.7. Concelho de Paços de Ferreira.

O edifício da cadeia Comarcã.



Fig. 31: Cadeia Comarcã de Paços de Ferreira.

Fonte: Google Earth, 2021.



Fig. 32: Vista aérea do edifício da fig.31.

Fonte: Google Earth, 2021.

A implantação da imagem do Estado Novo através da arquitetura. A zona oriental do distrito do Porto.

Situado na Avenida da Cadeia Central do Norte, o edifício original foi projetado pelo arquiteto Raul Rodrigues de Lima, em 1957. Este edifício foi ampliado, em 1998, pelo atelier C.A. Arquitectos, Ld^a. (Duarte, 2018).

O edifício dos Correios, Telégrafos e Telefones, CTT.



Fig. 33: Estação dos CTT de Paços de Ferreira.

Fonte: Fundação Portuguesa das Comunicações, 2020.

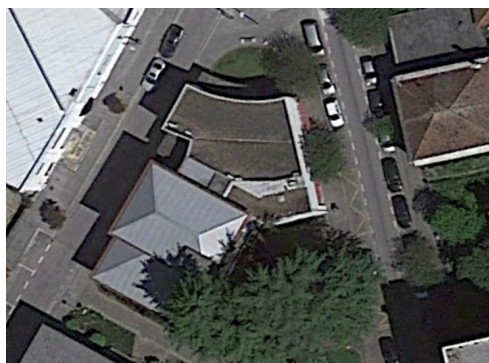


Fig. 34: Vista aérea do edifício da fig.33.

Fonte: Google Earth, 2020.

O edifício dos Correios, Telégrafos e Telefones de Paços de Ferreira está implantado na rua Antero Chaves. Foi projetado pela Delegação dos Edifícios para os Serviços dos CTT e teve a sua conclusão, em 1963. Integrou a 281.^a Realização do Plano de instalação e Reinstalação de Estações (segundo informações obtidas junto da Fundação Portuguesa das Comunicações, em 2021).

A implantação da imagem do Estado Novo através da arquitetura. A zona oriental do distrito do Porto.

O edifício do tribunal.



Fig. 35: Edifício do Tribunal de Paços de Ferreira.

Fonte: Google Earth, 2020.



Fig. 36: Vista aérea do edifício da fig.35.

Fonte: Google Earth, 2020.

O edifício do Tribunal de Paços de Ferreira, situado na praça 25 de Abril (assumindo um papel de centralidade, no tecido urbano da cidade). Foi projetado pelo arquiteto Raul Rodrigues de Lima e teve a sua conclusão em 1972, ano em que foi inaugurado pelo Ministro da Justiça, Almeida e Costa (SIPA, 2020. IPA.00015954).

3.1.2.8. Concelho de Paredes.

O edifício dos Paços do Concelho e Tribunal.



Fig. 37: Edifício Paços do Concelho e Tribunal.

Fonte: Autoria própria, 2020.

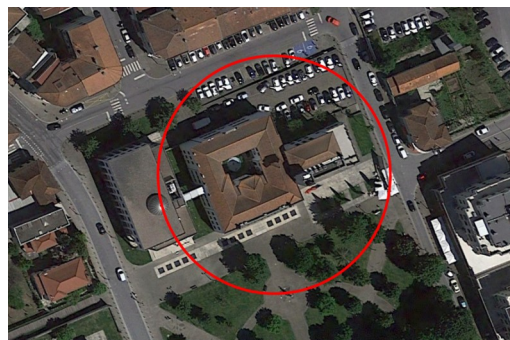


Fig. 38: Vista aérea do edifício da fig.37.

Fonte: Google Earth, 2020.

A implantação da imagem do Estado Novo através da arquitetura. A zona oriental do distrito do Porto.

Este edifício, situado no topo norte do parque José Guilherme (centro da cidade de Paredes) foi projetado pelo atelier ARS Arquitectos (Constituído por Fortunato Cabral, Cunha Leão e Morais Soares) em 1938. A obra foi concluída, em 1953. Os arquitetos tiveram a tarefa de projetar um edifício que albergasse os Paços do Concelho e o Tribunal. É, portanto, um edifício concebido para um uso misto (de acordo com informações obtidas junto do Arquivo Histórico Municipal de Paredes, 2020).

O edifício do Mercado Municipal.



Fig. 39: Mercado Municipal de Paredes.

Fonte: Autoria própria, 2020.



Fig. 40: Vista aérea do edifício da fig.39.

Fonte: Google Earth, 2020.

Este Mercado Municipal, composto por dois “abrigos” implantados no largo da Feira (muito próximos do centro da cidade de Paredes). Terá sido projetado em 1938 e a conclusão da construção teve lugar em 1940 (segundo informações obtidas junto do Arquivo Histórico Municipal de Paredes, 2020) contudo, não foi possível apurar o nome do autor do projeto de arquitetura deste edifício, em virtude do mesmo se encontrar ilegível. Posteriormente, sofreu algumas alterações e, presentemente, alberga um empreendimento de restauração e bebidas.

A implantação da imagem do Estado Novo através da arquitetura. A zona oriental do distrito do Porto.

O edifício da cadeia Comarcã.



Fig. 41: Cadeia Comarcã de Paredes.

Fonte: Google Earth, 2020.



Fig. 42: Vista aérea do edifício da fig.41.

Fonte: Google Earth, 2020.

Este edifício, situado no gaveto da avenida Padre Moreira das Neves com a rua Serpa Pinto, foi projetado pelo arquiteto Raul Rodrigues de Lima, em 1943. A obra foi concluída dois anos depois, em 1945. O edifício estava preparado para receber 12 reclusos (10 homens e 2 mulheres). Em 1972, viu ser extinto o seu uso original e, desde 1981, tem vindo a ser usado pela Associação de Apoio ao Deficiente Mental (SIPA, 2020, IPA.00015889).

3.1.2.9. O Concelho de Penafiel.

O edifício dos Correios, Telégrafos e Telefones, CTT.



Fig. 43: Estação dos CTT de Penafiel.

Fonte: Autoria própria, 2020.



Fig. 44: Vista aérea do edifício da fig.43.

Fonte: Google Earth, 2020.

A implantação da imagem do Estado Novo através da arquitetura. A zona oriental do distrito do Porto.

Este edifício, de morfologia e volumetria notáveis, assume um papel marcante na leitura da paisagem arquitetónica do perfil da E.N.15 (avenida Sacadura Cabral) foi projetado pelo arquiteto Adelino Alves Nunes, em 1936. A obra foi concluída, em 1941 (SIPA, 2020, IPA.00021027).

O edifício da Cadeia Comarcã.



Fig. 45: Cadeia Comarcã de Penafiel.

Fonte: Autoria própria, 2020.

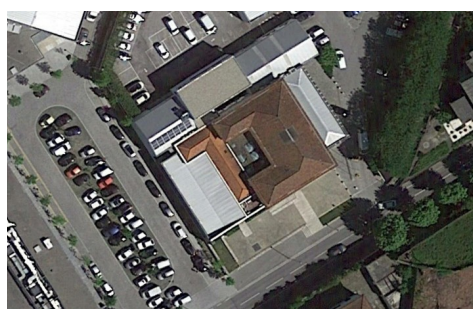


Fig. 46: Vista aérea do edifício da fig.45.

Fonte: Google Earth, 2020.

O edifício da Cadeia Comarcã de Penafiel, implantado à margem da rua Albino Miranda, foi projetado pelo arquiteto Luís Américo Xavier, em 1943. A obra ficou concluída, em 1946 e tinha a capacidade de receber 16 reclusos homens e 4 mulheres. Atualmente, alberga o serviço de Proteção Civil (SIPA, 2020, IPA.00015890).

A implantação da imagem do Estado Novo através da arquitetura. A zona oriental do distrito do Porto.

O edifício da Caixa Geral de Depósitos.



Fig. 47: Edifício da CGD de Penafiel.

Fonte: A autoria própria, 2020.



Fig. 48: Vista aérea do edifício da fig.47.

Fonte: Google Earth, 2020.

À margem da avenida Sacadura Cabral, o edifício integra-se no tecido urbano histórico da cidade. Projetado pelo arquiteto Francisco Conceição Silva, em 1952, foi concluído em 1955 e inaugurado em 1956 (Brites, 2014. pp. 490-493).

3.1.2.10. O Concelho de Valongo.

O projeto para modificação do edifício dos Paços do Concelho (não edificado).

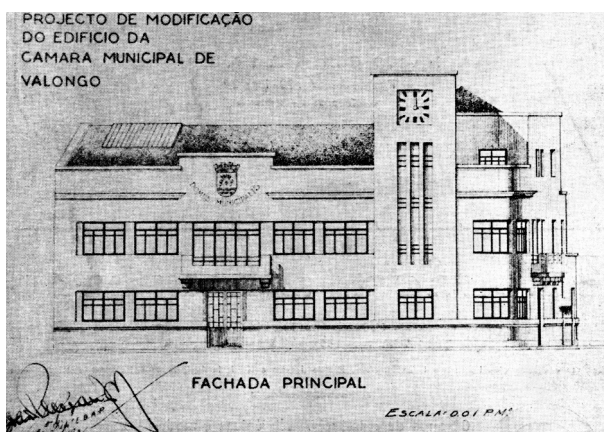


Fig. 49: Alçado do projeto de modificação dos Paços do Concelho de Valongo.

Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Valongo, 2020.



Fig. 50: Vista aérea do edifício a modificar (Paços do Concelho, à data do projeto).

Fonte: Google Earth, 2015.

A implantação da imagem do Estado Novo através da arquitetura. A zona oriental do distrito do Porto.

Este projeto foi desenvolvido, em 1936, para a modificação (não executada) daquele que era (à data) o edifício dos Paços do Concelho de Valongo (atualmente Museu Municipal e Arquivo Histórico Municipal) no gaveto da rua de S. Mamede (E.N. 15) com a rua padre Joaquim Lopes Reis (via de ligação à E.N. 209) segundo informações obtidas junto do Arquivo Histórico Municipal de Valongo, em 2020. Este projeto revela um compromisso muito forte com a linguagem *Art Déco*, sendo, talvez, o exemplo mais estabilizado neste estilo, em todo o elenco de edifícios e projetos que compõe este estudo. Apesar da assinatura do autor estar, parcialmente, na folha do alçado, revela-se ilegível, não havendo qualquer outro elemento que possa atestar a autoria deste projeto.

O edifício dos Correios, Telégrafos e Telefones, CTT.



Fig. 51: Estação dos CTT de Valongo.

Fonte: Fundação Portuguesa das Comunicações, 2020.



Fig. 52: Vista aérea do edifício da fig.49.

Fonte: Google Earth, 2015.

Este edifício, situado na rua Joaquim Marques dos Santos, bem próximo do centro da cidade de Valongo, foi projetado pela Delegação dos Edifícios para os Serviços dos CTT, em 1959. A obra ficou concluída, em 1960 (de acordo com informações obtidas junto do Arquivo Histórico Municipal de Valongo, 2020). Foi inaugurada, em 1960, como a 165.^a Realização do Plano de Instalação e Reinstalação de Pequenas Estações de

A implantação da imagem do Estado Novo através da arquitetura. A zona oriental do distrito do Porto.

Província (de acordo com informações fornecidas pela Fundação Portuguesa das Comunicações, 2020).

O edifício para os novos Paços do Concelho (não edificado).



Fig. 53: Alçado dos Paços do Concelho de Valongo.
Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Valongo, 2020.



Fig. 54: Vista aérea da localização prevista para o edifício da fig.53.
Fonte: Google Earth, 2015.

Este projeto, desenvolvido pela arquiteta Maria José Marques da Silva, em 1970, não chegou a ser executado. A proposta, datada de 28 de novembro de 1970, seria edificada na Avenida 5 de outubro (onde, hoje, se localiza o Centro Comercial Vallis Longus) foi indeferida pelo Conselho Superior de Obras Públicas e Transportes, em 7 de março de 1972 (conforme informações disponibilizadas pelo Arquivo Histórico Municipal de Valongo, 2020).

3.1.3. Os arquitetos.

Relativamente às obras que compõem esta dissertação interessa fazer, ainda que ligeiro, um apontamento sobre os autores dos projetos de arquitetura. Para tal, sobre as construções em análise, serão sintetizados alguns factos biográficos dos arquitetos autores, os seus principais projetos e obras, com o intuito de, na medida do possível, perceber-se a relação com o regime do Estado Novo e o seu enquadramento na realidade estilística da época em que viveram e trabalharam. Optou-se por organizar os nomes dos arquitetos e equipas de arquitetos, por ordem alfabética de A a Z. Entre outras fontes, recorreu-se sobretudo ao *Dicionário dos Arquitetos* (Pedreirinho, 2017); à *Arquitectura*

A implantação da imagem do Estado Novo através da arquitetura. A zona oriental do distrito do Porto.

Moderna Portuguesa (1920-1970) (AAVV, 2004) e ao *Português Suave - Arquitecturas do Estado Novo* (Fernandes, 2003).

Adelino Alves Nunes (nascimento: Lisboa, 14/08/1903; falecimento: Lisboa, 07/12/1948) licenciou-se em 1927 na Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa. Integrou a Comissão Construtora de Novos Edifícios dos CTT, foi um dos arquitetos que maior número de obras construiu por todo o país, sendo responsável pela quase totalidade das novas estações de correios construídas nas décadas de 30 e 40 nas diversas capitais de distrito, como as de Setúbal (1938), Barcelos (1938), Lisboa (projeto de 1942, altamente condicionado pela Câmara, executado já depois da sua morte e concluído em 1953), Covilhã, readaptado em 1946 e inaugurado em 1950, Estoril, Beja, Leiria, Alcobaca, Porto, Funchal (1948) e Figueira da Foz (Pedreirinho, 2017, p. 224).

Segundo o mesmo autor (2017), Adelino Alves Nunes realizou diversos projetos de habitações particulares. Projetou os edifícios da então Emissora Nacional com José Almeida Segurado e Amílcar Pinto e participou em equipa com Carlos Ramos e Jorge A. Segurado no concurso para os liceus (1931), tendo obtido o 2.º lugar nos projetos para liceu de Lamego e para o de D. Maria em Coimbra.

A propósito, Sandra Vaz Costa e Maria Cortesão referem que o arquiteto realizou diversas viagens de estudo pelos Estados Unidos e Argentina. Que inicia a sua atividade profissional em 1934 e é integrado na Comissão dos Novos Edifícios dos CTT, onde vem a realizar a maior parte da sua atividade profissional (AAVV, 2004, p. 381).

Para José Manuel Fernandes, este arquiteto ter-se-á destacado, sobretudo, por uma longa atividade como autor dos edifícios dos Correios, onde foi funcionário. Considera que se, por um lado, executou obras de cunho modernista assinalável (Setúbal, Leiria, Figueira

A implantação da imagem do Estado Novo através da arquitetura. A zona oriental do distrito do Porto.

da Foz, Funchal), para as obras mais pequenas, e sobretudo nas localidades de menor importância, desenvolveu um gosto tradicionalista / regionalista como no caso dos edifícios do Correios para Alcobaça (1935-1938, com pilastras e pináculos), para Abrantes (com alpendre e pérgola, de 1939-1943), para Loulé (com chaminés algarvias e grelhas cerâmicas), para Estremoz (de 1937-1940, com pórtico e arcaria), para Grândola (com singelo alpendre de arco redondo, de 1940), para o Crato (com arco gótico abatido e portadas, de 1941). No Norte também desenvolveu o mesmo tipo de solução: em Fafe ou para Santo Tirso (com granito aparente e pináculos, em 1937-1942) (Fernandes, 2003, p. 88).

Tal como acontece com outros arquitetos autores de obras integrantes deste trabalho, acerca da obra e carreira de Adelino Alves Nunes, importa referir uma fase de ainda notória influência *Art Déco*, revelando uma expressão racional e moderna. Essa influência está patente, por exemplo, no Liceu de Júlio Henriques, em Coimbra. Relativamente a esta obra, Gonçalo Moniz, refere que após a proposta regionalista para Lamego, a equipa Ramos, Segurado e Nunes vence o concurso para o *Liceu de Júlio Henriques* com um projeto considerado moderno, o *Santa Cruz*, construído entre 1931 e 1936 (AAVV, 2004, p. 74). Mais adiante, num excerto da memória descritiva do projeto de arquitetura do edifício “a expressão simplesmente racional que se imprimiu ao edifício é de certo a que mais naturalmente se impõe.” (*ibidem*).

No âmbito desta dissertação, importa referir que foi autor do projeto da estação dos CTT de Amarante, em 1936 e da estação dos CTT de Penafiel, em 1938 (Costa, 2004b).

Relativamente a uma análise da relação do arquiteto Adelino Alves Nunes com o regime do Estado Novo, será de refletir sobre a elevada quantidade de obras encomendadas por entidades estatais, principalmente, pela Comissão Construtora de Novos Edifícios dos CTT, que integrou. Quanto à dimensão e localização dos projetos do arquiteto, refira-se que foi escolhido para desenvolver projetos em diversos centros urbanos (cidades e

A implantação da imagem do Estado Novo através da arquitetura. A zona oriental do distrito do Porto.

vilas) e até em algumas capitais de distrito como Beja, Leiria, Funchal, Setúbal, Porto ou Lisboa. Paralelamente, refletindo sobre a concordância estética ou estilística com as linhas condutoras traçadas pelo regime será de mencionar que este arquiteto parece ter adotado uma linguagem bastante adossada aos gostos do Estado Novo, numa dicotomia entre *Art déco* e “Português Suave”. No caso deste arquiteto, em particular, será difícil avaliar a sua permanência num registo “Português Suave”, no pós-guerra, uma vez que a doença o levou à morte, em 1948.

Álvaro da Fonseca: Sobre este arquiteto as informações disponíveis são escassas. Foi autor de projetos como o da igreja de São José, em Coimbra (1954-1962) (Brites, 2013a, p.109) que revela, já a meio dos anos 1950, a adoção de um "Português Suave" pesado, apesar de alguma atualização decorativa. Foi, também, autor do projeto de adaptação do edifício do Colégio dos Jesuítas para edifício dos Paços do Concelho e do Tribunal da Comarca de Gouveia. (Figueiredo, 2005).

No contexto deste estudo, importa que foi autor do projeto do edifício do Tribunal de Lousada, em 1966 (Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lousada, 2020).

No que respeita à relação do arquiteto Álvaro da Fonseca com o regime do Estado Novo, importa que lhe terão sido encomendadas, relativamente, poucas obras estatais e em centros urbanos de relevo secundário (de acordo com os resultados da pesquisa levada a cabo). Analisando a concordância estética ou estilística do arquiteto com as linhas condutoras traçadas pelo regime, mencione-se (com base no exemplo do edifício do Tribunal de Lousada, de 1966) que apresentava, ainda na década de 1960, uma linguagem “Português Suave”, contudo bastante adornado e carregado.

Sobre o arquiteto **Amândio Vaz Pinto do Amaral**, segundo dados obtidos junto do Repositório Temático da Universidade do Porto (2020), foi possível apurar que estudou na Escola de Belas-Artes do Porto, tendo apresentado o seu CODA (Concurso para

A implantação da imagem do Estado Novo através da arquitetura. A zona oriental do distrito do Porto.

Obtenção de Diploma de Arquiteto) em 1947 (Amaral, 1947) demonstrando nele uma adesão ao "Português Suave" "(...) levado quase à caricatura: chaminés "algarvias", cata-vento com galo de perfil no topo da torre, janelas com portadas de madeira com as tábuas desenhadas (...)" pedra aparelhada e potes de barro com elementos vegetais ladeando a entrada (Fernandes, 2016, p.43-44). Pelo contrário, em 1955, o arquiteto projetou (juntamente com Artur Bentes) o edifício do Hospital Regional de Setúbal (obra concluída em 1964) (Arquitecturas da Saúde, 2021) num dialeto de Funcionalismo ortodoxo que nos remete para uma leitura arquitetónica já inserida no Movimento Moderno.

Relativamente às obras inseridas no âmbito desta dissertação, importa mencionar que o arquiteto foi autor do projeto do edifício da agência da Caixa Geral de Depósitos de Felgueiras (1951) (Brites, 2014, pp. 342-345).

Numa análise da relação do arquiteto Amândio Vaz Pinto do Amaral com o regime do Estado Novo, deverá ser referido que lhe terão sido encomendadas poucas obras estatais e quanto à dimensão e localização dos seus projetos, será de assinalar que foi escolhido para desenvolver o projeto do Hospital Regional de Setúbal (capital de distrito). Das obras identificadas e analisadas, ressalta que embora o arquiteto tenha (numa fase inicial) adotado uma linguagem arquitetónica fiel aos valores do regime (conforme sustentado, atrás) foi, gradualmente, abandonando-a e substituindo-a por leituras mais desprendidas desses valores, manifestando uma adesão a linguagens funcionalistas.

Sobre **António Madeira Portugal** a informação é escassa, no entanto, foi possível apurar (através do Repositório Científico do Instituto Politécnico de Lisboa) e de acordo com Ferreira (2009) que, durante o Estado Novo, o arquiteto projetou obras como os edifícios dos tribunais de Ponte de Sor (inaugurado em 1965); de Águeda (inaugurado em 1969); de Tondela (inaugurado em 1971); de Figueira de Castelo Rodrigo

A implantação da imagem do Estado Novo através da arquitetura. A zona oriental do distrito do Porto.

(inaugurado em 1971); de Vagos (inaugurado em 1973); de São Pedro do Sul (inaugurado em 1973); do Marco de Canaveses, concluído em 1975 (Ferreira, 2009).

No território abrangido por esta dissertação, referira-se que foi autor do projeto do edifício do Tribunal do Marco de Canaveses, em 1974 (Costa, 2003).

Visando a relação do arquiteto António Madeira Portugal com o regime do Estado Novo, bem como a dimensão e localização das suas obras, será de assinalar a realização de alguns projetos encomendados para edifícios de tribunais, em diversos centros urbanos. Analisando a concordância estética ou estilística do arquiteto com os valores defendidos pelo Estado Novo, poderemos verificar, nos exemplos encontrados, uma permanência formal da linguagem arquitetónica própria do regime, mesmo pelas décadas de 60 e 70, podendo ainda encontrar-se obras em registo bastante conservador e ou classicizante, nesses anos, como por exemplo o edifício do tribunal de Ponte de Sor (1965) ou do Tribunal do Marco de Canaveses (1974).

António Maria Veloso dos Reis Camelo (nascimento: Ançã, 23/05/1899; falecimento: 1985) licenciou-se em 1927 na Escola de Belas-Artes de Lisboa. No seu estilo construtivo denota-se "(...) uma formação neoclássica mas aliada a preocupações de um formalismo dito português, e as que refletem preocupações mais modernas." (Pedreirinho, 2017, p. 76). Responsável pelo serviço de obras da Caixa Geral de Depósitos (onde foi funcionário), na edificação de numerosas novas agências. Nomeado pelo ministro Duarte Pacheco, através da portaria de 24 de novembro de 1942, membro da Comissão Administrativa das Obras da Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência (CAOCGDPC) (Brites, 2019). Também (AAVV, 2004, p. 378):

Da sua obra é de salientar o Pavilhão de Arte Popular da Exposição do Mundo Português (1940), Agência da CGD de Faro, de Viseu e de Coimbra (1948-1950), (...) Pousada de Alfeizeirão (anos 40), prédio da Rua da Imprensa à Estrela (1942, prémio

A implantação da imagem do Estado Novo através da arquitetura. A zona oriental do distrito do Porto.

Valmor), (...) Lota de Peixe de Setúbal, Estádio Municipal de Beja, edifícios de habitação na Avenida da República (1951), e na Alameda Afonso Henriques.

Já Fernandes (2003, p. 86) refere que,

trabalhou demoradamente para as novas filiais da Caixa Geral de Depósitos, com projectos de evocação classicizante estilizada, com colunatas de efeito monumentalizante (caso de Coimbra, 1948-1950), em Viseu e Faro. Projectou o Hotel de Turismo em Castelo Branco (demolido). Recebeu dois Prémios Valmor em 1942 e 1945 com prédios dentro do gosto tradicionalista que nos ocupa.

No que diz respeito aos municípios em estudo nesta dissertação, importa referir que foi autor do projeto do edifício da agência da Caixa Geral de Depósitos de Amarante, em 1944 (Brites, 2014. pp. 250-255).

Analisando a relação do arquiteto António Maria Veloso dos Reis Camelo com o regime do Estado Novo, notemos que foi autor de diversos projetos para encomendas estatais, principalmente, para Comissão Administrativa das Obras da Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência, mas também será de notar a sua participação na Exposição do Mundo Português (1940). Quanto à dimensão e localização dos projetos do arquiteto, será de referir que foi escolhido para desenvolver projetos em diversos centros urbanos e até em algumas capitais de distrito como Viseu, Coimbra, Setúbal, Beja e Lisboa. Da pesquisa desenvolvida ressalta que o arquiteto terá adotado, ao longo da sua carreira, uma linguagem arquitetónica de influência neoclássica mas fiel aos valores do regime e tradutora de formalismos evocadores de uma dimensão artística nacional, tendo prolongado essa postura mesmo já no pós guerra, como nos mostram os exemplos das Agências da CGD de Faro, e de Coimbra (1948-1950); da Lota de Peixe de Setúbal, do Estádio Municipal de Beja (1951) ou dos edifícios de habitação na Avenida da República e na Alameda Afonso Henriques (1951), em Lisboa.

A implantação da imagem do Estado Novo através da arquitetura. A zona oriental do distrito do Porto.

ARS-Arquitectos foi um grupo de arquitetos do Porto formado em 1930 por Fortunato Cabral (nascimento: Porto, 28/03/1903; falecimento: 1978) formado na Escola de Belas-Artes do Porto (Cunha, 2016, p. 18); Mário Cândido de Moraes Soares (nascimento: Chaves, 1908; falecimento: 1978) formado na Escola de Belas-Artes do Porto (Cunha, 2016, p. 16) e Fernando Manuel da Cunha Leão (nascimento: Paredes, 1909; falecimento: 1909) (Cunha, 2016, p. 17). Relativamente a este grupo de arquitetos lê-se em (AAVV, 2004, p. 377) que

se manteve activo até aos anos 50. Para além do método de equipa, até então pouco usual, este grupo incluiu ainda colaboradores como pintores e escultores, numa prática que ultrapassava a arquitectura e buscava um projecto global de integração das artes, do mobiliário e do design.

Este grupo foi responsável pela autoria de diversas obras de relevo, durante o Estado Novo, das quais serão de salientar a Igreja de Fátima, no Porto (1934-1936), o Mercado Municipal de Matosinhos (1936), a Câmara Municipal de Paredes (1938-1943), o Balneário das Caldas de Aregos (1941-1942), o Seminário de Santa Joana em Aveiro (1943-1944), a Fábrica Oliva em São João da Madeira (1944-1945), a Praça D. João I e o Palácio Atlântico, no Porto (1946-1950), a Biblioteca Municipal de Vila Nova de Gaia e o Mercado Municipal do Bom Sucesso, no Porto (1949-1952) (*idem*).

À semelhança do que se pode observar com outros arquitetos autores de obras abrangidas neste trabalho, também este gabinete revela, em obras do seu portefólio, uma fase de influência *Art Déco*. E, aliás, João Cunha (2016, p. 85) vai mais longe sobre a expressão artística do gabinete, defendendo que as opções de linguagem, nas diferentes fases estilísticas que os ARS experimentaram não se sucedem apenas no tempo, mas sobrepõem-se cronologicamente e, mais à frente, pode ler-se:

o Mercado de Matosinhos (1936-1946), apesar de já denotar sinais de Movimento Moderno, é ainda *Art Deco* em espírito; basta olhar para a composição em dupla simetria, explorando um dinamismo de

A implantação da imagem do Estado Novo através da arquitetura. A zona oriental do distrito do Porto.

horizontais e verticais, ou para a ambiguidade dos pilares exteriores revestidos a pedra, a meio caminho entre pilotis e uma "colunata" estilizada (*idem*, p. 86).

Este autor defende ainda que no mesmo período em que o referido Mercado era construído, em Matosinhos, os ARS, apesar de parecerem estar a aderir a uma certa modernidade (precoce no panorama da época) ainda projetavam edifícios tradicionalistas como o Balneário das Caldas de Aregos (1941-1942); a Casa de Apoio Social em Resende (1942); o edifício para a Legião Portuguesa em Massarelos (1943); o externato liceal de Alijó (1950) ou da Igreja da Palhaça (1956) que se afirmam como "Português Suave". (*ibidem*, pp. 86-87).

De facto, sobre o gabinete ARS-Arquitectos é, frequentemente, referida a sua originalidade e antecipação na modernidade. Por exemplo, Ana Tostões, em *Os Verdes Anos na Arquitectura Portuguesa dos Anos 50* (1997) refere o Palácio Atlântico como marco de uma época em que a cidade do Porto procurava reforçar a sua associação a uma nova imagem de modernidade, afastando-se do caminho mais "restaurador" e "celebrativo" que ainda se impunha em Lisboa. (p. 89). A mesma autora advoga em (AAVV, 2004, pp. 104-155) no artigo ("Arquitectura Moderna Portuguesa: os Três Modos"), que desde 1945 o Porto contava com projetos de uma notável modernidade como o Cinema Batalha (1946), de Artur Andrade, o Mercado do Bom Sucesso (1949) ou o Palácio Atlântico (1946-1950) do grupo A. R. S. (*ibidem*, p. 128), classificando o gabinete como inovador e precocemente moderno.

No âmbito deste estudo, é de referir que o atelier foi autor do projeto do edifício dos Paços do Concelho de Paredes (1938) inicialmente projetado para albergar, também o Tribunal e a Repartição de Finanças (Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Paredes, 2020).

A implantação da imagem do Estado Novo através da arquitetura. A zona oriental do distrito do Porto.

Refletindo sobre a relação do gabinete ARS-Arquitectos com o regime do Estado Novo, refira-se que foi escolhido para algumas encomendas estatais de diversas tipologias. No que respeita à dimensão e localização dos projetos do gabinete, podemos verificar que foi selecionado para desenvolver projetos em diversos centros urbanos, aliás, será de notar que o atelier realizou as suas principais obras, na cidade do Porto e noutros centros urbanos do norte do país. No que respeita a uma avaliação da concordância estética ou estilística com os valores do regime será de mencionar que os ARS, apesar de, precocemente sensíveis à modernidade (quer projetando *Art Déco*, quer aproximando-se do Movimento Moderno no pós-guerra), continuaram a projetar “Português Suave” ao longo dos anos 1950, sendo exemplos disso os edifícios do externato liceal de Alijó (1950) Igreja da Palhaça (1956). Reflita-se que, nestes dois últimos casos, bem distante de grandes centros urbanos.

Benjamim do Carmo Azevedo, segundo dados obtidos junto do Repositório Temático da Universidade do Porto, Escola Superior de Belas Artes do Porto, tendo apresentado o seu CODA (Concurso para Obtenção de Diploma de Arquitecto) em 1967¹, trabalhou em colaboração com Agostinho Ricca nos projetos para os remates da Rua Júlio Dinis e Praça Mouzinho de Albuquerque, em 1956, no Porto (Sigarra, 2010). Foi autor do projeto para o edifício dos Laboratórios HOECHST, em 1962, igualmente, na cidade do Porto (DGPC, 2002). Entre 1955 e 1960 concorre, em parceria com Agostinho Ricca, a vários concursos, sendo de destacar o primeiro prémio para o Hotel Turismo de Viseu (Ordem dos Arquitectos, 2010).

No que diz respeito aos municípios em estudo nesta dissertação, importa referir que foi autor do projeto para a ampliação do edifício do Tribunal de Felgueiras, em 1958 (Tavares, 2017. p. 282).

¹ Informação obtida no Arquivo Digital da Universidade Porto, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto (Azevedo, 1967).

A implantação da imagem do Estado Novo através da arquitetura. A zona oriental do distrito do Porto.

Analisando a concordância estética do arquiteto com os valores defendidos pelo Estado Novo, poderemos concluir que, das suas obras ressaltam registos estilísticos distintos e sobrepostos no tempo, dado que, por um lado, nos projetos para os remates da Rua Júlio Dinis e Praça Mouzinho de Albuquerque (de 1956) no Porto, revela um registo modernizado e funcionalista e, por outro lado, na obra da ampliação do Tribunal de Felgueiras (de 1958) a leitura da intervenção que desenvolveu será mais pesada e historicista do que o edifício preexistente, enquadrando-se estilisticamente com as linhas condutoras dos valores do regime. No edifício dos Laboratórios HOECHST (de 1962) no Porto, o arquiteto revela a adoção de um registo já inserido no estilo Internacional.

Analisando a relação do arquiteto Benjamim do Carmo com o regime do Estado Novo, refira-se que não se encontram referências a projetos resultantes de outras encomendas estatais.

Delegação dos Novos Edifícios para os Serviços dos CTT. Foi criada, em 1937, pela Lei n.º 159, tendo sofrido, até 1951, um abrandamento da sua atividade, em virtude de processo de revisão pelos Serviços da Administração Geral dos CTT. Nesse mesmo ano, é extinta pelo Decreto-Lei n.º 38454 que determinou que as respetivas atribuições transitassem para a Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN) passando a anterior instituição a designar-se por Delegação dos Edifícios para os Serviços dos CTT (Costa, 2004a) como veremos adiante.

A Delegação dos Novos Edifícios para os Serviços dos CTT foi responsável pelas obras de ampliação, remodelação e construção de múltiplas estações dos CTT, durante o regime do Estado Novo (entre 1937 e 1951) tendo sido integrada por arquitetos como Vasco Vivaldo Leone, Raul Espada Cruz, Filipe Figueiredo (Bártolo, 1998) e Adelino Alves Nunes que esteve à frente de quase todos os projetos de novas estações de Correios (será de relembrar que este arquiteto faleceu em 1948) o que justificará o facto

A implantação da imagem do Estado Novo através da arquitetura. A zona oriental do distrito do Porto.

dos projetos posteriores, no território alvo deste estudo, não serem reconhecidos como tendo o seu cunho.

No território em apreço e apesar de, neste estudo, terem sido identificadas cinco estações dos CTT refira-se que esta Delegação é autora de, apenas três (Valongo, Felgueiras e Paços de Ferreira) dado que as estações dos CTT de Amarante e de Penafiel foram projetadas pelo arquiteto Adelino Alves Nunes (a de Amarante, ainda antes da criação da Delegação) e a de Penafiel que apesar de ter sido projetada, já em 1938 é atribuída ao mesmo arquiteto (Costa, 2004b). As restantes três terão sido projetadas já após a extinção daquela Delegação e sob a alçada da Delegação dos Edifícios para os Serviços dos CTT (criada em 1951).

Como já vimos, enquanto Delegação dos Novos Edifícios para os Serviços dos CTT (de 1937 a 1951), a instituição foi responsável pelas obras de ampliação, remodelação e construção de múltiplas estações dos CTT, por todo o país, em escalas que variam entre a província e a capital de distrito, numa estratégia apoiada em projetos tipo (Bártolo, 1998) com influências estilísticas que apresentam múltiplas orientações, desde *Art Déco* (numa fase mais inicial, década de 20 e 30) passando por linguagens arquitetónicas de cariz mais regionalista, nacionalista ou historicista (pelas décadas de 30 e 40). Mais tarde, como Delegação dos Edifícios para os Serviços dos CTT, a instituição começa, naturalmente, a denotar nas suas obras uma tendência para soluções mais “sóbrias” ou estabilizadas perante o Movimento Moderno (pelas décadas de 50 e 60) notando-se uma tendência funcionalista nas opções implementadas, embora sempre parecendo continuar “geneticamente” influenciadas por uma matriz “Português Suave”.

No âmbito do estudo desenvolvido, refira-se que a Delegação dos Edifícios para os Serviços dos CTT foi autora dos projetos dos edifícios das estações dos CTT de Valongo (inaugurada em 1960); de Felgueiras (inaugurada em 1962) e de Paços de

A implantação da imagem do Estado Novo através da arquitetura. A zona oriental do distrito do Porto.

Ferreira (1963), conforme nos provam as publicações do Ministério das Comunicações que assinalam as inaugurações destes três edifícios.

Fernando Manuel Lobato Cunha Guimarães, segundo dados obtidos junto do Repositório Temático da Universidade do Porto, apresentou o seu CODA (Concurso para Obtenção de Diploma de Arquiteto) em 1957 (Guimarães, 1957) com um projeto para um núcleo rural que se poderá classificar como em Regionalismo Crítico.

O arquiteto terá sido o autor de projetos para edifícios como o da agência da Caixa Geral de Depósitos de Melgaço, encomendado em 1964, como se pode ler no Decreto n.º 45611 de 13 de Março do Ministério das Obras Públicas - Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (1964).

No contexto deste estudo, é de registar que foi autor do projeto do edifício da agência da Caixa Geral de Depósitos de Gondomar, em 1969. (Brites, 2014, pp. 374-379)

Analisando a relação do arquiteto Fernando Manuel Lobato Cunha Guimarães com o regime do Estado Novo, pode concluir-se que terão sido escassas as encomendas estatais. No que respeita à dimensão e localização dos projetos do arquiteto, constata-se que terá projetado para alguns centros urbanos de menor relevo. Analisando a concordância estética ou estilística do arquiteto com os valores defendidos pelo Estado Novo, poderemos concluir que, dos exemplos encontrados, ressalta um afastamento formal à linguagem arquitetónica própria do regime, parecendo, quase, imune a tal influência.

Francisco Conceição Silva (nascimento: Lisboa, 1922; falecimento: Rio de Janeiro, janeiro de 1982), diplomou-se na Escola de Belas-Artes de Lisboa, em 1949. Começou por trabalhar em conjunto com J. Bastos, elaborando vários projetos de moradias na

A implantação da imagem do Estado Novo através da arquitetura. A zona oriental do distrito do Porto.

zona de Estoril / Cascais, postos clínicos (Marinha Grande, Ramal de Negrelos) e remodelações de estabelecimentos comerciais. O seu trabalho distingue-se pela integração das artes plásticas na arquitetura, com a intervenção de diversos artistas nas inúmeras obras que executou, quer em remodelações de estabelecimentos comerciais levadas a cabo, principalmente, na baixa de Lisboa, quer em diversos projetos turísticos que se vieram a tornar na sua atividade quase exclusiva durante a década de 1960 e até 1974 (Pedreirinho, 2017, p. 284).

Durante a sua carreira, o arquiteto trabalhou com João Bastos, Adelino Nunes, Maurício Vasconcelos, Santa-Rita Fernandes, Sena da Silva, T. Taveira e T. Chicó. A partir de 1975 passou a residir no Brasil onde colaborou com a arquiteta Carmo Valente. Da sua obra salientam-se a Sapataria Helio, Loja Rampa, Naia, Maison Louvre, Papelaria Progresso, exposição da Rainha Dona Leonor, Hotel da Serra da Estrela, Conjunto de Apartamentos em Sesimbra, Hotel do Mar em Sesimbra, edifício Castil em Lisboa (AAVV, 2004, p. 382).

No âmbito desta dissertação, relembre-se que o arquiteto foi autor do projeto do edifício da agência da Caixa Geral de Depósitos de Penafiel, em 1952 (Brites, 2014. pp. 490-493).

No caso do arquiteto Francisco Conceição Silva e relativamente à sua relação com o regime do Estado Novo, sublinhe-se que terá sido escolhido para poucas encomendas estatais, tendo-se (durante a pesquisa desenvolvida) encontrado apenas uma. Quanto à dimensão e localização dos projetos do arquiteto, relembre-se que foi escolhido para desenvolver o projeto da agência da Caixa Geral de Depósitos de Penafiel, em 1952, não se encontrando nenhuma obra sua ou referência a encomendas estatais noutros centros urbanos (apesar de ter realizado diversas obras de relevo, inclusivamente, em capitais de distrito, para clientes particulares). No caso particular da obra encontrada (edifício da Caixa Geral de Depósitos de Penafiel) parece haver uma relativa

concordância entre a linguagem adotada e os valores do regime, ou seja, parece ainda “respirar” um pouco “Português Suave”. Da sua biografia poderá concluir-se que Francisco Conceição Silva terá vindo a ser um arquiteto de algum destaque, nas décadas de 1960 e 1970, com muitas obras importantes na região de Lisboa, no entanto, quando projetou o edifício analisado (de Penafiel) seria ainda, praticamente, desconhecido.

Januário Godinho de Almeida (nascimento: Ovar, 16/08/1910; falecimento: Porto, 1990), licenciou-se em 1941 na Escola de Belas-Artes do Porto. Na sua obra tem especial destaque o grande cuidado na ligação entre a conceção arquitetónica e a das estruturas, tendo participado em projetos de pontes, de viadutos e de outras grandes estruturas, a par de instalações agrícolas, de palácios de justiça e de edifícios de mercados. Foi também autor de diversos planos de urbanização (Pedreirinho, 2017, p. 145). Iniciou a sua carreira profissional em 1932 com Rogério Azevedo. Pouco depois projetou o Mercado do Peixe de Massarelos (1934), que ficaria a ser uma das suas obras mais importantes, seguindo-se trabalhos para a Hidro-Eléctrica do Cávado. Participou, também, em projetos de diversas pontes, viadutos e outras grandes estruturas. Projetou a pousada do Marão (1937); de Sidroz e Salamonde (ambas de 1954); Casa Barbosa e instalações agrícolas em Vila Nova de Famalicão. Foi autor de diversos Palácios de Justiça, entre os quais o de Vila do Conde (1953); o de Lisboa (1960, com João Andresen), e o de Ovar (1960). Concebeu diversos edifícios de mercados, como o de Ovar (1950) e o de Amarante (1959), bem como o novo edifício da Câmara Municipal de Famalicão (1952). Foi ainda autor de diversos planos de urbanização, como os de Paços de Ferreira (1942); Felgueiras (1945); de Carrazeda de Ansiães (1945); de Bragança (1948); arcos de Valdevez (1949); de Boticas (1950); de Ponte da Barca, Termas do Caramulo (1951); Valpaços e Espinho (ambos de 1953); de Amarante (1956-65); para a zona litoral entre V. N. Gaia e Espinho (1957) bem como para as zonas da Baixa de Coimbra, em 1968 (*idem*).

A implantação da imagem do Estado Novo através da arquitetura. A zona oriental do distrito do Porto.

Januário Godinho foi, também, autor de projetos como a “Sede da EDP no Porto, edifício Calouste Gulbenkian no LNEC de Lisboa (1961, parceria com João Andresen), Mercado de Ovar (1950) (...)” (AAVV, 2004, p. 380).

No território em estudo, saliente-se que foi autor dos projetos para o edifício dos Paços do Concelho de Felgueiras (1947); Tribunal de Amarante (1959); do Mercado Municipal de Amarante (1959) e do Mercado Municipal de Felgueiras, em 1966 (Tavares, 2017).

Numa análise à relação do arquiteto Januário Godinho de Almeida com o regime do Estado Novo, destaca-se o elevado número de encomendas estatais, de diversas tipologias. Quanto à dimensão e localização dos projetos do arquiteto, refira-se que foi escolhido para desenvolver projetos em diversos centros urbanos e, até fora deles (caso de barragens e pousadas) tendo sido igualmente escolhido para vários projetos de relevo, em algumas capitais de distrito como Bragança, Coimbra, Lisboa ou Porto, o que lhe confere uma elevada notoriedade relativamente à relação com o regime. Quanto a uma concordância estética ou estilística do arquiteto com os valores do Estado Novo ressalta uma elevada adoção daqueles princípios nos seus projetos, embora possamos reconhecer uma certa originalidade na forma de usar o registo “Português Suave”. Mesmo, durante o pós-guerra, as obras de Januário Godinho continuaram a revelar elevada conotação com um formalismo remetente para a identidade nacional, num registo marcadamente “Português Suave”, sendo exemplos disso os edifícios dos Paços do Concelho de Felgueiras (1947); do Tribunal de Amarante (1959) e do Mercado Municipal de Felgueiras, em 1966. A partir da década de 1950, os seus trabalhos denotam uma tendência de estabelecimento de pontes com o Movimento Moderno, embora também, neste estilo, use da sua originalidade, por exemplo, fundindo com o Funcionalismo certos dispositivos decorativos, como se nota no edifício do Palácio da Justiça de Lisboa, projetado em colaboração João Andresen (SIPA, 2120. IPA.00008451).

A implantação da imagem do Estado Novo através da arquitetura. A zona oriental do distrito do Porto.

Luís Américo Xavier (nascimento: 1918; falecimento: 1995) apresentou o seu CODA (Concurso para Obtenção de Diploma de Arquiteto) em 1943 com o projeto da cadeia Comarcã de Penafiel (Xavier, 1943). Foi, igualmente autor do edifício da Escola dos Coruchéus, em Lisboa, num tom que poderá ser apelidado como um "Português Suave" muito exagerado. Conforme referido em publicação da Câmara Municipal de Lisboa (2018),

A antiga Escola Primária 151, como era conhecida, foi o terceiro estabelecimento escolar a ser criado no bairro de Alvalade. Com projeto original do arquiteto Luís Américo Xavier, a escola foi inaugurada em 1950, sendo o primeiro equipamento do género a ser construído em blocos de betão. Já nos anos 60 e 70 a escola ficou conhecida em todo o país por ali ter funcionado a antiga Telescola.

Conforme se constata no Decreto n.º 47100 de 15 de julho do Ministério das Obras Públicas - Direção-Geral dos Edifícios Nacionais (1966) foi-lhe encomendada a elaboração do projeto para edifício para os serviços telefónicos de Santiago do Cacém, em 1966.

Particularmente, no território focado nesta dissertação, lembremos que foi autor do projeto do edifício da Cadeia Comarcã de Penafiel, em 1943 (Agarez, 2003).

Analisando a relação do arquiteto Luís Américo Xavier com o regime do Estado Novo, verificamos que terá sido escolhido para um pequeno número de encomendas estatais. Relativamente à dimensão e localização dos projetos do arquiteto, refira-se que realizou obras de dimensão relativamente comedida, em centros urbanos de escasso relevo, sendo de destacar como exceção, apenas, o edifício da Escola dos Coruchéus, em Lisboa (inaugurada em 1950). Das obras encontradas, durante este estudo, parece haver uma concordância estética ou estilística do arquiteto com os valores do regime, sendo os três edifícios identificados claros exemplos dessa influência, em registo "Português Suave", mesmo já nas décadas de 50 e 60.

A implantação da imagem do Estado Novo através da arquitetura. A zona oriental do distrito do Porto.

Maria José Marques da Silva (nascimento: 1914; falecimento: 1994) concluiu o Curso de Arquitetura na Escola de Belas Artes do Porto e em 1943 defendeu o seu Concurso para Obtenção do Diploma de Arquiteto (CODA), tendo sido a primeira arquiteta a diplomar-se na Escola portuense. Iniciou a sua atividade profissional no atelier de seu pai, o arquiteto José Marques da Silva, depois da morte dele, sucedeu-lhe à frente de algumas obras (como, por exemplo, o novo edifício da Sociedade Martins Sarmento, o Santuário da Penha e a Igreja de S. Torcato, em Guimarães, e o prédio da Rua Barjona de Freitas, em Barcelos). Desenvolveu atividade associada a seu marido, o arquiteto e urbanista David Moreira da Silva. Foi Presidente da Secção Regional do Norte da Associação dos Arquitetos, tendo preparado o seu 40.º Congresso que decorreu no Palácio da Bolsa, no Porto, em 1986. Empenhada na dignificação do nome e da obra de seu pai, instituiu legado testamentário para a Universidade do Porto destinado à criação do Instituto Arquitecto José Marques da Silva (Universidade Digital/Gestão de Informação, 2009).

No âmbito desta dissertação, refira-se que foi autora do anteprojeto para o edifício dos Paços do Concelho de Valongo (1970) mas indeferido pelo Conselho Superior de Obras Públicas e Transportes, em 7 de março de 1972 (Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Valongo, 2020).

Numa perspetiva analítica à relação da arquiteta Maria José Marques da Silva com o regime do Estado Novo, pode-se notar que esta arquiteta portuense foi escolhida para algumas encomendas estatais, sendo de considerar que projetou algumas obras marcantes na cidade do Porto e que conduziu projetos de instituições importantes, numa cidade de destaque (Guimarães). Relativamente a uma concordância estética ou estilística com os valores do regime será de notar que a arquiteta (juntamente com o marido) mostrou-se capaz de desenhar tanto em dialeto *Art Déco* o Palácio do Comércio, na Baixa do Porto (1944), como "Português Suave" o Santuário da Nossa Senhora do Sameiro (1947). Essa dicotomia estilística (aparentemente, em conformidade com o cliente e a localização mais ou menos urbana da obra) mantinha-se

A implantação da imagem do Estado Novo através da arquitetura. A zona oriental do distrito do Porto.

no final da década de 1960, em que tanto assinou, no Porto, uma torre já alinhada com o Estilo Internacional, o Edifício Miradouro (1969) bem como na proposta para o edifício dos Paços do Concelho de Valongo (já de 1970) em que ainda é possível descortinar “gestos” de influência *Art Déco* (por exemplo, no uso da "lâmina" com o relógio e da composição assimétrica do alçado) e de volumetrias pesadas em compromisso com o gosto "Português Suave" que manifestavam uma linguagem bastante enquadrada com o Estado Novo, num registo entre o “Português Suave” e o *Art Déco* (Fundação Marques da Silva, 2021).

Raul Rodrigues Lima (nascimento: Lisboa, 12/02/1909; falecimento: Lisboa, 1979) licenciou-se em 1931 na Escola de Belas-Artes de Lisboa. Autor de inúmeras obras oficiais, com particular realce para edifícios prisionais e de tribunais. Destacou-se pela sua contribuição para a "(...) formação da linguagem arquitectónica dos anos 40 e 50 (...)" (Pedreirinho, 2017, pp. 180-190). Sandra Vaz Costa e Maria Cortesão referem o arquiteto como um dos mais produtivos das décadas de 40 e 50 e que da sua obra salientam os projetos da Cadeia de Alcoentre (de 1937, em parceria com Cottinelli Telmo), do Cinearte (1938-1940), da Alfândega de Cascais (1940), dos Pavilhões da Fundação, Formação, Conquista e Independência da Exposição do Mundo Português (1938-1940), do prédio da Avenida Sidónio Pais (que obteve o prémio Valmor em 1943, em parceria com Fernando Silva), do Laboratório Sanitas nas Amoreiras (1945), do Cine Messias na Mealhada, do Cineteatro Covilhanense, do Cinema Império de Lagos e do Cinema Monumental em 1944, 1950 (AAVV, 2004, p. 380).

Ainda sobre o arquiteto, José Manuel Fernandes refere que se especializou, sobretudo, em três áreas funcionais, assinando vários projetos de tribunais, ou Palácios de Justiça (os *Domus Justitiae* do Estado Novo) como os do Porto (um exemplo de neoclassicismo estilizado, de Beja, de Bragança, de Santarém, de Viseu, de Vila Real e de Portalegre. Projetou cinemas e cine-teatros, como o “Monumental” de Lisboa, o “Messias” da Mealhada, o “Avenida” de Aveiro, o “Império” de Lagos, o “Micaelense” em Ponta

A implantação da imagem do Estado Novo através da arquitetura. A zona oriental do distrito do Porto.

Delgada, para além de obras prisionais como a de Alcoentre, assinalando a notável volumetria do edifício (Fernandes, 2003, p. 82).

Relativamente ao território abrangido por este estudo, importa referir que o arquiteto foi autor do projeto do edifício da Cadeia Comarcã de Felgueiras, em 1941 (Tavares, 2017); da Cadeia Comarcã de Amarante, em 1943 (Património Cultural, 2020); da Cadeia Comarcã de Paredes, em 1943 (Agarez, 2003); da Cadeia Comarcã de Paços de Ferreira, em 1957 (Duarte, 2018, p. 165) e do Tribunal Judicial de Paços de Ferreira, inaugurado em 1972 (Ferreira, 2009).

Efetuada uma análise da relação do arquiteto Raul Rodrigues Lima com o regime do Estado Novo, deparamo-nos com um elevado número de projetos e obras realizados no âmbito de encomendas oficiais, em diversas tipologias funcionais (destacando-se os tribunais, as cadeias, cineteatros e os Pavilhões da Fundação, Formação, Conquista e Independência da Exposição do Mundo Português (1938-1940). No que diz respeito à dimensão e localização dos projetos do arquiteto, podemos afirmar que foi escolhido para desenvolver projetos em diversos centros urbanos de menor relevo, mas também em bastantes capitais de distrito como Aveiro, Bragança, Beja, Lisboa, Porto, Ponta Delgada, Portalegre, Santarém, Vila Real, Viseu. Particularmente, sobre a concordância estética ou estilística do arquiteto com os valores do regime, parece ser possível afirmar que é notório e constante, na obra de Raul Rodrigues Lima, um formalismo que nos remete para os valores nacionais. Na verdade, mesmo as obras mais recentes como o edifício do Tribunal Judicial de Paços de Ferreira, inaugurado em 1972 ou a Cadeia Comarcã de Paços de Ferreira (1957) apresentam um cunho “Português Suave”.

A implantação da imagem do Estado Novo através da arquitetura. A zona oriental do distrito do Porto.

3.2. O processo.

3.2.1. A distribuição no espaço.

No sentido de quantificar as iniciativas edificatórias, as tipologias mais escolhidas e a forma como contribuíram para o desenho urbano, no processo de implantação do Estado Novo, recorreu-se à elaboração de mapas que permitirão perceber as prioridades por concelho e por tipologia de uso eleitas para este estudo, recorreu-se também a fotografias aéreas para avaliar a relação do edificado em apreço com a envolvente em que se insere.

Da análise ao primeiro mapa ressalta uma significativa diferença no número de edifícios construídos em cada um dos 10 concelhos em apreço. Verifica-se, por ordem decrescente que os 27 edifícios da amostra têm a seguinte distribuição por concelho: Felgueiras (6 edifícios); Amarante (5 edifícios); Paços de Ferreira, Paredes e Penafiel (3 edifícios, cada); Gondomar e Valongo (3 edifícios, cada); Marco de Canaveses e Lousada (1 edifício, cada) e Baião sem qualquer edifício nas tipologias em apreço.

Destaque-se que os 2 concelhos cujas sedes contam com maior número de iniciativas edificatórias (Felgueiras e Amarante) estão, precisamente, nos 2 eixos rodoviários principais (E.N. 15 e E.N. 101) sendo que Amarante (como já visto) situa-se na sua interceção, para além de ser servida pela ferrovia da linha do Douro e estar implantada nas margens do rio Tâmega.

A implantação da imagem do Estado Novo através da arquitetura. A zona oriental do distrito do Porto.



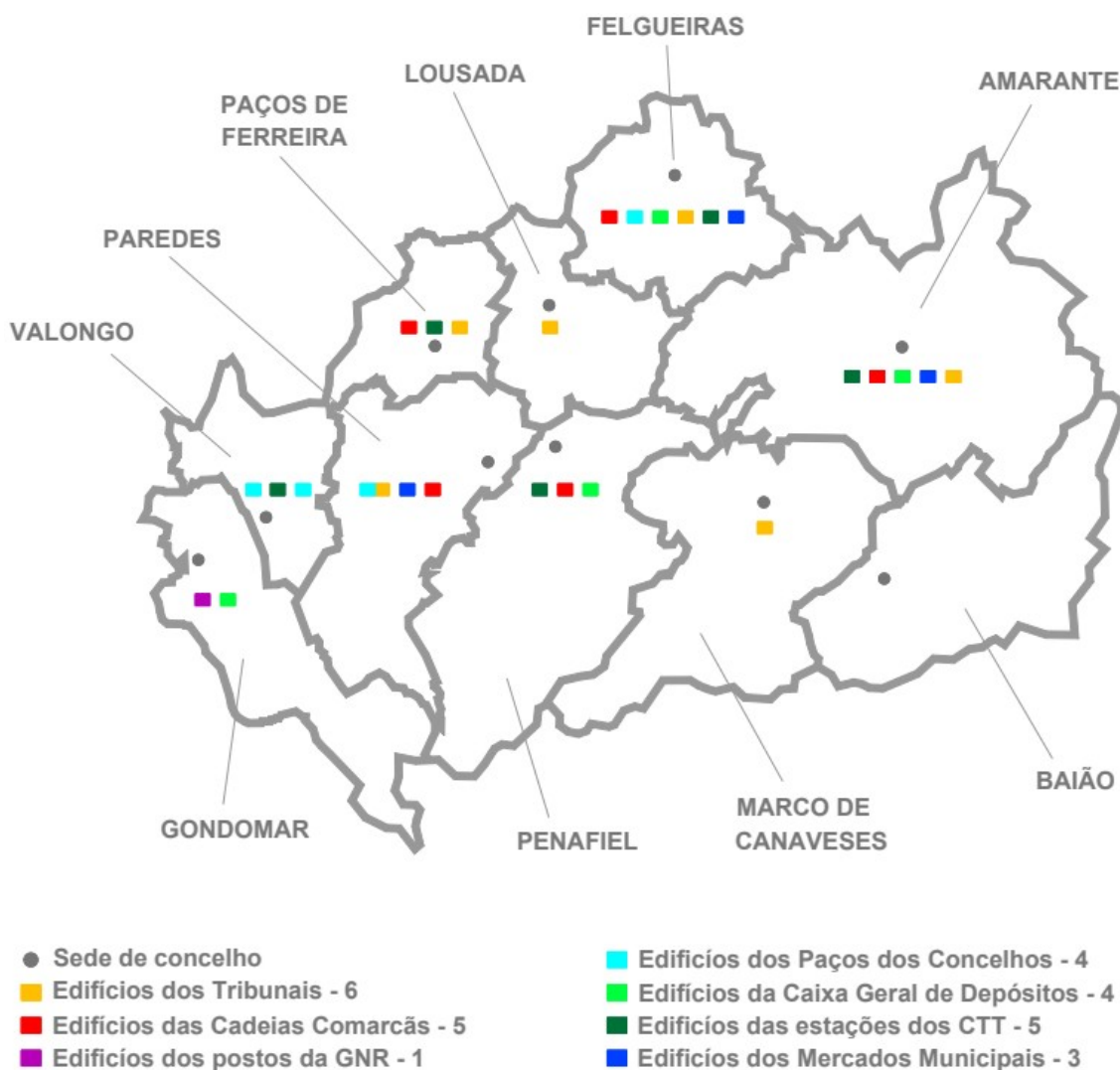
Mapa 10: A distribuição dos edifícios (ou projetos) por concelho.

Fonte: Autoria própria, 2021.

Relativamente às 7 tipologias em análise, com o auxílio do mapa seguinte, pretende-se concluir sobre quais as que foram prioridade e em que concelhos (sedes de concelho). Os marcadores dos edifícios foram dispostos (da esquerda para a direita) respeitando a cronologia do seu projeto ou da conclusão da obra). Da leitura do mapa sobressai uma significativa supremacia no número de edifícios ligados à justiça (12 edifícios) sendo 6 de tribunais, 5 de cadeias comarcãs e 1 de posto da GNR. Destinados a serviços registam-se outros 12 edifícios (5 de estações dos CTT, 4 sedes da Caixa Geral de Depósitos e 4 Paços de Concelho). Contam-se, ainda, 3 de mercados municipais.²

² Apesar deste estudo contemplar 27 edifícios, estão presentes 28 usos, dado que, em Paredes, o edifício dos Paços do Concelho foi projetado para albergar também o Tribunal.

A implantação da imagem do Estado Novo através da arquitetura. A zona oriental do distrito do Porto.



Mapa 11: A distribuição dos edifícios (ou projetos) por tipologia e por concelho.

Fonte: Autoria própria, 2021.

No intuito de aprofundar este estudo urbanístico, será pertinente analisar o papel que o edifício ou conjunto de edificado assumem no tecido urbano em que se inserem. Por esse motivo, recorrendo a fotografias aéreas, procurou-se encontrar uma leitura da localização dos edifícios na cidade ou vila em que se inserem, tendo como objetivo identificar exemplos de dinâmicas urbanas criadas com a sua construção, bem como qual a sua contribuição para a qualificação do espaço público.

A implantação da imagem do Estado Novo através da arquitetura. A zona oriental do distrito do Porto.

Na cidade de Amarante o edifício da Cadeia Comarcã está relativamente distante do centro histórico (a norte). Os restantes edifícios refletem uma intenção de consolidação do tecido urbano com o remate do quarteirão em que se inserem a estação dos CTT e o edifício da Caixa Geral de Depósitos. Na escolha da localização do edifício do Tribunal e do Mercado Municipal, parece ter havido a intenção de criar uma dinâmica com o edifício dos Paços do concelho (preexistente e identificado a azul) resultando numa qualificação do espaço público que envolve os 3 edifícios.

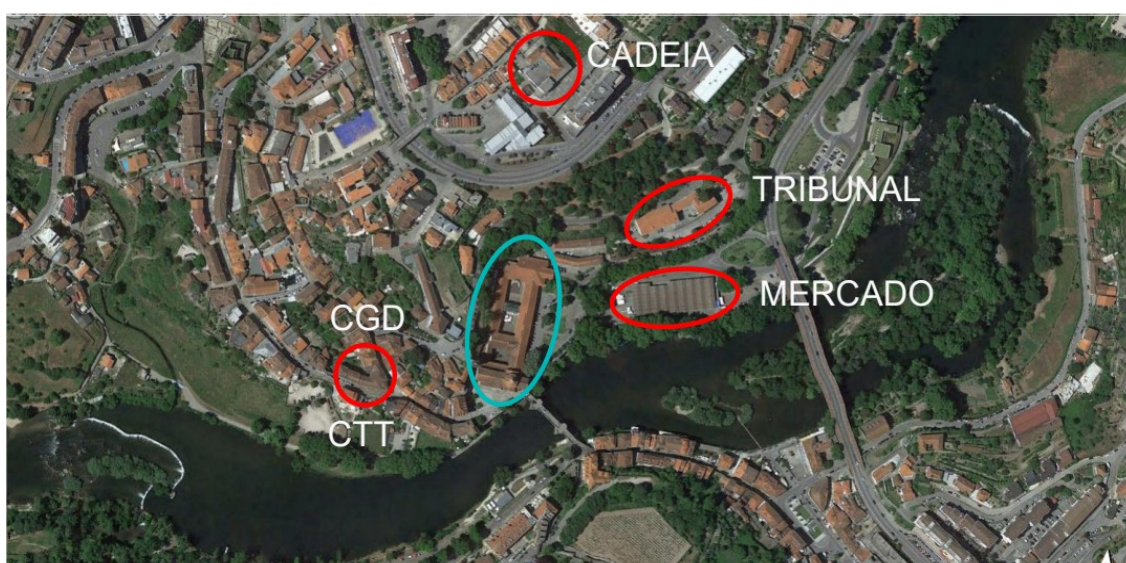


Fig. 55: Vista aérea. Implantação dos edifícios na envolvente. Amarante.

Fonte: Google Earth, 2019.

Na cidade de Felgueiras assiste-se a um reforço da centralidade com a implantação dos edifícios dos Paços do Concelho, da Caixa Geral de Depósitos, do Tribunal (ampliação) e dos CTT em torno da praça da República. O Mercado Municipal encontra-se implantado muito próximo da referida praça e com a sua entrada principal alinhada com o arruamento que o liga a ela. O edifício da Cadeia Comarcã situa-se a noroeste, relativamente distante da cidade, em local isolado e sem relação urbanística aparente com o centro urbano.

A implantação da imagem do Estado Novo através da arquitetura. A zona oriental do distrito do Porto.

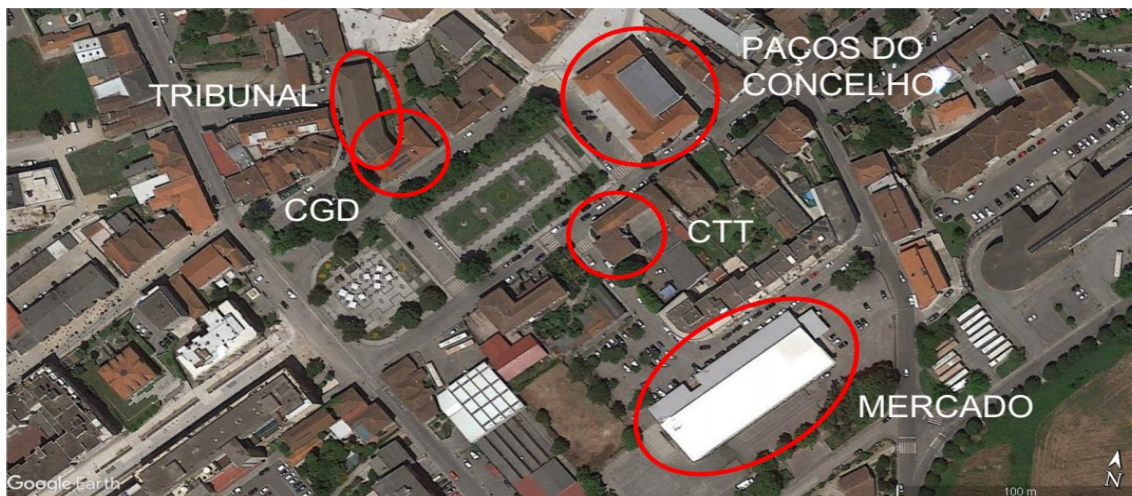


Fig. 56: Vista aérea. Implantação dos edifícios na envolvente. Felgueiras.

Fonte: Google Earth, 2020.

Na cidade de Gondomar, o edifício da Caixa Geral de Depósitos está localizado no centro da cidade e inserido numa leitura de continuidade, num tecido urbano consolidado do qual faz parte o edifício dos Paços do Concelho (muito próximo e identificado a azul). O posto da GNR situa-se a sul (na rua padre Andrade Silva) relativamente, fora do centro urbano, num local em fase de pré consolidação urbanística e, aparentemente, sem relação urbanística articulada com a cidade, no entanto, à margem de uma via com ligação ao centro da cidade.



Fig. 57: Vista aérea. Implantação dos edifícios na envolvente. Gondomar.

Fonte: Google Earth, 2018.

A implantação da imagem do Estado Novo através da arquitetura. A zona oriental do distrito do Porto.

Na vila de Lousada, o edifício do Tribunal está implantado num quarteirão central da vila que forma gaveto num local de confluência de 4 eixos viários. A sua implantação sugere uma intenção de integração na centralidade e de reforço da mesma.



Fig. 58: Vista aérea. Implantação dos edifícios na envolvente. Lousada.

Fonte: Google Earth, 2020.

Na cidade do Marco de Canaveses, o edifício do Tribunal está situado no centro da cidade. É o único edifício do quarteirão em que se insere. Do seu desenho resulta algum espaço público (zonas de estar) voltadas a norte e a sul, reforçando a sua relação com o tecido urbano da cidade.



Fig. 59: Vista aérea. Implantação do edifício na envolvente. Marco de Canaveses.

Fonte: Google Earth, 2020.

A implantação da imagem do Estado Novo através da arquitetura. A zona oriental do distrito do Porto.

Na cidade de Paços de Ferreira, o edifício dos CTT insere-se num dos quarteirões centrais da cidade, num gaveto, o que lhe reforça a presença na paisagem urbana. O edifício do Tribunal assume a sua centralidade no mesmo quarteirão central, formando gaveto com a praça 25 de Abril na zona de maior confluência viária da cidade. O edifício da Cadeia Comarcã situa-se a poente, muito distante, em local isolado e sem qualquer relação com o desenho urbano da cidade.



Fig. 60: Vista aérea. Implantação dos edifícios na envolvente. Paços de Ferreira.

Fonte: Google Earth, 2020.

Na cidade de Paredes, o edifício dos Paços do Concelho, situado no topo norte do parque José Guilherme (jardim central da cidade de Paredes) assumindo um papel de centralidade reforçado pela relação com o jardim e com o edifício do novo Tribunal (situado no topo sul do mesmo jardim e identificado a azul). Os abrigos que compunham o Mercado Municipal, situados a nascente do centro urbano e a poucas centenas de metros, foram implantados no topo dum espaço público amplo, historicamente usado para realização de feiras. O edifício da Cadeia Comarcã está implantado num gaveto dum quarteirão próximo do centro da cidade, o que lhe confere alguma notoriedade.

A implantação da imagem do Estado Novo através da arquitetura. A zona oriental do distrito do Porto.



Fig. 61: Vista aérea. Implantação dos edifícios na envolvente. Paredes.

Fonte: Google Earth, 2020.

Na cidade de Penafiel, a estação dos CTT insere-se num gaveto voltado para o centro da cidade, com uma implantação cujo desenho permitiu a criação de algum espaço público. O edifício da Cadeia Comarcã situa-se a nascente e muito próximo do centro. A agência da Caixa Geral de Depósitos está também inserida no centro urbano, com uma implantação que contribui para a sua integração na malha urbana. Os 3 edifícios foram construídos à margem da E.N. 15, integrados no centro histórico.



Fig. 62: Vista aérea. Implantação dos edifícios na envolvente. Penafiel.

Fonte: Google Earth, 2020.

A implantação da imagem do Estado Novo através da arquitetura. A zona oriental do distrito do Porto.

Na cidade de Valongo, o edifício da estação dos CTT foi implantado no centro da cidade, junto da principal praça (praça Machado dos Santos) num gesto que poderá ser entendido como uma tentativa de conferir continuidade ao eixo histórico edificado. O edifício projetado para os novos Paços do Concelho (não edificado) tinha a sua implantação prevista para um terreno na confluência entre a principal avenida da cidade (avenida 5 de Outubro) e a E.N. 15. O edifício que albergou os Paços do Concelho e que se pretendeu modificar (segundo o projeto de 1936) situa-se no gaveto da rua de S. Mamede (E.N. 15) com a rua padre Joaquim Lopes Reis (via de ligação à E.N. 209).



Fig. 63: Vista aérea. Implantação dos edifícios na envolvente. Valongo.

Fonte: Google Earth, 2015.

A título conclusivo, poderá afirmar-se que, em todos os casos expostos, terá havido uma tendência estratégica de aproveitar o processo edificatório para criar ou reforçar a centralidade das sedes dos concelhos, dado que as localizações dos edifícios em apreço ou são próximas entre elas ou próximas de outros pontos importantes dos núcleos urbanos (edifícios ou praças). Contribuindo para criação de cenários urbanos compostos por edifícios, estilisticamente, marcados pela mesma intenção de veicular a imagem dos valores do Estado Novo.

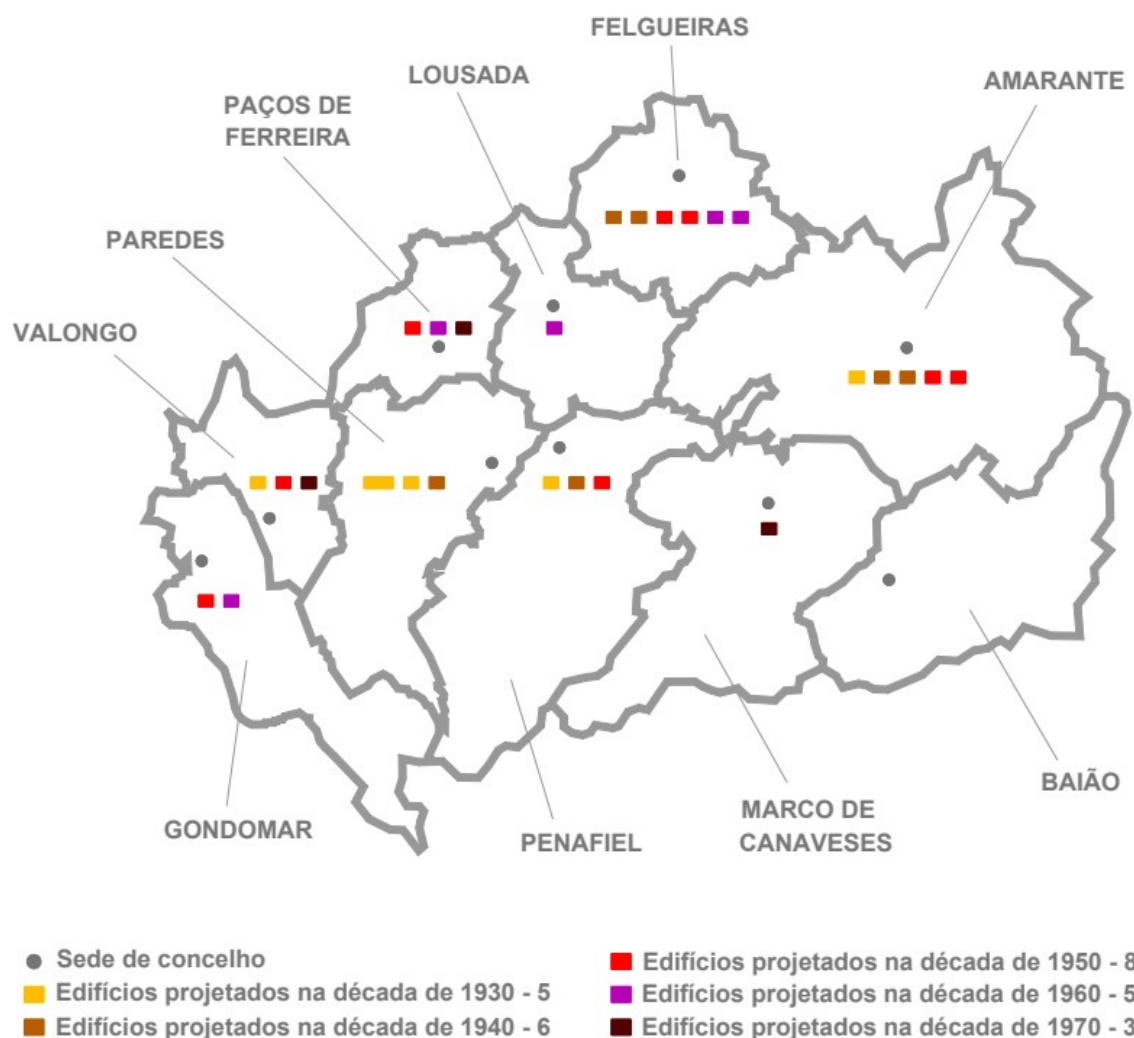
3.2.2. A distribuição no tempo.

No sentido de avaliar quais as sedes de concelho que o Estado Novo elegeu como prioritárias no processo de implantação da sua imagem, torna-se essencial analisar a cronologia dessas iniciativas edificatórias. No mapa seguinte recorreu-se a uma gradação cromática diferenciando, por décadas, a datação dos projetos de arquitetura ou da conclusão das obras, em cada sede de concelho. Da análise ao mapa constata-se que o processo edificatório desenvolvido pelo Estado Novo, no território em apreço, teve a sua fase de maior investimento, nas décadas de 1950 (com 8 edifícios) seguida das décadas de 1940 (com 6 edifícios) e de 1960 (com 6 edifícios). A década de 1930 contou, apenas, com 5 edificações e a década de 1970, com 3. No entanto, a título de ressalva, será o momento de lembrar que o regime só durou até menos de metade da década de 1970, o que poderá distorcer esta avaliação. Poderá concluir-se que a década de 1940 (período de estabilização e enriquecimento do regime) parece marcar um aumento da edificação, e que o pico desse aumento teve lugar nos anos seguintes ao fim da II Guerra Mundial, fase em que passou a haver maior disponibilidade de recursos económicos e melhoria nas condições de acesso a materiais de construção.³

Será, igualmente de sublinhar que os centros urbanos (sedes de concelho) que mais cedo se revelaram prioridades de investimento, sendo dotados de edifícios nas tipologias em apreço, foram Amarante (desde a década de 1930, no ano de 1936) Penafiel (desde a década de 1930, no ano de 1936) Valongo (desde a década de 1930, no ano de 1936, com uma iniciativa edificatória não executada) Paredes (desde a década de 1930, no ano de 1938) e Felgueiras (desde a década de 1940, no ano de 1941). Portanto, 5 sedes de concelho que se inserem junto dos 2 principais eixos rodoviários (E.N. 15 e E.N. 101). No entanto, se identificarmos os concelhos que se destacam por ter tido, simultaneamente, maior número de edifícios construídos, investimento mais precoce e

3 Nesta análise, considerou-se a data do projeto de arquitetura, uma vez que melhor reflete o momento da tomada da iniciativa política e, consequentemente, o enquadramento estilístico do objeto arquitetónico, podendo a data da conclusão da obra refletir atrasos na construção. No entanto, para os edifícios dos Tribunais de Felgueiras e do Marco de Canaveses, estações dos CTT de Felgueiras e de Paços de Ferreira e posto da GNR de Gondomar, considerou-se a data da conclusão ou inauguração da obra, por não ser possível obter dados referentes à data do projeto de arquitetura.

investimento mais prolongado (durante as décadas em que subsistiu o regime do Estado Novo) destacam-se 2 sedes de concelho: Amarante (com 5 edifícios, o primeiro da década de 1930 e com iniciativas edificatórias que se estenderam por 3 décadas) e Felgueiras (com 6 edifícios, o primeiro da década de 1940 e com iniciativas edificatórias que se estenderam, igualmente, por 3 décadas).



Mapa 12: A distribuição dos edifícios (ou projetos) por década e por concelho.

Fonte: Autoria própria, 2021.

No sentido de perceber se terá havido alguma precedência na construção de edifícios (ou encomendas de projetos) nas tipologias mais conotadas com a estratégia de controlo

A implantação da imagem do Estado Novo através da arquitetura. A zona oriental do distrito do Porto.

do Estado Novo dividiu-se a análise em 5 grupos tipológicos (justiça, administração, economia, comunicações e comércio) e, cruzando a informação que os mapas 10 e 11 nos fornecem constata-se sobre a prioridade cronológica na construção das tipologias dos 12 edifícios destinados a servir a justiça (tribunais, cadeias e postos da GNR) na década de 1930 foi construído 1 edifício; na década de 1940 (4 edifícios); na década de 1950 (4 edifícios); na década de 1960 (1 edifício) e na década de 1970 (2 edifícios). No caso dos 4 edifícios destinados à administração (Paços de Concelho) na década de 1930 foram construídos (ou projetados) 2 edifícios; na década de 1940 (1 edifício) e na década de 1970 (1 edifício projetado, mas não construído). No caso dos 4 edifícios ligados à economia (agências da Caixa Geral de Depósitos) na década de 1940 foi construído 1 edifício; na década de 1950 (2 edifícios) e na década de 1960 (1 edifício). No caso dos 5 edifícios ligados às comunicações (estações dos CTT) na década de 1930 foram construídos 2 edifícios; na década de 1950 (1 edifício) e na década de 1960 (2 edifícios). No caso dos 3 edifícios ligados ao comércio (Mercados Municipais) na década de 1930 foi construído 1 edifício; na década de 1950 (1 edifício) e na década de 1960 (1 edifício). Será ainda de refletir sobre o facto de Amarante e Felgueiras se destacarem como as sedes de concelho em que o Estado Novo apostou mais na construção de edifícios ligados à justiça, nas décadas de 1940 e 1950, o que poderá ser entendido como forma de disseminação da imagem de poder e de controlo territorial, numa fase de afirmação do regime.

	Década de 1930	Década de 1940	Década de 1950	Década de 1960	Década de 1970
Edifícios ligados à justiça.	1	4	4	1	2
Paços de Concelho (administração)	2	1	0	0	1
Agências da CGD (economia)	0	1	2	1	0
Estações dos CTT (comunicações)	2	0	1	2	0
Mercados Municipais (comércio)	1	0	1	1	0

Tabela 3: Número de edifícios por grupo tipológico e por década.

Fonte: Autoria própria, 2021.

A implantação da imagem do Estado Novo através da arquitetura. A zona oriental do distrito do Porto.

Conclui-se, portanto, que dos 5 grupos tipológicos destaca-se o grupo das tipologias ligadas à justiça que viu o maior número de edifícios serem erigidos mais cedo, sendo o único grupo de tipologias que conta com edificações nas 5 décadas em apreço. Seguidamente, aparece o grupo dos edifícios destinados à administração (Paços de Concelho). Parece, assim, que esteve presente, nas prioridades edificatórias do Estado Novo, um padrão de investimento prioritário no que respeita ao incremento e reforço da imagem de poder, no território em análise, tanto em precocidade como em quantidade.

3.2.3. A distribuição das autorias e os perfis estilísticos.

Com o intuito de perceber de que forma se distribuíram as autorias dos projetos de arquitetura e os perfis estilísticos dos 27 edifícios que compõem este estudo, será de refletir em algumas particularidades, nomeadamente, se terá havido alguma preferência das instituições estatais por alguns arquitetos e qual a relação com a localização, dimensão e simbolismo das obras que lhes foram atribuídas, bem como qual a abordagem estilística habitual desses autores. Primeiramente, e recorrendo ao mapa seguinte conclui-se que se destacam 2 nomes, relativamente ao número de projetos atribuídos: Raul Rodrigues de Lima, com 5 autorias (2 em Paços de Ferreira, 1 em Felgueiras, 1 em Amarante e 1 em Paredes) e Januário Godinho de Almeida, com 4 autorias (2 em Amarante e 2 em Felgueiras). Segue-se a Delegação dos Edifícios para os Serviços dos C. T. T, com 3 autorias (1 em Valongo, 1 em Paços de Ferreira e 1 em Felgueiras) e Adelino Alves Nunes, com 2 autorias (1 em Penafiel e 1 em Amarante) cada um dos restantes autores contam com 1 autoria.

Cruzando os dados obtidos nesta análise com as conclusões das análises realizadas nos tópicos anteriores constata-se, ainda, que estes dois arquitetos são os que mais obras projetaram nas sedes dos dois concelhos que se têm destacado quer em termos de quantidade de iniciativas edificatórias, quer em termos de precocidade e continuidade de investimento, durante o período do Estado Novo (Felgueiras e Amarante) afigurando-se, portanto, uma relação entre a escolha dos dois arquitetos (Raul Rodrigues de Lima e Januário Godinho de Almeida) e, precisamente, essas duas sedes de concelho.

A implantação da imagem do Estado Novo através da arquitetura. A zona oriental do distrito do Porto.

Tendo em conta a dimensão e simbolismo dos edifícios projetados por estes dois arquitetos e começando por Rodrigues Lima, sublinhe-se que os 5 edifícios de que é autor são todos ligados à justiça (4 cadeias comarcãs e 1 tribunal). Passando a Januário Godinho, refira-se que foi autor de 1 tribunal, 1 edifício dos Paços de Concelho e 2 edifícios de mercados municipais. Assim, Rodrigues Lima apresenta-se como aquele a quem foram entregues maior quantidade de projetos ligados à afirmação do poder e representação do mesmo no território em estudo. Aliás, como já vimos nas notas biográficas sobre os 14 autores do elenco edificado que compõe este estudo, ambos os arquitetos se destacam por um elevado número de projetos e obras realizados no âmbito de encomendas oficiais, em diversas tipologias funcionais e em variadas localizações do país, desde grandes centros urbanos, passando por outros de menor importância.

A implantação da imagem do Estado Novo através da arquitetura. A zona oriental do distrito do Porto.



Mapa 13: A distribuição das autorias, por arquiteto e por concelho.

Fonte: Autoria própria, 2021.

Importará, agora, discernir sobre a concordância estética e estilística destes 2 arquitetos com os valores do regime e perceber se essas mesmas orientações estão presentes nas obras realizadas no âmbito deste estudo.⁴

4 No mapa 13 foram destacados, com realce cromático, os autores considerados mais conotados com o regime, tanto estilisticamente como em quantidade de obras realizadas, num cômputo mais abrangente (a uma escala nacional).

A implantação da imagem do Estado Novo através da arquitetura. A zona oriental do distrito do Porto.

Quanto a Raul Rodrigues de Lima será, inequivocamente, notório um formalismo que remete para os valores nacionais conotados com o regime. Este arquiteto destacou-se na elaboração de grande quantidade de projetos, durante o Estado Novo, com destaque para os edifícios prisionais e tribunais, tendo sido um dos que mais contribuiu para a formação da linguagem arquitetónica que marcou os anos 40 e 50 e que mais a divulgou por todo o país. Participou também na Exposição do Mundo Português de 1940 com o projeto dos pavilhões da Fundação, Formação e Conquista da Independência (Pedreirinho, 2017, p. 180-181). Poderá afirmar-se que mesmo as obras mais recentes, como o edifício do Tribunal Judicial de Paços de Ferreira (1972) ou a Cadeia Comarcã de Paços de Ferreira (1957) apresentam um cunho “Português Suave”.

No caso de Januário Godinho de Almeida, ressalta, igualmente, uma acentuada influência daqueles princípios, nos seus projetos. Trabalhou numa grande variedade de obras públicas encomendadas pelo Estado Novo, deixando obra por todo o país (Sá, 2019, p. 75). Mesmo durante o pós-guerra (fase em que alguns arquitetos manifestavam crescente tendência Funcionalista) Godinho continua a ser chamado para projetos públicos como Pousadas, Mercados e Palácios de Justiça (*idem*, pp. 81,83). As suas obras continuaram a revelar elevada conotação com um formalismo remetente para a identidade nacional, mostrando uma interpretação da doutrina do Estado Novo. Exemplos disso são os edifícios dos Paços do Concelho de Felgueiras (1947); do Tribunal de Amarante (1959) e do Mercado Municipal de Felgueiras, em 1966, obra que denota sinais claros de uma aproximação ao Movimento Moderno.

Na linguagem arquitetónica dos 3 edifícios projetados pela Delegação dos Novos Edifícios para os Serviços dos CTT, todos da década de 1960, denota-se uma natural tendência para soluções mais influenciadas pelo o Movimento Moderno numa tendência funcionalista das opções implementadas, nomeadamente, com a utilização aparente do betão e com a diminuição de elementos decorativos das fachadas, embora parecendo continuar a procurar estabelecer compromissos com a matriz “Português Suave”, particularmente, no que respeita à escolha de materiais como a pedra à vista (nos

A implantação da imagem do Estado Novo através da arquitetura. A zona oriental do distrito do Porto.

embasamentos) e a presença de beirais nas coberturas, como nos casos de Paços de Ferreira ou de Valongo (em que as varandas, formalmente, aparentam uma inspiração regionalista). Presente-se, portanto, um abrandamento mas não um abandono de uma orientação regionalista, nacionalista ou historicista das décadas de 1930 e 1940.

No âmbito deste estudo, Adelino Alves Nunes foi autor de 2 edifícios, apesar de ter sido responsável pela quase totalidade das novas estações de correios construídas, nas décadas de 1930 e 1940, por todo o país e em diversas capitais de distrito. Realizou também projetos de outras tipologias no âmbito de encomendas estatais. (Pedreirinho, 2017, p. 224). Este arquiteto desenvolveu uma arquitetura de orientação tradicionalista / regionalista (Fernandes, 2003, p. 88) revelando-se concordante com os gostos do Estado Novo, numa dicotomia entre *Art Déco* e “Português Suave”. Estaremos, então, perante outra escolha de um arquiteto com uma linguagem adequada ao regime para a realização de obras no principal eixo rodoviário da área em estudo (E.N. 15) sendo elas as estações dos CTT de Amarante, num registo “Português Suave” bastante carregado (com influência *Art Déco*) e a de Penafiel que, apesar de ainda denotar essa influência, apresenta um registo menos marcado e menos pesado.

Relativamente aos restantes autores (todos com 1 autoria) será importante perceber aqueles que também foram escolhidos para projetar edifícios localizados em situação de alguma relevância (para além das 2 sedes de concelho que se têm destacado neste estudo (Amarante e Felgueiras). Assim, seguindo o traçado dos 2 principais eixos viários (E.N. 15 e E.N. 101) podemos identificar algumas obras realizadas nas sedes de concelho servidas por esses eixos, continuando o processo de gradação de notoriedade, tanto das localidades em causa, como a consequente distinção que possa ter sido dada aos arquitetos escolhidos para aí intervirem. Nesses centros urbanos (no sentido poente – nascente) em Valongo, surge o nome de Maria José Marques da Silva com o projeto para edifício dos Paços do Concelho, de 1970 (não edificado) em que ainda é possível descortinar “gestos” de influência *Art Déco* a par de outros em compromisso com o

A implantação da imagem do Estado Novo através da arquitetura. A zona oriental do distrito do Porto.

gosto "Português Suave" manifestando uma linguagem bastante enquadrada com o Estado Novo.

Em Paredes, ARS – Architectos teve em mãos o projeto para o edifício dos Paços do Concelho e Tribunal. Este grupo de arquitetos que projetou algumas obras públicas de relevo, durante o Estado Novo, é referenciado (como já vimos) pela sua dicotomia de linguagens arquitetónicas e este edifício, de 1938, é um exemplo de influências *Art Deco* coexistentes com outras de carácter regionalista e historicista. De facto, poderá ser lido como um exemplo com composição de base *Art Déco*, embora já com detalhes decorativos histórico-regionalistas, talvez devido ao tempo decorrido entre o projeto original e a finalização da construção, testemunhando a mudança estilística que se impunha na arquitetura oficial, nesses anos.

Em Penafiel, Luís Américo Xavier surge como autor do projeto da cadeia Comarcã, de 1943. Apesar de ter sido um arquiteto com poucas encomendas estatais, é de notar que possui no seu portfólio obras em "Português Suave". Este edifício é, aliás, um bom exemplo desse registo, estando alinhado com os valores do regime.

Também em Penafiel, Francisco Conceição Silva é o autor do projeto do edifício da agência da Caixa Geral de Depósitos, de 1952. A pesquisa efetuada aponta para que este arquiteto tenha tido poucas ou somente esta encomenda estatal. No entanto, no edifício em apreço pressentem-se algumas influências "Português Suave" embora, num registo mais aligeirado e modernizado.

Em Amarante, António Maria Veloso Reis Camelo projetou o edifício da Caixa Geral de Depósitos, em 1944. Este arquiteto foi autor de diversos projetos para encomendas estatais, alguns deles em centros urbanos de relevo. Relativamente ao edifício em análise, poderemos classificá-lo como mais um exemplo de influência "Português Suave" enquadrado com os valores do Estado Novo.

A implantação da imagem do Estado Novo através da arquitetura. A zona oriental do distrito do Porto.

Em Felgueiras, Amândio Vaz Pinto do Amaral foi o autor do projeto para o edifício da Caixa Geral de Depósitos, em 1951. O seu portfólio regista muito poucas encomendas estatais. Apesar de, anteriormente, este arquiteto ter projetado em registo “Português Suave” bastante exagerado e pesado, neste edifício, poderá constatar-se que, sem abandonar essa inspiração, adotou uma solução de leitura volumétrica mais simplificada e desprovida de detalhes decorativos ou historicistas.

Também em Felgueiras, Benjamim do Carmo surge como o autor do projeto da ampliação do edifício do tribunal, em 1958. Não foram encontradas quaisquer referências que liguem este arquiteto a encomendas estatais anteriores, no entanto, poder-se-á constatar que a leitura arquitetónica da intervenção que desenvolveu no edifício (ampliação) será mais pesada e historicista do que o edifício preexistente, enquadrando-se estilisticamente com as linhas condutoras dos valores do regime.

Sobre os arquitetos a quem foram atribuídas obras, apenas, nas sedes de concelho distantes dos principais eixos rodoviários (Lousada, Marco de Canaveses e Gondomar) surge-nos o nome de Álvaro da Fonseca, autor do projeto para o edifício do Tribunal de Lousada, em 1966. Foi um arquiteto com poucas relações profissionais com o regime, tendo tido poucas encomendas estatais. O edifício projetado apresentava, ainda na década de 1960, uma linguagem “Português Suave” contudo, bastante adornado e carregado.

No Marco de Canaveses, António Madeira Portugal projetou o edifício do Tribunal, em 1974. Foi um arquiteto que, na fase final do regime, teve algumas encomendas para edifícios de tribunais, em diversos centros urbanos secundários. Este edifício é caracterizado por um desenho de inspiração clássica, no qual se apresentam influências “Português Suave”.

A implantação da imagem do Estado Novo através da arquitetura. A zona oriental do distrito do Porto.

Em Gondomar, Fernando Manuel Lobato Cunha Guimarães foi autor do projeto do edifício da agência da Caixa Geral de Depósitos, em 1969. Este arquiteto terá tido, apenas outra encomenda estatal (a agência da CGD em Melgaço). No caso do edifício de Gondomar é notório um afastamento da linguagem arquitetónica própria do regime, parecendo, quase, imune a tal influência.

Concluindo, poderemos afirmar que nas escolhas do regime, terá havido uma relação entre o perfil estilístico dos arquitetos e as encomendas a atribuir-lhes, tendo em conta a importância de cada sede de concelho mas também a dimensão e simbolismo da tipologia das obras a edificar. De facto, constata-se que é, tendencialmente, nas sedes de concelho que mais se destacam nas análises anteriores que aparecem as obras atribuídas aos arquitetos que demonstravam melhores relações com o regime e com perfil estilístico mais enquadrado com as linhas condutoras dos valores do Estado Novo. Será ainda possível equacionar se essas preferências estarão, intrinsecamente, relacionadas com uma estratégia de controlo e de afirmação da imagem do regime, através da arquitetura.

IV. CONCLUSÕES

É objetivo desta dissertação analisar e descrever o processo de implantação da imagem do Estado Novo através da arquitetura, na zona oriental do distrito do Porto. Após um estudo focado nos diversos enquadramentos em que Portugal se inseria (à escala nacional e internacional) antes e durante aquele período, será de concluir sobre o modo como se desenvolveu esse processo, neste caso de estudo. Avaliar o enquadramento político, económico e artístico do país, numa fase antecedente e posterior à implantação do regime, permitiu discernir sobre como se “desenhou” a evolução do processo de implantação da imagem do regime, concretamente, através da arquitetura.

Apesar das dimensões política, económica e artística terem sido cruciais na definição da forma como se implementou a divulgação dos valores que sustentavam a doutrina ideológica do Estado Novo, outras condicionantes contribuíram, também, para a estratégia e configuração do processo de investimento em equipamentos e infraestruturas que se materializaram pelo país. Condicionantes geográficas (de carácter demográfico, orográfico e hidrográfico) estiveram, presentes no desenvolvimento dos municípios, em particular, dos seus centros urbanos e, conseqüentemente, influenciando as prioridades do regime, no decurso do processo edificatório. Portanto, esse processo não teve um padrão homogéneo, entre 1933 e 1974, revelando diferenças nas prioridades, tanto no tempo, como no espaço e não só a uma escala nacional ou regional. De facto, até dentro do território escolhido para o desenvolvimento deste trabalho (parte oriental do distrito do Porto) foram bastante expressivas essas diferenças na abordagem que o regime fez a cada sede de concelho, no que respeita a prioridades e dimensão / esforço de investimento. Na verdade, pode-se ir mais além e afirmar que essa estratégia, assente em prioridades temporais e espaciais, se estendeu ao campo da escolha das tipologias a edificar, tendo em conta (certamente) as necessidades de cada centro urbano, mas também o impacto e a simbologia que o Estado pretendia que assumissem perante a população.

A implantação da imagem do Estado Novo através da arquitetura. A zona oriental do distrito do Porto.

Outra dimensão da materialização do processo edificatório que assumiu diferentes padrões, no tempo e no espaço, foi a do carácter estilístico que os edifícios foram apresentando, durante as 5 décadas em que subsistiu o regime, constatando-se ter havido períodos e locais que revelaram maior preponderância para a incorporação ideológica dos valores do Estado Novo e da exaltação nacionalista na linguagem arquitetónica das iniciativas edificatórias, tendo sido a arquitetura usada como veículo de divulgação desses valores e orientações ideológicas. Embora possa não ter havido um controlo férreo das opções arquitetónicas a adotar, parece ter estado presente uma tendência para que, em locais considerados mais importantes e de maior visibilidade, os valores do regime aparecessem mais, uniformemente, exaltados através da arquitetura (o que terá acontecido de modo mais ténue, em localizações consideradas de menor relevo). Assim, o Estado Novo parece ter dado mais atenção às opções estilísticas a implementar nos centros urbanos mais simbólicos, em detrimento doutros que se apresentariam como secundários.

Após esta ligeira reflexão sobre as conclusões mais genéricas que sobressaíram das análises efetuadas às diversas dimensões condicionantes do processo de implantação da imagem do Estado Novo através da arquitetura, será de objetivar sobre o desenvolvimento desse processo edificatório, no território escolhido para este estudo.

Começando pela distribuição espacial, refira-se que o esforço / investimento em novas edificações não teve um critério distributivo homogéneo, tendo Felgueiras e Amarante assumido, quantitativamente, as preferências oficiais na escolha das sedes de concelho para novas edificação. Desta análise ressaltou que as condicionantes que poderão ter promovido estas preferências, serão de carácter viário. A proximidade destas sedes de concelho aos principais eixos rodó e ferroviários do território em estudo (E.N. 15, E.N. 101, linha do Douro e linha do Tâmega) conferiu-lhes destaque no campo das acessibilidades, relativamente aos restantes centros urbanos. Estes dois centros urbanos receberam, também, as tipologias mais simbólicas na expansão da imagem de poder e de controlo territorial, por parte do regime. Será de realçar que Amarante se situa na

A implantação da imagem do Estado Novo através da arquitetura. A zona oriental do distrito do Porto.

interceção dos dois eixos rodoviários e muito próxima da interceção dos dois eixos ferroviários, para além de estar implantada nas margens do rio Tâmega, o que lhe poderá ter conferido uma importância turística, igualmente de destaque. Ainda sobre Amarante, não poderá deixar de ser referida a existência de algum património monumental, o que terá sido fulcral para esse valor turístico. De facto, Amarante possui, (principalmente, no seu centro histórico) uma paisagem urbana, patrimonialmente rica, que é ainda mais valorizada pelos elementos naturais onde se insere.

Quanto à distribuição cronológica de novas edificações refira-se que o esforço edificatório denotou 3 fases, durante o Estado Novo. Uma 1.^a fase, na década de 1930, em que se registou um menor número de edificações, especialmente fora da capital e de outros grandes centros urbanos (provavelmente, muito pela escassez de recursos económicos com que se debatia o regime). Uma 2.^a fase, durante as décadas de 1940 e 1950, com preponderância para os anos do pós-guerra (período de prosperidade económica do regime, após o entesouramento que terá sido realizado, durante a II Guerra Mundial) em que se verificou um incremento de iniciativas, sendo o período com mais edifícios construídos e uma 3.^a fase, durante as décadas de 1960 e 1970, na qual houve um decréscimo no número de edificações (talvez explicado quer pelo facto da Guerra Colonial ter diminuído a disponibilidade de recursos económicos, quer pela menor necessidade de dotar o país com novos equipamentos, dada a construção dos equipamentos já feitos nas décadas anteriores).

Ainda, numa leitura cronológica, apurou-se que a sede de concelho que se destacou, simultaneamente, na precedência e na continuidade como preferência para receber novas edificações foi Amarante, tendo sido eleita mais cedo e durante mais tempo, para receber iniciativas edificatórias. Continuando esta leitura e voltando ao papel do simbolismo no processo de implantação e expansão da imagem do regime, constatou-se que também a escolha das tipologias edificadas, em cada uma das 3 fases mencionadas, reflete a 2.^a fase (décadas de 1940 e 1950) como aquela em que o regime apostou mais na construção de edifícios ligados à justiça, como forma de disseminação da imagem de

A implantação da imagem do Estado Novo através da arquitetura. A zona oriental do distrito do Porto.

poder e de controlo territorial. Também nesta vertente da análise se destacam Amarante e Felgueiras, relativamente às restantes sedes de concelho.

Tendo em conta o potencial que o Estado Novo reconheceu na arquitetura como veículo para os seus valores e a importância do papel dos arquitetos no processo de tradução da dimensão ideológica para a dimensão material, conclui-se que a atribuição das encomendas para a conceção dos edifícios terá sido alvo de cuidadas escolhas. De facto, ressalta, deste estudo, que os arquitetos eleitos para projetar mais edifícios, nas sedes de concelho mais importantes e com maior simbolismo, foram (preferencialmente) aqueles que já tinham uma relação profissional estabelecida com o regime, dando garantias de uma mais fiel tradução estilística dos valores que se pretendiam ver veiculados. Do conjunto de arquitetos, que compõe este estudo, sobressaem os nomes de Raul Rodrigues de Lima e de Januário Godinho de Almeida, destacando-se, ambos, pela quantidade de edifícios projetados (no âmbito geral deste trabalho). Raul Rodrigues de Lima projetou a maior quantidade de edifícios nas tipologias associadas à afirmação do poder e representação da imagem do mesmo. Januário Godinho de Almeida foi o que mais projetou nas 2 sedes de concelho em destaque (Amarante e Felgueiras).

Conclui-se também que o processo edificatório desenvolvido pelo Estado Novo ficou marcado por uma heterogeneidade e sobreposição de orientações estilísticas, traduzidas em distintas linguagens arquitetónicas patentes no elenco de obras analisadas. Serão de realçar alguns (dos poucos exemplos de edifícios) em que se verifica uma maior influência estilística de base *Art Déco*, como o projeto para modificação (não executada) dos Paços do Concelho de Valongo, de 1936, de autor não identificado mas, aparentemente, o melhor exemplo; o edifício da estação dos CTT de Penafiel, projetado por Adelino Alves Nunes, em 1936 que (apesar de ser um exemplo claro de “Português Suave” denota subtil influência *Art Déco*, particularmente, no remate curvilíneo de um dos volumes); o edifício projetado por ARS-Arquitectos para os Paços de Concelho e Tribunal de Paredes, de 1938 (embora já com alguns detalhes decorativos histórico-regionalistas, talvez devido ao tempo decorrido entre o projeto original e a finalização

A implantação da imagem do Estado Novo através da arquitetura. A zona oriental do distrito do Porto.

da construção, testemunhando a mudança estilística que se impunha na arquitetura oficial, nesses anos) e o projeto de Maria José Marques da Silva para os novos Paços do Concelho de Valongo, já de 1970 (não edificado) no qual é possível descortinar “gestos” de influência *Art Déco* (por exemplo, no uso da "lâmina" com o relógio e da composição assimétrica do alçado) talvez com o intuito de evitar ou repetir o “Português Suave”.

Apesar da heterogeneidade e sobreposição de orientações estilísticas (já mencionadas) no período de maior ingerência dos valores do regime na arquitetura, traduzido estilisticamente pelo “Português Suave”, criou-se uma linguagem arquitetónica adequada a uma fase de endurecimento da ditadura, na sequência (como já foi dito) de um período marcado pela ascensão do regime nazi (em 1933) e com a Guerra Civil de Espanha (de 1936 a 1939). Concluindo sobre o modo como essa linguagem foi adotada e implementada, no território analisado, poderemos afirmar que os melhores exemplos dessa arquitetura do Estado Novo apresentam, tendencial e simultaneamente, o seguinte padrão: foram edificados nas décadas de 1940 e de 1950, nos centros urbanos mais próximos dos principais eixos viários, nos edifícios de tipologia mais conotada com a afirmação do poder e representação da imagem do regime e projetados pelos arquitetos mais escolhidos pelo regime.

Tendencialmente, após as décadas de 1940 e 1950, a ingerência dos valores ideológicos e políticos na arquitetura promovida pelo regime terá começado a esbater-se, dando, gradualmente, espaço a outras influências estilísticas (de carácter mais funcionalista e internacionalista). Sobre essa tendência, denota-se uma maior implementação, neste caso de estudo, de edifícios construídos, a partir de finais da década de 1950; maioritariamente, nos centros urbanos mais afastados dos principais eixos viários (Gondomar, Felgueiras, Paços de Ferreira e Valongo); principalmente, nos edifícios das estações dos CTT e das agências da Caixa Geral de Depósitos (tipologias talvez menos conotadas com a afirmação do poder e representação da imagem do regime) e projetados por arquitetos menos preferidos pelo regime. No entanto, sobre estes casos,

A implantação da imagem do Estado Novo através da arquitetura. A zona oriental do distrito do Porto.

ressalve-se a permanência de elementos que procuram estabelecer alguns compromissos com os valores formais da linguagem “Português Suave” (principalmente, através de volumetrias pesadas, materiais como a pedra à vista e inserções urbanas com notoriedade / centralidade). Poderemos, inclusivamente, ir mais longe afirmando que certos exemplos, como os edifícios dos mercados municipais de Amarante (projetado em 1959) e de Felgueiras (projetado em 1966) ambos da autoria de Januário Godinho, para além de denotarem uma orientação estilística mais modernizada, não deixam, ainda assim, de apresentar compromissos formais com a linguagem arquitetónica “Português Suave”, bem como primam por inserções bem articuladas com a centralidade urbana, precisamente, nesses centros urbanos que são (como já vimos) os de maior notoriedade e visibilidade.

Portanto, parece seguro afirmar que o processo edificatório levado a cabo pelo Estado Novo, na zona estudada, revela uma estratégia urbanística apoiada na rede de acessibilidades existente, no sentido de potenciar o desenvolvimento das sedes de concelho, reforçando a importância da zona mais oriental do distrito do Porto e mais desfavorecida pelo seu afastamento à capital do distrito, apesar de ser notório um investimento tardio (iniciado, maioritariamente, na década de 1940) sendo que esse investimento teve lugar, mais cedo, somente nos centros urbanos que se afirmavam quer pelo seu maior simbolismo, quer por melhores acessibilidades, como é o caso de Amarante (com importância turística) como já vimos.

A outra escala, a grande maioria das iniciativas edificatórias focadas neste estudo, parecem coordenar-se para criar cenários urbanos compostos por edifícios que, assumindo notoriedade (no contexto hierárquico tipológico do edificado) estavam estilisticamente impregnados por arquitetura(s) que conferissem a esses centros uma leitura de carácter não só arquitetónico, mas, sobretudo, ideológico e político, por exemplo, em praças centrais de localidades que não tinham grande expressão fora desses espaços públicos, procurando reforçar e consolidar centralidades pré-existentes / históricas. Esta intenção de reforço e consolidação da centralidade histórica estará bem

A implantação da imagem do Estado Novo através da arquitetura. A zona oriental do distrito do Porto.

patente e de forma mais expressiva em casos como os de Amarante, Felgueiras e Penafiel, apesar de estar também presente nos restantes 6 casos abordados.

Tendo em conta os resultados obtidos nas diversas dimensões analisadas, centrando esta conclusão na eleição da sede de concelho envolvida por condicionantes mais propícias à implementação do processo de implantação da imagem do regime e, simultaneamente, como a que terá sido a opção prioritária (quantitativa e qualitativamente) nas diversas escolhas envolvidas para a efetivação de iniciativas edificatórias no âmbito deste estudo, certamente, será Amarante que assume essa posição. De facto, este é o centro urbano que durante o processo analítico desenvolvido nesta dissertação, tendencialmente, mais vezes, se destacou positivamente no conjunto dos parâmetros considerados. Estaremos, então, em condições de afirmar que a sede do concelho de Amarante apresenta-se como o exemplo que melhor traduz o processo de implantação da imagem do Estado Novo através da arquitetura, na zona oriental do distrito do Porto.

Conclui-se, portanto, que mesmo dentro de um território de escassa dimensão espacial e de importância relativa, a nível nacional, o governo terá sido coerente com a sua tendência de hierarquização e centralização, partindo e tirando partido da notoriedade dos centros urbanos para implantar os seus valores e a sua imagem através da arquitetura. Apresenta-se, igualmente, notória a adoção de uma orientação estética adequada a cada fase do regime.

A implantação da imagem do Estado Novo através da arquitetura. A zona oriental do distrito do Porto.

BIBLIOGRAFIA

Azevedo, B. (1967). *Relatório dum longo estágio. Restauro da abside da Igreja do Mosteiro de Travanca*. CODA (Concurso para a Obtenção do Diploma de Arquitecto), Escola Superior de Belas Artes do Porto. Porto, edição do autor. [Em linha]. Disponível em <<https://hdl.handle.net/10405/48265>>. [Consultado em 01/03/2021].

Bártolo, C. (1998). *Desenho de Equipamento no Estado Novo – As Estações de Correio do Plano Geral de Edificações*. Dissertação de mestrado, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto. Porto, edição do autor. [Em linha]. Disponível em <https://www.academia.edu/723051/Desenho_de_Equipamento_no_Estado_Novo_As_Esta%C3%A7%C3%B5es_de_Correio_do_Plano_Geral_de_Edifica%C3%A7%C3%B5es_vol_2_volume_de_anexos_master_thesis_in_portuguese>. [Consultado em 12/10/2020].

Bessa, I. (1994). Arquitectura e memória do Estado Novo ao 25 de Abril, O Liceu Júlio Henriques / João III / José Falcão de Coimbra. *In: Revista da História das Ideias*, 16, pp. 135-159. [Em linha]. Disponível em <https://doi.org/10.14195/2183-8925_16_5>. [Consultado em 01/09/2020].

Brites, J. (2008). Amar a Pátria, Servir a Arquitectura: funções e programas iconográficos das «artes decorativas» nas filiais da Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência. *In: Torgal, L. e Paulo, H. (coords). Estados autoritários e totalitários e suas representações - Propaganda, Ideologia, Historiografia e Memória*. Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, pp. 81-98. [Em linha]. Disponível em <[doi: 10.14195/978-989-26-0810-5](https://doi.org/10.14195/978-989-26-0810-5)>. [Consultado em 03/09/2020].

Brites, J. (2011). Architectos e Oposição ao Estado Novo. *In: Cordeiro, C. (coord). Autoritarismos, Totalitarismos e Respostas Democráticas*. Coimbra, Ponta Delgada,

A implantação da imagem do Estado Novo através da arquitetura. A zona oriental do distrito do Porto.

Centro de Estudos Gaspar Frutuoso da Universidade dos Açores e Centro de Estudos Interdisciplinares Século XX da Universidade de Coimbra - CEIS20, pp. 117-204.

Brites, J. (2013a). Estado Novo, arquitetura e “renascimento nacional”. In: Moreira, T. e Filho, F. (eds). *Revista de pesquisa em arquitetura e urbanismo*, 15(1), pp. 100-113. [Em linha]. Disponível em <<https://www.revistas.usp.br/risco/article/view/131640>>. [Consultado em 10/10/2020].

Brites, J. (2013b). Moderno e nacional: a procura de uma alternativa arquitectónica nos Estados Novos português e brasileiro. In: Dazzi, C., Valle, A. e Portella, I. (coords). *Oitocentos. Intercâmbios culturais entre Brasil e Portugal*. Rio de Janeiro, CEFET/RJ, pp. 235-253.

Brites, J. (2013c). O capital da arquitectura (1929-1970). Estado Novo, Arquitectos e Caixa Geral de Depósitos: uma visão global. In: *Revista Forum*, 48, pp. 227-237. [Em linha]. Disponível em <<https://revistas.uminho.pt/index.php/forum/article/view/2453/2562>>. [Consultado em 14/10/2020].

Brites, J. (2014). *Arquitectura da CGDCP: Filiais e Agências da Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência, 1929-1970*. Lisboa. Sede da Prosafeita.

Brites, J. e Correia, L. (coords.) (2019). *Obras Públicas no Estado Novo*. Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra.

Brito, M. (1991). *Os anos 40 em Portugal : o país, o regime e as artes : restauração e celebração*. Tese de doutoramento, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova. Lisboa, edição da autora. [Em linha]. Disponível em <<https://run.unl.pt/handle/10362/14822>>. [Consultado em 01/03/2021].

A implantação da imagem do Estado Novo através da arquitetura. A zona oriental do distrito do Porto.

Caldeirão, T. (2013). *Arquitectura como Propaganda do Estado Novo*. Dissertação de mestrado, Departamento de Engenharia Civil e Arquitetura da Universidade da Beira Interior. Covilhã, edição do autor. [Em linha]. Disponível em <<http://hdl.handle.net/10400.6/2376>>. [Consultado em 05/10/2020].

Câmara Municipal de Lisboa (2018). *EBI dos Coruchéus requalificada*. [Em linha]. Disponível em <<https://www.lisboa.pt/actualidade/noticias/detalhe/eb1-dos-corucheus-requalificada>>. [Consultado em 17/02/2021].

Caminhos de Ferro Portugueses (1985). *Mappa dos caminhos de ferro portugueses em I de Janeiro de 1895 no Continente e no Ultramar*. [Em linha]. Disponível em <<https://purl.pt/4042>>. [Consultado em 01/08/2021].

Coelho, S. (2015). *Habitação para as elites lisboetas do Estado Novo: biografia de um “português suave” no Bairro do Areeiro*. Dissertação de mestrado, Instituto Superior Técnico da Universidade do Lisboa. Lisboa, edição da autora. [Em linha]. Disponível em <<https://fenix.tecnico.ulisboa.pt/cursos/ma/dissertacao/565303595500090>>. [Consultado em 05/10/2020].

Costa, P. (2003). Tribunal Judicial de Marco de Canaveses. In: DGPC, *SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico*. [Em linha]. Disponível em <http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=15940>. [Consultado em 05/10/2020].

Costa, P. (2004a). Edifício dos Correios, Telégrafos e Telefones, CTT, de Anadia. In: DGPC, *SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico*. [Em linha]. Disponível em <http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=21167>. [Consultado em 06/10/2020].

A implantação da imagem do Estado Novo através da arquitetura. A zona oriental do distrito do Porto.

Costa, P. (2004b). Edifício dos Correios, Telégrafos e Telefones, CTT, de Amarante. *In*: DGPC, *SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico*. [Em linha]. Disponível em <http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=21021>. [Consultado em 06/10/2020].

Cunha, J. (2016). *O Seminário de Aveiro e os ARS*. Dissertação de mestrado, Faculdade de Ciência e Tecnologia da Universidade Fernando Pessoa. Porto, edição do autor. [Em linha]. Disponível em <<http://hdl.handle.net/10284/5907>>. [Consultado em 10/10/2020].

DGPC (2002). *Património Industrial - Arquitectura Industrial Moderna (1925-1965) - Laboratórios HOECHST*. [Em linha]. Disponível em <<http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/itinerarios/arquitetura/26/>>. [Consultado em 02/03/2021].

Direcção Geral de Estatística (1933). *Censo da População de Portugal no 1º de Dezembro de 1930. 7.º Recenseamento Geral da População*. Lisboa, Imprensa Nacional [Em linha]. Disponível em <[url:https://www.ine.pt/xurl/pub/72364315](https://www.ine.pt/xurl/pub/72364315)> . [Consultado em 02/03/2021].

Duarte, R. (2018). *Em torno do imaginário das prisões*. Dissertação de mestrado, Faculdade de Ciência e Tecnologia da Universidade Fernando Pessoa. Porto, edição da autora. [Em linha]. Disponível em <<https://hdl.handle.net/10216/122401>>. [Consultado em 21/09/2020].

Fernandes, E. (2016). Os CODA da EBAP nos anos 40: das linguagens do Estado Novo à emergência de uma consciência moderna. *In*: Ferreira, F., Mendes, F., Pereira, N. (coords.). *A Conquista Social do Território: arquitetura e corporativismo no Estado*

A implantação da imagem do Estado Novo através da arquitetura. A zona oriental do distrito do Porto.

Novo. Coimbra, Edições Tenacitas, pp. 39-56. [Em linha]. Disponível em <<http://hdl.handle.net/1822/51010>>. [Consultado em 21/01/2021].

Fernandes, J. (1989). A Arquitectura do Estado Novo de 1926 a 1959. In: A.A.V.V.. *O Estado Novo: das origens ao fim da autarcia: 1929-1959*, vol.2, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Ed. Fragmentos.

Fernandes, J. e Pereira, N. (1987). A arquitetura do Estado Novo de 1926 a 1959. In: *Actas do Colóquio. O Estado Novo – Das Origens ao Fim da Autarcia (1926-1959)*. Lisboa, Editorial Fragmentos, vol.2, p. 346.

Fernandes, J. M. (1993). *A Arquitectura Modernista em Portugal (1890-1940)*. Lisboa, Gradiva.

Fernandes, J. M. (2003). *Português Suave: arquitecturas do Estado Novo*. Lisboa, IPPAR / Ministério da Cultura.

Fernandes, J. M. (2005). A Arquitectura em Portugal nos anos 1930-40 - Do 'Modernismo' ao 'Estado Novo': Heranças, Conflitos, Contextos. In: Alemán, J. (ed.). *Actas V Congreso DOCOMOMO Ibérico EL GATCPAC Y SU TIEMPO. Política, cultura y arquitectura en los años treinta*. Barcelona, Fundación DOCOMOMO Ibérico, pp. 60-67.

Ferreira, J. (2009). *Reabilitação de coberturas em tribunais*. Dissertação de mestrado, Instituto Politécnico de Lisboa, Lisboa, edição do autor. [Em linha]. Disponível em <<http://hdl.handle.net/10400.21/397>>. [Consultado em 15/02/2021].

A implantação da imagem do Estado Novo através da arquitetura. A zona oriental do distrito do Porto.

Ferreira, M. (2018). *O espaço prisional - reflexão sobre o papel de arquitetura prisional no processo de reabilitação social do recluso*. Dissertação de mestrado, Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto. Porto, edição da autora. [Em linha]. Disponível em <<https://hdl.handle.net/10216/118297>>. [Consultado em 21/09/2020].

Figueiredo, P. (2005). *Colégio dos Jesuítas / Câmara Municipal e Tribunal de Comarca de Gouveia*. [Em linha]. Disponível em <http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=11776>. [Consultado em 21/01/2020].

Frampton, K. (2003). *História crítica da arquitetura moderna*. São Paulo: Martins Fontes.

Franco, S. (2012). *"(...) o que é preciso, é não fazer propositadamente obra antiga, nem tampouco pretender deslumbrar com realizações artificialmente modernistas": A Obra de Edmundo Tavares no Funchal*. Dissertação de mestrado, Faculdade de Ciência e Tecnologia da Universidade Fernando Pessoa. Porto, edição do autor. [Em linha]. Disponível em <<http://hdl.handle.net/10284/3732>>. [Consultado em 05/10/2020].

Fundação Marques da Silva "Home Page" (2021). Maria José Marques da Silva & David Moreira da Silva. *In: Fundação Marques da Silva*. [Em linha]. Disponível em <<https://fims.up.pt/index.php?cat=45&subcat=15>>. [Consultado em 01/03/2021].

Fundação Portuguesa das Comunicações "Home Page" (2021). [Em linha]. Disponível em <<https://www.fpc.pt/pt/>> [Consultado em 03/03/2021].

A implantação da imagem do Estado Novo através da arquitetura. A zona oriental do distrito do Porto.

Gazeta dos Caminhos de Ferro, n.º 1467 (1949). [Em linha]. Disponível em <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/GazetaCF/1949/N1467/N1467_master/GazetaCFN1467.pdf>. [Consultado em 06/011/2014].

Gonçalves, F. (1981). Urbanística à Duarte Pacheco. *In*: Gonçalves, F. (dir). *Revistas Arquitectura*, 142(4). Lisboa, Associação dos Arquitectos Portugueses, pp. 20-37.

Guimarães, F. (1957). *Um grupo de habitações para a aldeia de Rebordochão*. CODA (Concurso para a Obtenção do Diploma de Arquitecto), Escola de Belas-Artes do Porto. Porto, edição do autor. [Em linha]. Disponível em <<https://repositorio-tematico.up.pt/handle/10405/48265>>. [Consultado em 05/02/2021].

IADE (2010). *Design em Portugal (1960-1974): acções, intervenientes e repercussões*. Núcleo de Arte e Arquitectura Industrial e do Núcleo de Design Industrial do Instituto Nacional de Investigação Industrial (I.N.I.I.). Universidade Europeia. [Em linha]. Disponível em <<http://unidcom.iade.pt/designportugal/planos-de-fomento.html>>. [Consultado em 26/02/2021].

Instituto Nacional de Estatística (1970). 11º Recenseamento da População. 1º Recenseamento da Habitação: continente e ilhas. [Em linha]. Disponível em <[url:https://www.ine.pt/xurl/pub/66631947](https://www.ine.pt/xurl/pub/66631947)>. [Consultado em 26/02/2021].

Lôbo, M. (1995). *Planos de Urbanização. A Época de Duarte Pacheco*. Porto, FAUP Publicações.

Magalhães, B. (2017). *Mercado Municipal de Amarante: Diálogo entre Arquitectura e Cultura*. Dissertação de mestrado, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto. Porto, edição da autora. [Em linha]. Disponível em

A implantação da imagem do Estado Novo através da arquitetura. A zona oriental do distrito do Porto.

<https://sigarra.up.pt/faup/pt/pub_geral.pub_view?pi_pub_base_id=247069>.

[Consultado em 07/09/2020].

Marino, M. e André, P. (2017). “Português Suave” e “Arquitetura Doce”. *In: André, P., et alii* (eds.), *Antologia de ensaios: Laboratório Colaborativo. Dinâmicas urbanas, património e artes. IV Seminário de investigação, ensaio e difusão. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian - Biblioteca de Artes e Arquivos*, pp. 56-76. [Em linha]. Disponível em <<https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/14737>>. [Consultado em 21/09/2020].

Maurício, P. (2019). *(Re)pensar a arquitectura no espaço prisional - projecto para um novo estabelecimento prisional em Setúbal*. Dissertação de mestrado, Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa. Lisboa, edição do autor. [Em linha]. Disponível em <<http://hdl.handle.net/10400.5/18318>>. [Consultado em 07/09/2020].

Medina, J. (2001). A Democracia frágil: A Primeira República Portuguesa (1916-1926). *In: Tengarrinha, J. (org). História de Portugal*. S. Paulo, EDUSC.

Ministério das Obras Públicas (1951). Decreto-Lei n.º 38454 de 8 de outubro. *In: Diário do Governo*, série I, n.º 206. [Em linha]. Disponível em <<https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/591705/details/normal?q=Decreto-Lei+n.%C2%BA%2038454>>. [Consultado em 17/02/2021].

Ministério das Obras Públicas (1964). Decreto n.º 45611 de 13 de março. *In: Diário do Governo*, I série, n.º 62. [Em linha]. Disponível em <<https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/470177/details/maximizedperPage=100&sort=whenSearchable&q=valor&sortOrder=ASC>>. [Consultado em 17/02/2021].

A implantação da imagem do Estado Novo através da arquitetura. A zona oriental do distrito do Porto.

Ministério das Obras Públicas (1966). Decreto n.º47100 de 15 de julho. *In: Diário do Governo*, I série, n.º 163. [Em linha]. Disponível em <https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/475303/details/normal?filterEnd=1966-12-31&sort=whenSearchable&filterStart=1966-01-01&q=1966&sortOrder=ASC&jp=true&print_preview=print-preview&fq=1966&perPage=100>. [Consultado em 16/02/2021].

Ministério das Obras Públicas e Comunicações - 8.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública (1941). Decreto-Lei n.º 31271 de 17 de maio de 1941. *In: Diário do Governo n.º 113/1941*, Série I de 1941-05-17. [Em linha]. Disponível em <https://dre.pt/web/guest/pesquisa-avancada/-/asearch/328670/details/normalserie=I&search=Pesquisar&ano=1941&perPage=100&types=DR&_advancedPublicSearch_WAR_drefrontofficeportlet_dreId=38367>. [Consultado em 17/12/2020].

Ministério das Obras Públicas e Comunicações (1959). Lei n.º 159 de 3 de agosto. *In: Diário do Governo*, série I, n.º 179/1937. [Em linha]. Disponível em <https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/428610/details/normal?filterEnd=1937-08-03&filterStart=1937-08-03&q=1937&filterAction=TRUE&fq=1937&perPage=25&_search_WAR_drefrontofficeportlet_dreId=33879>. [Consultado em 18/02/2021].

Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional (2006). Decreto-Lei n.º 173/2006 de 24 de Agosto. *In: Diário da República n.º 163/2006*, Série I de 2006-08-24. [Em linha]. Disponível em <<https://dre.pt/pesquisa/-/search/540639/details/maximized>>. [Consultado em 20/09/2020].

Moniz, G. (2005). Arquitectos e Políticos. A arquitectura institucional em Portugal nos anos 30. *In: DC Papeles revista de crítica e teoria da arquitectura*, 13-14, Barcelona, Universitat Politècnica de Catalunya, pp. 68-70. [Em linha]. Disponível em

A implantação da imagem do Estado Novo através da arquitetura. A zona oriental do distrito do Porto.

<<http://ancacid.yolasite.com/resources/05.003%20-%20HAPII%20-%20TEMA%205%20-%20Texto%202%20-%20Arquitectos%20e%20Pol%C3%ADticos.%20A%20arquitetura%20institucional%20em%20Portugal%20nos%20anos%2030.pdf>>.

[Consultado em 07/09/2020].

Neto, T. (2016). *Arquiteturas Expositivas e Identidade Nacional: Os pavilhões de Portugal em Exposições Internacionais entre a Primeira República e o Estado Novo*. Dissertação de mestrado, Instituto Superior Técnico de Lisboa, Lisboa, edição do autor. [Em linha]. Disponível em <https://fenix.tecnico.ulisboa.pt/downloadFile/1689244997255893/ArquiteturasExpositivas_HiComp.pdf>. [Consultado em 10/02/2021].

Ordem dos Arquitectos (2010). *Notícias da OA - Agostinho Ricca (1915-2010)*. [Em linha]. Disponível em <<https://arquitectos.pt/?no=2020491931,154>>. [Consultado em 01/03/2021].

Ornellas, D' (1932). Um Novo Melhoramento Ferroviário. In: *Gazeta dos Caminhos de Ferro*, n.º 1063, ano 45, 1 de abril, pp. 161-165. [Em linha]. Disponível em <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/GazetaCF/1932/N1063/N1063_master/GazetaCFN1063.pdf>. [Consultado em 24/03/2014].

Património Cultural (2020). *Cadeia da Comarca de Amarante*. [Em linha]. Disponível em <<http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/11051435>>.

[Consultado em 23/09/2020].

Pedreirinho, J. M. (2017). *Dicionário dos arquitectos activos em Portugal do séc. I à actualidade*. Porto, Afrontamento.

A implantação da imagem do Estado Novo através da arquitetura. A zona oriental do distrito do Porto.

Pegorin, E. (2018). *Arquitectura e o regime em Itália e Portugal - obras públicas no Fascismo e no Estado Novo (1928-1948)*. Tese de doutoramento, Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto. Porto, edição da autora. [Em linha]. Disponível em <https://sigarra.up.pt/faup/en/pub_geral.pub_view?pi_pub_base_id=382087>. [Consultado em 23/09/2020].

Pereira, C. (2019). *Reabilitação e ampliação de um edifício moderno: Palácio da Justiça de Santa Maria da Feira*. Dissertação de mestrado, Escola Superior Artística do Porto. Porto, edição da autora. [Em linha]. Disponível em <<http://hdl.handle.net/10400.26/31224>>. [Consultado em 05/10/2020].

Pereira, S. (2016). *Dispositivos espaciais de punição - as cadeias do Estado Novo*. Dissertação de mestrado, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. Coimbra, edição da autora. [Em linha]. Disponível em <<http://hdl.handle.net/10316/32951>>. [Consultado em 05/10/2020].

Presidência do Conselho (1935). Lei n.º1914 de 24 de maio. In: *Diário do Governo* n.º118/1935. [Em linha]. Disponível em <<https://dre.pt/application/file/577592>>. [Consultado em 18/02/2021].

Resende, J. (2019). *Política e Arquitetura, uma questão social. Evolução da Habitação Social em Valongo*. Dissertação de mestrado, Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto. Porto, edição da autora. [Em linha]. Disponível em <<https://hdl.handle.net/10216/125809>>. [Consultado em 17/09/2020].

Rosas, F. (coord.) (1994). O Estado Novo (1926-1974). In: Mattoso, J. (dir.). *História de Portugal*, vol. VII. Lisboa, Editorial Estampa.

A implantação da imagem do Estado Novo através da arquitetura. A zona oriental do distrito do Porto.

Sá, A. (2019). *Um arquiteto representativo do poder. Estudo dos Palácios da Justiça na obra de Januário Godinho*. Dissertação de mestrado, Escola de Arquitetura da Universidade do Minho. Guimarães, edição da autora. [Em linha]. Disponível em <<http://hdl.handle.net/1822/60082>>. [Consultado em 10/10/2020].

Silva, I. (2014). Construir na emergência: a arquitetura portuguesa em momentos de crise. In: Sucena, S. (coord). *A Obra Nasce, n.º8*. Porto, Faculdade de Ciência e Tecnologia da Universidade Fernando Pessoa, pp. 125-134. [Em linha]. Disponível em <<https://bdigital.ufp.pt/browse?type=author&authority=5d190174-af0c-4424-9362-60033e07aab6>>. [Consultado em 25/02/2021].

Silva, R. (2004). *Arquitectura moderna: pretérito imperfeito*. Prova final de licenciatura, Departamento de Arquitetura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. Coimbra, edição do autor. [Em linha]. Disponível em <<http://hdl.handle.net/10316/11834>>. [Consultado em 06/10/2020].

Soares, M. (1993). *José Mattoso – A Identidade Nacional*. Lisboa, Gradiva.

Tavares, P. (coord.) (2017). Presidentes de Câmara e Eleitos do Concelho de Felgueiras 1834-2017. In: *Atas das sessões da Câmara Municipal (1959-1962)*, pp. 268.269.

Torgal, L. (1997). Estado Novo em Portugal: Ensaio de reflexão sobre o seu significado. In: *Estudos Ibero-Americanos*, XXIII(1). Porto Alegre, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, pp. 5-32. [Em linha]. Disponível em <<https://doi.org/10.15448/1980-864X.1997.1>>. [Consultado em 06/10/2020].

Tostões, A. (1997). *Os Verdes Anos na arquitectura portuguesa dos anos 50*. Porto, FAUP.

A implantação da imagem do Estado Novo através da arquitetura. A zona oriental do distrito do Porto.

Ucha, M. (2015). “*Português Suave*” e “*Arquitetura Doce*” *Contributos para uma historiografia da Arquitetura Portuguesa*. Dissertação de mestrado, Instituto Universitário de Lisboa. Lisboa, edição da autora. [Em linha]. Disponível em <<http://hdl.handle.net/10071/10393>>. [Consultado em 05/10/2020].

Universidade Digital / Gestão de Informação (2009). In: Sigarra. *Antigos Estudantes Ilustres da Universidade do Porto - Maria José Marques da Silva*. [Em linha]. Disponível em <https://sigarra.up.pt/up/pt/web_base.gera_pagina?p_pagina=antigos%20estudantes%20ilustres%20-%20maria%20jos%c3%a9%20marques%20da%20silva>. [Consultado em 20/02/2021].

Universidade do Porto (2010). In: Sigarra. *Antigos Estudantes Ilustres da Universidade do Porto - Agostinho Ricca*. [Em linha]. Disponível em <https://sigarra.up.pt/up/pt/web_base.gera_pagina?p_pagina=antigos%20estudantes%20ilustres%20-%20agostinho%20ricca>. [Consultado em 01/03/2021].

Veloso, Q. (coord.) (1940). *O Século - Número Extraordinário Comemorativo do Duplo Centenário da Fundação e Restauração de Portugal*. Lisboa, Sociedade Nacional de Tipografia.

Vieira, J. (dir) (2013). *Monumentos - Cidade, Património e Reabilitação*. Guimarães, Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, IP e Fundação Cidade de Guimarães.

Xavier, L. A. (1943). *Cadeia comarcã de Penafiel*. CODA (Concurso para a Obtenção do Diploma de Arquitecto), Escola de Belas Artes do Porto: 1881-1950. Porto, edição do autor. [Em linha]. Disponível em <<https://hdl.handle.net/10405/42214>>. [Consultado em 05/10/2020].